

ROSEANA SARNEY: *A aposta no agronegócio*

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA ❑ VOL 21 ❑ Nº 11 ❑ NOVEMBRO DE 2001 ❑ R$ 6,00

Maranhão



A força do empresário na fronteira agrícola

SAFRA 2001/02
Rumo aos 100 milhões de toneladas

COOPERATIVAS
O que fazer para melhorar o desempenho

SOJA
A cadeia se articula na defesa das exportações

DELFIM NETTO EXCLUSIVO
"O Plano Real é um brilhante resultado cercado de erros por todos os lados"



FGV IBRE



O estudo mais aprofundado sobre agricultura. Um verdadeiro adubo para seus negócios.

Chegou **Valor Setorial** Agricultura e seus Insumos.

O Valor Econômico, em parceria com a MB Associados, acaba de lançar a série Valor Setorial. Um conjunto de estudos aprofundados sobre as mais diversas atividades econômicas. Diagramação moderna, o conteúdo mais completo, linguagem descomplicada e de rápida consulta. O primeiro da série é Agricultura e seus Insumos, que traz:

• Evolução recente do setor agropecuário: participação no PIB, tendências de produtividade e de demanda, comparações internacionais, renda agrícola e pecuária, riscos e oportunidades do cenário, projeções de produção, aspectos regionais e questão energética.

• Insumos agrícolas: tendências, fertilizantes, defensivos e sementes comuns e transgênicas.

• Perfil completo das maiores empresas do setor: faturamento, número de empregados, endereços, principais produtos e executivos.

Garanta já seu exemplar, na versão impressa ou eletrônica.

Acesse www.valoronline.com.br

ou ligue 0800 701 8888.

Preço promocional de lançamento: R$ 680,00

ECONÔMICO **Valor**



Promoção especial para assinante do jornal Valor Econômico por R$ 610,00. Pagamento à vista através de boleto bancário, débito em conta corrente ou cartão de crédito. Pagando através de débito em conta corrente ou cartão de crédito, o consumidor receberá o Valor Setorial na versão impressa ou eletrônica em aproximadamente 15 dias após a efetivação do pagamento. Pagando através de boleto bancário, o consumidor receberá o Valor Setorial na versão impressa ou eletrônica em aproximadamente 30 dias após a efetivação do pagamento.



Palavra de mestre

ENTREVISTA CONCEDIDA A
IVAN WEDEKIN E LUIZ ANTONIO PINAZZA

A manhã de segunda-feira era tipicamente paulistana: o céu carregado com nuvens cinzentas e a atmosfera tomada pela chuva rarefeita. O escritório do professor Delfim Netto, no Vale do Pacaembu, estava movimentado de personalidades importantes da política econômica do país. Nada mais natural, pois há mais de 30 anos Delfim participa de maneira bem próxima dos acontecimentos nacionais mais importantes. Aliás, faz parte ativa dessa história. No jardim de seu conhecido quartel-general, algumas plantas de café são os sinais mais evidentes de sua admiração pela agricultura, tema a que recorre com freqüência para emitir suas opiniões e análises. Em sua mesa de trabalho, uma placa deixa clara uma mensagem para os visitantes: "Um raro prazer não fumar".

Neste Abre Aspas, o professor Delfim Netto falou sobre as possíveis conseqüências do ato terrorista de 11 de setembro em Nova York. Foi duro nas críticas à administração da macroeconomia brasileira entre 1995 e 1998: "o Real foi um plano brilhante cercado de erros também brilhantes". Mostrou seu conhecimento sobre economia rural e mencionou os cuidados que o país deve ter ao ser signatário de acordos com a Alca.

Com um *curriculum* extenso em que despontam funções tão qualificadas como professor, ministro de Estado e deputado federal, como o senhor gostaria de ser apresentado por AGROANALYSIS?

— Gostaria de ser conhecido como professor, mas não sei se tenho conhecimento para tanto. Mas certamente é o cargo de maior distinção entre todos os que ocupei.

Quais os impactos mais importantes do ataque terrorista a Nova York em 11 de setembro?

— Ainda é difícil fazer uma predição, o movimento militar norte-americano em território afegão está apenas no começo. Tudo dependerá da capacidade de resposta do Talibã, do Osama bin Laden. Se os ataques terroristas continuarem nos Estados Unidos e se estenderem para a Europa, América do Sul ou Ásia, junto com a incerteza crescerá de maneira muito séria a insegurança no mundo. A paralisação das atividades será bem maior em relação àquela assistida após a trágica manhã de 11 de setembro.

O terror é absolutamente condenável. É difícil imaginar como pessoas com esse comportamento pertencem ao gênero humano. Mas é assim que funciona o mundo, infelizmente. A expectativa é de que esse impasse tenha uma conclusão e com relativa rapidez: ele seja preso e julgado. O terror deve compreender que não tem como impedir o mundo de continuar avançando. Agora, quanto aos resultados finais disso tudo, nada está garantido.

Diante desse quadro de incer-

tezas e de um risco de crescente insegurança, quais as ações mais prementes para o Brasil se proteger?

— Existem medidas normais para tentar controlar o terrorismo interno, se isso acontecer, o que acho que o governo está fazendo. Mas o Brasil vai sofrer as conseqüências de um enxugamento das atividades econômicas do mundo, inclusive no mercado de capitais, em que sua dependência externa é flagrante. Estou absolutamente convencido de que a solução desse problema está na produção de superávits comerciais importantes, como foi no passado.

Equivocadamente, entre 1985 e 2000, o câmbio teve três congelamentos, e a exportação foi transformada no setor menos rentável e mais arriscado da economia. A sorte tem sido a agricultura e o agribusiness continuarem em operação e com crescente produtividade, senão, o déficit em conta corrente seria muito maior. Enfim, a colocação deve ser posta com extrema simplicidade: aumentar as exportações ou reduzir as importações; ou melhor, realizar ambas ao mesmo tempo.

O ritmo das exportações depende da taxa de câmbio real do Brasil, do estado do mundo e de suas expectativas de progresso, tais como no crescimento do PIB. Quando o PIB do mundo cresce, por exemplo, 3%, o comércio cresce 6%, 7%. Quando o comércio cresce 7%, fica mais fácil para o Brasil substituir alguns competidores e aumentar sua participação comercial. Mas é preciso dotar as exportações de condições competitivas, como uma taxa de câmbio real adequada. Os produtos não são substitutos perfeitos e uma taxa de câmbio adequada permite aumentar a participação comercial do país.

Se o mundo está estável e o PIB cresce pouco, o comércio também vai devagar. Para aumentar a participação é necessário deslocar forçosamente os competidores. A tarefa fica mais dura e exige outros instrumentos, como taxas de juros e câmbio real desvalorizado.

■ A construção dessas políticas deve perdurar por quanto tempo?

— Do lado da exportação, o período suficiente para os investidores se convencerem e acreditarem realmente na manutenção e no apoio governamental às políticas em prol da exportação, desde crédito, mecanismos de facilitação, eliminação dos impostos, acesso aos portos, transporte e assim vai. Já a importação depende do nível de renda do Brasil e da taxa de câmbio real. Se não se corrige a taxa de câmbio real, é preciso reduzir mais o PIB brasileiro para diminuir as importações.

■ Isso significa recessão?

— Se a importação for reduzida através de queda na atividade econômica e aumento do desemprego, tem-se uma solução dramática, terrível, principalmente na iminência de uma eleição, que está aí. A outra variável para ser trabalhada é a taxa de câmbio real. Agora, se a intenção desejada é deixar a importação menos intensa, sem provocar uma redução mais dramática no crescimento interno, é preciso aumentar a taxa de câmbio. Em outras palavras, desvalorizar o câmbio real. Se esse trabalho for feito com rapidez adequada, como se conseguiu no passado, o país passará para os mercados a convicção de que vai honrar seus compromissos. Nessa situação, os mercados se antecipam e o Brasil pode caminhar com um pouco mais de tranqüilidade. Foi assim entre 1982 e 1983, com o mundo em crise, mas em 14 meses o déficit nacional em conta corrente (balança comercial, serviços e transferências) caiu de US$13 bilhões para zero. Ou se consegue repetir esse processo, o que não é fácil, ou se conclui que para o país voltar a produzir o superávit necessário terá realmente de praticar uma desvalorização do câmbio real.

■ Então o caminho é sustentar o câmbio desvalorizado?

— O benefício será muito grande para a agroindústria, um setor que tem garantido o superávit comercial.

O Plano Real é o mais brilhante plano de estabilização cercado de erros por todos os lados. E a sociedade é quem paga o preço desses erros.

■ A pauta de exportação brasileira tem grande participação de produtos de baixo valor agregado (minérios, soja), mas na importação os produtos são de alto valor agregado e de tecnologia, principalmente. Como fica esse desequilíbrio em longo prazo?

— O problema com a Alca é justamente esse. Se indicar um tipo de especialização onde se consagra isso definitivamente, será no mínimo um caminho duvidoso.

Neste momento há espaço para ampliar as exportações de produtos agrícolas. Um pouco de coragem é importante. Um aumento de 5 milhões de toneladas na produção de soja significa algo perto de US$1,3-1,4 bilhão. O preço da soja vai cair dois, três, ou quatro centavos ou cinco centavos de dólar por *bushel*. Nada assustador se a exportação de soja aumenta 20% e o preço cai cinco centavos. O resultado é um aumento na receita. Como pode a Fazenda Nacional se queixar e ter medo de dar crédito para se fazer essa expansão? Quem poderia se queixar era o O´Neill (Paul H. O'Neill), secretário do Tesouro dos EUA, pois o subsídio para a soja americana crescerá, mas não o ministro da Fazenda brasileiro. No entanto...

■ Importantes associações ligadas ao agronegócio da soja apresentaram um documento que solicita a desoneração da cadeia para aumentar a competitividade na exportação. Existe alguma razão para esse viés antiexportador do país?

— É difícil a gente compreender isso. O viés antiexportador é conseqüência de um erro monumental, feito logo no início do Plano Real, o mais brilhante plano de estabilização imaginável. O plano vai para a história econômica do mundo e distingue os economistas brasileiros que o conceberam com menções permanentes. Os mecanismos de transmissão da inflação e de indexação foram eliminados. A hiperinflação foi mimetizada sem que a sociedade tivesse que vivê-la. Enfim, uma concepção absolutamente brilhante, mas depois acompanhada de uma sucessão de erros também absolutamente brilhantes. Em outras palavras, o Plano Real é um brilhante resultado cercado de erros por todos os lados, que durante anos submeteu o país às piores condições possíveis.

Quando um país baixa as tarifas, as importações aumentam, porque o câmbio se desvaloriza em relação a um mesmo nível de exportação. É seguir o velho teorema de que um imposto na importação é um imposto na exportação. Quando se baixam as tarifas se reduzem os impostos da importação, mas se reduzem também as cargas sobre a exportação, porque o câmbio tem que se desvalorizar. É assim que funciona em qualquer lugar do mundo.

O Brasil, além de reduzir as tarifas de forma radical e unilateral, valorizou o câmbio. O setor de exportação foi submetido ao pior

dos mundos. E para sustentar o câmbio valorizado praticou-se a maior taxa real de juros do mundo durante o maior tempo possível. O governo de vez em quando diz que tem dúvidas sobre essa afirmativa. É só encontrar um outro exemplo de país que ficou cinco ou seis anos com taxa de juros real acima de 20% pagos com papel cujo lastro é o governo.

Na verdade, o que fizeram? Destruíram o sistema tributário metendo imposto na exportação. Fez-se tudo aquilo que não se podia fazer. Também não se pode aceitar a idéia de que estava tudo na direção correta. Os primeiros quatro anos desse governo foram de farra tributária, houve déficits enormes. O controle fiscal só começou em 1998, depois da exigência do Fundo Monetário Internacional, para a concessão de US$45 bilhões, que nos salvou na primeira vez. Pode parecer um exagero, mas é verdadeira a afirmação de que o Plano Real é o mais brilhante plano de estabilização cercado de erros por todos os lados. E a sociedade paga o preço desses erros.

■ Com sua experiência no Executivo e no Legislativo, por que as discutidas reformas tributária, fiscal, previdenciária e outras ficaram no discurso e não foram feitas?

— Porque o governo nunca se empenhou nelas e nunca quis a reforma tributária. Somente se montou um precaríssimo equilíbrio fiscal, apenas melhorado com a Lei de Responsabilidade Fiscal. É precário porque está apoiado em contribuições. Quando se fizer uma reforma tributária as contribuições não poderão ter o papel que têm hoje, porque são receitas de impostos que deveriam ser divididas entre estados e municípios.

■ O bolo vai para a União?

— Hoje fica tudo com a União, que toma dos estados e municípios cerca de 3% do PIB. Não se segue a discriminação de renda estabelecida na Constituição. O superávit fiscal vem dos recursos oriundos dos estados e municípios. Quando isso for redistribuído a coisa ficará diferente. O equilíbrio é precário e terá de ser negociado de novo em 2003.

Da forma como se vive, com boa parcela de engano, fica a impressão de que a coisa caminhou – e caminhou, mas daqui a pouco veremos que caminhou pouco. Certamente houve aperfeiçoamento. Em oito anos de governo seria impossível se não tivesse sido feito nada. Mas muitas das conquistas apontadas pelo governo são "enceradas". Para saber se o governo foi bom ou ruim, é preciso ter uma testemunha para comparação, conhecer o que aconteceu no mundo. Por isso, quando se ouve por aí: "neste governo cresceu dois anos a expectativa de vida ao nascer; era de 65, passou a 67", se no mundo inteiro cresceu dois anos, o Brasil não teve nenhuma *performance* muito melhor. Se melhorou dramaticamente a qualidade do ensino, é preciso ter a comparação: quanto declinou o analfabetismo de 1970 a 1994 e daí até 2000. Tem de se mostrar que melhorou – e isso com a saúde, a habitação e outros indicadores sociais. Quando isso for julgado com correção e colocado de par com a evolução do mundo, há sérias dúvidas de que tenhamos algum resultado brilhante.

■ De volta à questão externa, do ponto de vista de negócio, que posição o Brasil deve adotar na Alca e na OMC?

— Qualquer opinião ou análise sobre esse tema merece cuidado. Embora não seja uma necessidade, a Alca pode ajudar em alguns pontos. É importante olhar o longo prazo. Se a Alca significar na verdade a especialização em produtos agrícolas e o abandono da atividade industrial, o Brasil terá de pensar 184 vezes antes de se meter nisso.

O Brasil está entre aqueles poucos países cujo mercado interno sustenta realmente um setor industrial extremamente sofisticado e operando em escala. Com uma pequena ajuda há setores que podem competir e se tornar exportadores efetivos.

É equivocado dizer que o Brasil não é competitivo, quando os impostos são muito altos, o câmbio sobrevalorizado e a taxa de juros a maior do mundo.

A condição *sine qua non* é dar aos produtores brasileiros condições isonômicas. É equivocado dizer que "o Brasil não é competitivo", quando os impostos são muito altos, o câmbio sobrevalorizado e a taxa de juros é a maior do mundo.

Se o sistema de preço está distorcido, como carregar estoque? Os custos a partir do portão da fábrica ficam muito superiores aos dos competidores. Essa idéia de que o mercado vai produzir todos os resultados é falsa.

É preciso um governo forte, sólido, enxuto, que não seja partícipante ativo da atividade econômica, mas que garanta a propriedade privada e o respeito aos contratos; ao mesmo tempo que realmente estimule os recursos oficiais na infra-estrutura: esses investimentos produzem grandes efeitos sobre os próprios investimentos privados.

A Alca deve ser olhada com muito mais cuidado. Os Estados Unidos são um país que não deve ser odiado, mas sim admirado e imitado. Não se trata de um país qualquer. Veja sua história. Foi uma nação que nasceu e cresceu no ferro e no fogo: nasceu e cresceu batendo ingleses e espanhóis. Incutiu na cabeça a idéia de que existem, sim, a segurança alimentar e a segurança militar. Ao longo de sua história, desde George Washington e Alexander Hamilton, os Estados Unidos tiveram uma produção agrícola suficiente para alimentar o país, fossem lá quais fossem as piores condições vividas pelo mundo. Necessitavam também ter o aço para bater em todos aqueles que se opusessem à sua própria política de expansão.

Não adianta ficar na imaginação de que com um bom *lobby* os mercados norte-americanos se abrirão aos nossos produtos. Eles estão e são fechados por boas razões. Não adianta dizer que o Brasil pode produzir aço e se tiver uma guerra o Brasil fornece aço aos EUA. A própria legislação americana confirma a idéia de que pretere qualquer lei. A lei internacional não importa.

Enquanto os Estados Unidos tiverem isso nas mãos, toda idéia de que estamos diante de um país a favor do liberalismo comercial é muito relativa. No primeiro momento de uma encrenca, eles apelam para a lei *antidumping*. Olhem agora, façam uma análise do que os norte-americanos deram para o Canadá e para o México como concessão de lei *antidumping*. Absolutamente nada. Foi só aparecer o sintoma de uma recessão interna e problemas em sua indústria de madeira, para os Estados Unidos aplicarem uma ação *antidumping* em cima da importação canadense. Ao contrário do Brasil, os Estados Unidos pensam primeiro nos Estados Unidos. O Brasil precisa aprender a pensar primeiro no Brasil.

■ Ao longo de décadas, a agricul-

tura brasileira transferiu verbas para o setor urbano industrial. Nos anos 70 e parte dos 80, houve uma compensação através de subsídios na taxa de juros do crédito rural. Existe hoje uma dívida rural enorme se arrastando. Como avaliar tudo isso?

— É uma questão furada afirmar que houve subsídios espantosos para a agricultura. Nos últimos 30 anos, tudo foi devolvido, na base de redução de preço relativo.

Esses economistas famosos que estão por aí, com seus cursos concluídos nas melhores universidades do mundo, deviam aprender a usar os triângulos das curvas de oferta e demanda. Na verdade, do subsídio dado à agricultura, cabe deduzir os benefícios gerados pela redução de seus preços relativos. No setor primário a oferta é absolutamente competitiva e atomizada. Cabe provar que o subsídio tenha sido positivo e o setor urbano não tenha recebido os ganhos de produtividade obtidos.

Historicamente, as penalidades sempre foram maiores do que as transferências. Disso não há a menor dúvida. Veja a tragédia logo depois do Plano Real: a agricultura foi punida dramaticamente em termos de patrimônio. Quando o plano começou, quem tinha na agricultura US$1 milhão e tiver hoje US$300 mil é um felizardo. Então é preciso realmente ter a esperança de que daqui a pouco as teses comecem a esclarecer com mais rapidez esses assuntos tratados.

Enquanto no Brasil não há qualquer transferência líquida de recursos para a agricultura, os países ricos gastam US$1 bilhão para proteger seu setor primário e seus mercados. Há alguma saída à vista?

— Agora se compete contra forças enormes. O subsídio que os Estados Unidos dão a sua agricultura representa uma parcela significativa do valor de toda a produção agrícola brasileira. Na Europa também. Com tudo isso, o Brasil ainda continua a exportar. É uma revolução e graças a Deus não tem nada que ver com o governo.

Esse é o milagre brasileiro?

— Esse é um dos milagres brasileiros. A agricultura cresce por conta própria e sem a presença do governo. Nos empreendimentos em Mato Grosso e Goiás, com visíveis benefícios fiscais. Mato Grosso é o caso mais típico. Aliás a edição da AGROANALYSIS sobre esse estado foi um trabalho formidável. Repitam uma matéria dessa natureza para Goiás, onde ocorre fenômeno muito parecido. Em ambos os casos, tira-se uma conclusão para ser aplicada com inteligência no dia-a-dia: quando o governo tem um pouco de coragem, o setor privado responde de maneira muito significativa.

Os temas ligados à globalização e a questões macroeconômicas são os mais explorados pelos formadores de opinião. Seus trabalhos são verdadeiras exceções, pois de maneira recorrente tratam de agricultura. Na onda da nova economia, o setor primário ainda é prioridade?

— Sim, e deixa explicar: no começo de minha vida profissional, o Brasil era agricultura. Quando entrei para o Ministério da Fazenda, o café representava 70% da exportação. Tinha como objetivo reduzi-la a 10%. A idéia não era diminuir a exportação de café, mas sim ampliar a exportação como um todo. O velho Eugênio Gudin dizia sabiamente: "café é câmbio".

A sua tese de doutorado trata do impacto da economia cafeeira no câmbio e nas exportações e importações brasileiras. Qual era o fato relevante?

— Ah, sim! minha tese de doutoramento do final dos anos 50. O mecanismo era o seguinte: havia uma geada, o preço do café triplicava. Durante um ano e meio as cotações ficavam lá em cima. O câmbio caía, porque aumentava a oferta interna de dólares. Com o câmbio valorizado, toda a exportação nascente dos outros setores ficava destruída e a diversificação da pauta ia por água abaixo. As coisas melhoravam, se fazia um plano de expansão da cafeicultura e a receita agrícola vinha para o normal. Quando se desvalorizava de novo o câmbio, surgiam pequenos indícios de exportação até o próximo ciclo. O café impunha uma tragédia recorrente à exportação brasileira. Ora era o principal instrumento de exportação, ora era o principal instrumento para impedir outras importações.

Qual é o problema do café no Brasil hoje?

— É uma coisa muito interessante. Parece brincadeira. O Vietnã não mandou ninguém estudar nos Estados Unidos e talvez nenhum vietnamita tenha tido a oportunidade de estudar num livro do MIT. Também nunca soube se ocorre excesso na oferta de café no mundo. Sem saber nada disso, eles se transformaram no segundo exportador mundial de café. Eles simplesmente nunca estudaram em livros. Um PhD solto por aí pode produzir prejuízo e um resultado dramático.

E o Brasil, o que fez? Voltou a reter café. Mas não só o Brasil. Também a Colômbia e outros países caíram nessa esperança de um mundo que acabou. A demanda era inelástica nos bons tempos. Hoje é absolutamente elástica. As combinações de café – os *blends* – eram mais importantes no passado. Quem precisava de café combinava o produto brasileiro com o colombiano.

Chegamos até a inventar uma fórmula que objetivava fixar o preço do café brasileiro em equilíbrio com o da concorrência. Mas, como se diz sabiamente, cada vez que você inventa uma fórmula, se inventa uma fórmula para contornar a fórmula. Então o que aconteceu? O que existia antes não vale mais.

A idéia de reter o café é um grave equívoco. Não tem como fazer. Ninguém vai fazer o preço do café subir fazendo retenção de estoque. Isso vai fazer com que a oferta dos outros cresça e cresça muito depressa. Há na Ásia um processo curioso: quando você tenta saber por que eles são mais competitivos, você começa a chegar à conclusão de que há uma combinação de coisas e uma interrelação muito profunda entre as políticas públicas e o setor privado.

Como o senhor vê a contribuição atual da agricultura?

— Estive ligado um bom tempo com a política cafeeira. Depois passei pela Bolsa de Mercadorias. E, de uma forma ou de outra, sempre fui me mantendo muito próximo da agricultura. Agora o setor agrícola readquire sua importância sob a idéia do agribusiness, que é praticamente um terço do PIB.

Estudos recentes, com base no Censo de 1996, apontam que o agribusiness representa 21% do PIB e 25% do valor da produção nacional.

— Mas 20% do PIB é ainda muito expressivo, ou seja, um quinto do valor. Olhe, neste ano, embora a quantidade produzida tenha crescido, a renda da agricultura e o valor adicionado aumentarão provavelmente muito pouco. Uma participação de 20% significa contribuição menor do agribusiness para a taxa de crescimento do PIB.

Gostaria de acrescentar mais alguma informação?

— Aproveito para parabenizar a AGROANALYSIS, da qual sou leitor habitual, pela qualidade da publicação. A agricultura e o agribusiness brasileiro precisam desse tipo de veículo.

JUNTE-SE AO GRUPO MAIS REPRESENTATIVO E QUALIFICADO DO AGRIBUSINESS BRASILEIRO.





A ABAG É UMA ENTIDADE DE CONHECIMENTOS
Vem desenvolvendo visões macro-econômicas e político-estratégicas presentes nas principais conquistas do agribusiness brasileiro.



A ABAG É UMA ENTIDADE DE ARTICULAÇÃO
Vem promovendo integração estratégica e eficiência em todos os campos do setor.

A ABAG É UMA ENTIDADE DE FOMENTO
Vem divulgando intensivamente o complexo agroindustrial brasileiro no exterior.









abag

Associação Brasileira de Agribusiness

Um espaço especializado e forte em defesa dos interesses do agribusiness.

Tel (11) 3337-1499
www.abagbrasil.com.br

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Publicação mensal de agribusiness e economia agrícola da Fundação Getúlio Vargas (Instituto Brasileiro de Economia – IBRE), co-editada com RC.W Consultores.

Fundadores – Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

GRUPO EDITORIAL
EDITOR: Ivan Wedekin

REDAÇÃO
REDATOR-CHEFE: Regis Alimandro
REDATORES: César Garcia e Luiz Antonio Pinazza
ARTE: Osvaldo Moreira e Débora Vitório
REVISÃO: Fátima Caroni
EDITORAÇÃO: Texto & Contexto
COLABORADORES: Daniela de Paula Rocha (algodão), Guilherme Soria Bastos Filho, Viviane Seda (índice labag), Joaquim Andre Villanova (açúcar e álcool), Maria José Cyhlar Monteiro (preços, previsão de safras), Ignez Vidigal Lopes, Mauro de Rezende Lopes (comércio internacional, política agrícola), Gregory Honczar, Edmilson Pereira Conceição, Bruno da Silva Jr. (preços e índices do agronegócio).
SECRETARIA E APOIO ADMINISTRATIVO: Leslie de Medeiros Moysés

PUBLICIDADE – GERENTE COMERCIAL: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda; tel.: (21) 2559-5623; fax: (21) 2559-5616 e 2551-4049; e-mail: caique @fgv.br. REPRESENTANTES COMERCIAIS: Rio – Milla de Souza: telefax: (21) 2533-3121/1601, 2524-2757 e-mail: triunvirato@openlink.com.br; RIO GRANDE DO SUL – Ararê Vargas Fortes: tel.: (51) 343-8423; fax: (51) 337-4262. BRASÍLIA (DF) – Joaquim Barroncas: SHIN - QI 8 - cj 03, casa 17, tel: (61) 9972-0741 e 577-3874. e-mail:joaquimbarroncas@ig.com.br.

CIRCULAÇÃO/ASSINATURAS – Ana Lúcia Botelho Brandão – Outros estados: DDG: 0800.25.7788. Ligações do Rio: Tel.: 21 2559-6040, fax: 21 2559-6039; e-mail: agroanalysis@fgv.br

PONTOS DE VENDA: Rio de Janeiro: Praia de Botafogo, 188 - tel.: (21) 2559-5535 e fax: 2559-5537; São Paulo: Av. Nove de Julho, 2.029 - tel.: (11) 281-7875.

FGV IBRE

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

SEDE: Praia de Botafogo, 190 – Rio de Janeiro – RJ, CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62.591, CEP 22257-970. Tel.: (21) 2559-6000.

PRESIDENTE FUNDADOR: Luiz Simões Lopes

PRESIDENTE: Carlos Ivan Simonsen Leal

DIRETOR GERAL: José Affonso Fausto Barbosa

CONSELHO DIRETOR

PRESIDENTE: Carlos Ivan Simonsen Leal

VICE-PRESIDENTES: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Manoel Fernando Thompson Motta, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque.

DEMAIS VOGAIS: Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Luiz Fernando da Silva Pinto, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto de Oliveira Campos, Roberto Paulo Cezar de Andrade.

SUPLENTES: Alfredo Américo de Souza Rangel, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Vianna, Geraldo José Carbone, José Julio Senna, Lindolpho de Carvalho Dias, Maria Silvia Bastos Marques e Oswaldo Antunes Maciel.

CONSELHO CURADOR

PRESIDENTE: Carlos Alberto Lenz Cesar Protásio

VICE-PRESIDENTE: Armando Klabin (Klabin Irmãos & Cia.)

DEMAIS VOGAIS: Antonio Monteiro de Castro Filho (Souza Cruz S/A), Associação de Bancos do Estado de São Paulo, Banco CCF Brasil S.A., Diogo Lordello de Mello, Domingos Marques Grêllo, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Estado da Bahia, Félix de Bulhões (S.A. White Martins), Heitor Chagas de Oliveira, Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), Jorge Gerdau Johannpeter (Gerdau S.A.), Lázaro de Mello Brandão (Banco Bradesco S.A.), Marcelo Serfaty, Mauro Salles (Salles DMB&B Publicidade S.A.), Paulo Rabello de Castro, Sérgio Franklin Quintella, Sérgio Ribeiro da Costa Werlang, Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro.

SUPLENTES: Cristiano Buarque Franco Neto (Banco Bozano, Simonsen S.A.), Fernando Roberto Moreira Salles (Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.), Guilherme Augusto Frering (Caemi Mineração e Metalurgia S.A.), João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A.), Jorge Paulo Lemann (Banco de Investimentos Credit Suisse First Boston Garantia S.A.), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda.), Luiz Roberto do Nascimento Silva, Márcio João de Andrade Fortes, Ney Coe de Oliveira, Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Cia. Nacional de Seguros), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S/A), Rui Manuel de Medeiros d'Espiney Patrício (Banco Boavista Interatlântico S/A).

CONSELHO CONSULTIVO
Antonio Carlos Lemgruber, Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Cesar Cunha Campos, Daniel Dantas, Eliezer Batista, Gilberto Duarte Prado, Roberto Borges Martins (Estado de Minas Gerais), Roberto Giusmão.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA
DIRETOR: Antonio Carlos Pôrto Gonçalves
VICE-DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS: Roberto Fendt
CENTRO DE ESTATÍSTICAS E ANÁLISES ECONÔMICAS: Salomão L. Quadros
CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS: Ignez Vidigal Lopes
CENTRO DE ESTUDOS DE PREÇOS: Paulo Sidney de Melo Cota
CENTRO DE POLÍTICAS SOCIAIS: Marcelo Neri
COORDENADORIA DE PROJETOS/GERÊNCIA ADMINISTRATIVA: Regina Celia Reis de Oliveira
REVISTA CONJUNTURA ECONÔMICA: Roberto Fendt

Este mês:



Especial: Os desafios do Maranhão

Prosperidade no cerrado 11
A partir da década de 90, a região de Balsas, no Sul do Maranhão, despontou como grande celeiro de grãos, tanto para o mercado interno quanto para a exportação

Cultura: choque e integração 19
Gaúchos trazem sua habilidade no trato da terra e seus costumes para o Maranhão: todos saem ganhando

Um estado sem secretarias 21
O Maranhão eliminou a estrutura tradicional das secretarias e adotou um modelo gerencial de administração

MÁRCIO BUENO

Não conhece quem não quer 22
O governo maranhense disponibiliza recursos tecnológicos sobre meio ambiente e investimentos no agronegócio no estado

EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA

Mangas arregaçadas 24
Estudos sobre o estado, disponíveis na Internet, fornecem os dados necessários para a formulação de urgentes políticas de desenvolvimento

MÁRCIO BUENO

26 **Fecha aspas**
Modelo inédito
O Maranhão parece estar criando as condições para aumentar a renda *per capita* e começar a sair do atraso em que se encontra em relação ao resto do país

MÁRCIO BUENO E IVAN WEDEKIN

30 **Citricultura**
Aposta no sucesso
As dificuldades – internas e externas – não são maiores que o potencial produtivo de citros no Nordeste

ORLANDO SAMPAIO PASSOS ET AL.

34 **Safra 2001/02**
Rumo aos 100 milhões
Em um cenário de curto prazo repleto de incertezas, a grande safra que se anuncia é uma boa notícia

LUIZ ANTONIO PINAZZA E REGIS ALIMANDRO

38 **Especial: Soja**
Boas chances
A cadeia produtiva da soja precisa de bem pouco para se beneficiar da expansão do mercado internacional da oleaginosa

40 **Ônus tributário**
Carga pesada
Novos mecanismos podem salvar a indústria brasileira do desequilíbrio tributário vigente

43 **Negócio da China**
A entrada na OMC
Importações chinesas podem ser decisivas para o comportamento mundial dos complexos oleaginosos

44 **A Europa se curva**
Alimentação saudável
O Brasil tem a preferência dos consumidores europeus e pode continuar assim depois da liberação do plantio dos transgênicos

45 **Agruras da soja**
Escalada desigual
A competitividade do complexo brasileiro da soja tem sido abalada por problemas tributários e tarifas desiguais

LUIZ ANTONIO PINAZZA E REGIS ALIMANDRO

48 **Cooperativas agropecuárias**
Reformas: uma avaliação
O que é ou não é importante e o que deve ser prioritário em uma reforma de cooperativas

MAURO DE REZENDE LOPES ET AL.

53 **Insumos**
Saúde em destaque
Aumenta o número de defensivos e produtos de nutrição animal no mercado nacional

ANDRÉ CABRAL DE SOUZA

56 **Comércio**
O Estado em tempos globais
Sob a pressão do modelo econômico liberal surgem um novo Estado e novas relações econômicas entre os povos

ARGEMIRO LUIS BRUM

58 **Competitividade**
Hipótese em teste
Será que com a Alca o setor sucroalcooleiro do Brasil terá condições de competir com os de outros competentes países do hemisfério?

MAURO DE REZENDE LOPES ET AL.

62 **Preços e índices do agronegócio**

63 **Tendências**

66 **Diário de bordo**
Novidades em café e soja
O Brasil ainda é o maior produtor de café do mundo e também o maior exportador. Há 80 anos o país dominava 75% do mercado mundial do café e hoje tem cerca de 20 a 25%. Perdeu espaço para Colômbia, Costa Rica e Vietnã.

Mas já se sabe que é possível agregar valor ao café verde, por exemplo, torrando e moendo o produto ou buscando parcerias em exportação para nichos especiais

ROBERTO RODRIGUES

O agronegócio é o seguinte:

Prêmio à eficiência

Quem conhece este país sabe que o Brasil real, o Brasil que cresce e nos enche de otimismo e esperança não está no eixo Rio–São Paulo–Brasília. Está, sim, no interior, em cidades como Ribeirão Preto e Londrina, Rio Verde e Rondonópolis, ou Barreiras e Balsas, localizada ao sul do Maranhão.

Balsas é uma área de ocupação econômica recente, que recebeu investimentos de gente de vários estados. Desde os anos70, agricultores do Sul, ou "gaúchos" como são conhecidos, vendem suas terras e compram propriedades muito maiores na região. A área de influência de Balsas alonga-se a oeste pelo norte de Tocantins e a leste pelo sul do Piauí.

A Companhia Vale do Rio Doce ajuda a viabilizar esses investimentos individuais oferecendo serviços de transporte até o porto de São Luis. A Embrapa desenvolveu, adaptou e ajuda a difundir variedades de sementes de soja – a principal cultura explorada na região – adaptadas às condições locais. Empresas compradoras e processadoras de soja têm papel de destaque no processo. Além das ações de compra, hoje financiam boa parte do custeio das lavouras. Há registros recentes de investimentos individuais, ou institucionais, de estrangeiros na aquisição e exploração de terras na área. São fundos de investimentos ou produtores agrícolas, na maioria das vezes, norte-americanos, que encontraram na região de Balsas boas oportunidades para investir.

Mas há também o papel reservado à administração do estado do Maranhão. O que o estado pode e vem fazendo muito bem é reduzir o próprio tamanho, aumentando a eficiência de seus serviços. São ações importantes, embora singelas: treinar mão-de-obra, asfaltar e conservar estradas, viabilizar investimentos do governo federal em rodovias e em eletrificação e atrair investimentos privados de todos os tipos. No Maranhão, a ação do governo merece destaque pela eficiência, pelo saber identificar prioridades.

* * *

Esta edição estava fechada quando ficaram claros os sinais de que lideranças da agricultura e do governo federal estavam prestes a chegar a um entendimento quanto à questão da dívida agrícola. Os termos desse entendimento eram ainda desconhecidos quando este texto foi redigido. De toda forma, é uma boa notícia. Um acordo desse nível pode eliminar um sério entrave ao bom desempenho de nossa agricultura. E essa é uma página que queremos virada nessa história.



Aula magna

A entrevista que abre a edição de AGROANALYSIS deste mês ajuda a traçar os cenários mais prováveis para o agronegócio brasileiro em tempos de perplexidade internacional. Na conversa que teve com os editores Luiz Antonio Pinazza e Ivan Wedekin (foto), o professor Antonio Delfim Netto aponta as saídas brasileiras possíveis para o conturbado quadro recente da economia mundial. Os remédios soam familiares: sustentar o câmbio desvalorizado e dotar as exportações brasileiras de condições competitivas. Segundo Delfim, é imprescindível dar aos produtores brasileiros condições para essa competitividade. "É equivocado" – afirma – "dizer que o Brasil não é competitivo, quando os impostos são muito altos, o câmbio sobrevalorizado e a taxa de juros, a maior do mundo". O economista também não poupou críticas à administração da macroeconomia brasileira entre 1995 e 1998: "O Real foi um plano brilhante cercado de erros também brilhantes".

Para os editores de AGROANALYSIS, a hora e meia de entrevista em que falaram de economia agrícola com uma das maiores autoridades brasileiras no assunto foi como voltar à academia. O resultado dessa conversa está na página 3.

AGENDA PARA A

Competitividade

DO AGRIBUSINESS BRASILEIRO



Um banco de dados **em forma de livro**

FORMULA PROMOÇÕES E EVENTOS

Rua Fulvio Morganti, 64

Mandaqui S.Paulo - Capital

Cep: 02417-170

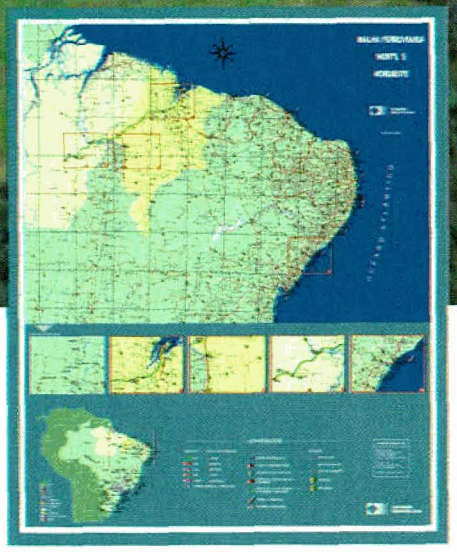
Tel/Fax: (11) 6232-2114

e-mail: formula@netpoint.com.br

A/C: Rosa Broglieto

OS DESAFIOS DO MARANHÃO

Prosperidade no cerrado



A partir do início da década de 90, a região de Balsas, no Sul do Maranhão, despontou como grande celeiro de grãos, tanto para o mercado interno quanto para a exportação

MÁRCIO BUENO

Quem pretende percorrer os municípios da região Sul do Maranhão, em pleno cerrado nordestino, já na fronteira com a caatinga, imaginando que vai se deparar com terras inóspitas e refratárias à agricultura, deve se preparar para grandes surpresas. A principal é contemplar centenas de milhares de hectares de plantações verdejantes de soja, arroz, cana, milho que dobram os horizontes, em fazendas modernas e altamente produtivas, dando a impressão de que se está na verdade em lavouras das terras mais férteis de São Paulo, do Paraná ou do Rio Grande do Sul.

Outra surpresa é o biótipo da população dos municípios da área, principalmente de Balsas, que é a sede administrativa da região Sul do Maranhão. Às vezes é raro encontrar na cidade o homem típico do interior maranhense,

resultado de uma miscigenação em que entraram de modo marcante indígenas e negros. Quem caminha pela cidade cruza freqüentemente com homens e mulheres de alta estatura, pele avermelhada, cabelos louros e olhos claros, como se fossem alienígenas, deixando escapar um "chê" aqui, um "barbaridade" ali, um "prenda" acolá, enquanto combinam o próximo churrasco, desde que – condição inegociável – seja temperado "só com sal grosso". Entre eles não faltam complicados sobrenomes estrangeiros, muitos alemães, que alguns nativos nem arriscam soletrar.

Maranhão: segundo maior produtor de grãos do Nordeste

Mas nem só de gaúchos vive o Sul do Maranhão. A região atraiu produtores, empresas e cooperativas de todos os estados do Sul do país, além de paulistas, mineiros e mato-grossenses, que transformaram completamente a paisagem local. O cerrado do Maranhão é formado por chapadas praticamente planas, de declividade menor do que de terras agricultáveis do estado de São Paulo, admitindo máquinas maiores e mais produtivas. Algumas chapadas, que muitos chamam de tábuas de mesa, onde estão as fazendas dos sulistas, chegam a atingir dezenas de milhares de hectares de extensão. Essas áreas são circundadas e delimitadas pelos chamados baixões, espécie de minicânions, no fundo dos quais correm os rios e onde os sertanejos seguem plantando macaxeira (chamada também de mandioca ou aipim, dependendo da região), milho, criando suas cabras, enfim, desenvolvendo uma cultura de subsistência.

Os maranhenses nunca se interessaram pelas partes altas – 500 a 600m de altitude –, consideradas terras pobres para a agricultura e a pecuária. O fenômeno não é restrito a esse local. Todas as regiões de cerrado eram consideradas inaproveitáveis ou de aproveitamento marginal até três décadas atrás, fossem para lavouras ou para pastagens. A descoberta de que a correção do solo poderia torná-lo altamente produtivo e a produção de variedades adaptadas ao ecossistema, pela Embrapa, tiveram importância crucial no desenvolvimento da agropecuária brasileira. Afinal, o cerrado corresponde a 25% do território nacional, ocupando parte dos estados do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, Minas Gerais, Bahia, Piauí, Maranhão e, em sua totalidade, Goiás e Tocantins.



A produção agrícola do Sul do Maranhão está contribuindo fortemente para que o estado seja hoje o segundo maior produtor de grãos do Nordeste, perdendo apenas para o estado da Bahia. Em relação ao arroz, o estado é hoje o quarto maior produtor brasileiro, com previsão de 661 mil toneladas para este ano, segundo a Conab – Companhia Nacional de Abastecimento, do Ministério da Agricultura. O volume supera em muito a produção de outros estados de forte tradição agrícola, como Goiás, com previsão de 207 mil toneladas, e Minas Gerais, com 192 mil toneladas.

Crescimento espantoso

Em relação à soja, a produção do estado está concentrada exclusivamente na região de Balsas e será este ano, segundo a Conab, de 426 mil toneladas. O governo do estado trabalha com outros números – para a Gerência Regional de Balsas (espécie de subgovernadoria da região), a safra de 1998/99 já teria sido de 551 mil toneladas (tabela). Ainda assim é baixa, se considerada a produção nacional, mas excepcional se a safra for comparada com a do início da década passada, quando estava recomeçando praticamente do zero, depois que as lavouras foram atacadas por doenças. De acordo com dados da Companhia Vale do Rio Doce – que transporta, através da Estrada de Ferro Carajás, 85% da soja da macrorregião que engloba o Sul do Maranhão e também parte do Sul do Piauí e de Tocantins –, em 1992 foram conduzidas por seus vagões 26,8 mil toneladas. Este ano, a previsão da empresa é de que sejam transportadas 620 mil toneladas (tabela), o que significa um respeitável crescimento, em apenas nove anos, de 2.215%.

Não existem números precisos, mas produtores estabelecidos na área calculam que a região de Balsas, que engloba 13 municípios, ainda tem de 800 mil a 1 milhão de hectares disponíveis para a agricultura. Aliás, a região de Balsas, apenas uma das 18 em que se divide o Maranhão, tem uma área de 66 mil quilômetros quadrados, o que significa que é 50% maior que o estado do Rio de Janeiro. Francisco José Honaiser, também gaúcho e gerente

geral da Lavronorte, empresa de produtos para lavoura, chegou à região em 1976, quando não havia estradas, televisão ou telefone. Para fazer uma simples ligação, tinha que percorrer 400km de estradas, a maior parte de terra batida, até a cidade de Imperatriz.

No Rio Grande do Sul, Honaiser trabalhava na revenda de automóveis, mas decidiu arriscar a vida como produtor rural em Balsas. Como na região não havia como comprar um simples parafuso, ele trabalhava com um estoque razoável de materiais e por isso estava sempre emprestando aos colegas agricultores. Depois de algum tempo emprestando sem lucrar nada, sentindo que havia mercado, decidiu voltar a ser negociante e montou uma empresa para vender implementos agrícolas e adubos, ramo em que permanece até hoje.

Ele conta que a imigração começou circunstancialmente em 1974, dois anos antes de sua chegada à região. Os pioneiros, oriundos do pequeno município gaúcho de Não-Me-Toque, não tinham comprado terras no Maranhão e sim em Minas Gerais, perto do Distrito Federal; mas no momento da legalização descobriram que tinham sido vítimas de um golpe. Para tentar contornar o problema, a imobiliária lhes teria oferecido terras que possuía na região de Balsas, na época um autêntico fim de mundo.

O preço do pioneirismo

Entre os gaúchos pioneiros, e que viria a desempenhar importante papel de liderança entre os produtores oriundos do Sul, estava Leonardus Josephus Philipsen, um holandês "mais tinhoso que mato do cerrado", como ele próprio se define. Balsas, que hoje tem mais de 60 mil habitantes, na época não passava de uma vila que nem constava dos mapas, com muitas casas de palha e onde não havia sequer uma padaria. Mas Philipsen parecia gostar de desafios, já que imigrou para o Brasil em 1949 sem falar nem "bom dia" em português e sem ter sequer um centavo no bolso. Em Balsas, financiou mil hectares de terras, na época com 12 anos de prazo, mais quatro de carência e juros de 1% ao mês. Juntou a família, mais seis empregados, muita disposição para vencer, deixou a gaúcha Não-Me-Toque e partiu para a aventura maranhense.

Todos os que chegaram na mesma época pagaram o preço do pioneirismo. Philipsen começou plantando soja e arroz, sem contar ainda com variedades adaptadas para a região e sem ter como escoar a produção. Depois de três anos estava praticamente quebrado, mas não desistiu. A situação começou a melhorar depois que liderou os produtores no trabalho de conseguir ajuda da Embrapa, unidade de Londrina, para as pesquisas de novas variedades, de sensibilizar a Companhia Vale do Rio Doce a fazer o transporte do produto até o porto, em São Luís, e de ajudar a criar a Fapcen – Fundação de Apoio à Pesquisa do Corredor de Exportação Norte. Essa entidade foi criada para ser o elo entre os pesquisadores da Embrapa e os produtores, tendo como uma das principais funções coordenar o trabalho de multiplicação das sementes das variedades selecionadas.

Até o final da década de 80, a produção vinha crescendo, mas com variedades ainda não consolidadas em termos de resistência e produtividade. A produção agrícola patinava em níveis pouco estimulantes e, em 1989, a lavoura de soja ainda foi atacada por pragas e quase dizimada. No início da década de 90, a Embrapa começou a disponibilizar variedades não apenas compatíveis com a região, mas também resistentes a doenças. A Vale do Rio Doce criou uma estrutura para o transporte de grãos e começou a financiar as pesquisas, interessada em volume de produção, criando outras opções para a Estrada de Ferro Carajás, além do transporte de minérios.

Os produtores lembram que o papel do governo estadual também foi importante ao asfaltar várias rodovias, entre as quais um trecho de 400km da rodovia federal BR-230, entre Balsas e Floriano, já na divisa com o Piauí, e o trecho de 245km da rodovia estadual MA-006, de Balsas a Alto Parnaíba, no extremo sul do estado. Com isso, quase toda a região ficou conectada por rodovias, no sentido do Leste com o mercado nordestino e, no do Oeste, com a malha ferroviária que vai dar no porto da Vale, em São Luís. Além disso, dizem os produtores, o governo Roseana Sarney influenciou na decisão do governo federal de construir linhões, levando para a região a energia da Usina de Tucuruí. Outra iniciativa que impulsionou a produção, segundo os agricultores, foi o governo estadual ter estipulado a renúncia fiscal do ICMS em 50% para a soja destinada à exportação, já em 1994, dois anos antes da Lei Kandir.

Quem caminha pela cidade cruza freqüentemente com homens e mulheres altos, pele avermelhada, cabelos louros e olhos claros, como se fossem alienígenas, deixando escapar um "chê" aqui, um "barbaridade" ali, um "prenda" acolá.

Produtores de todos os cantos

À medida que foram sendo eliminados os gargalos, a imigração e a pro-

dução foram deslanchando. Comenta-se na região que, aproveitando os baixíssimos preços das terras, os gaúchos vendiam 30ha no Rio Grande do Sul e compravam 3 mil na região de Balsas. E vinham produtores de todos os cantos, como os paulistas, que começaram a chegar na década de 90. Em 1994, os produtores do interior de São Paulo Ivan Aidar e Roberto Rodrigues, presidente da Abag – Associação Brasileira de Agribusiness –, se desfizeram de propriedades no Triângulo Mineiro e adquiriram a Fazenda Serra Vermelha, de 5.400ha.

Segundo Fábio Aidar, filho de Ivan, e que é sócio e administrador da fazenda, uma das razões que os levaram a escolher o Sul do Maranhão foi encontrar terras muito mais baratas e que proporcionavam o mesmo nível de produção. "É verdade – ressalva – que o cerrado bruto não tem nada. Aqui é preciso construir fertilidade". Nos seus cálculos, para cada real pago pela terra, é preciso gastar mais três ou quatro reais no preparo, que inclui a limpeza pelo sistema do correntão (dois tratores ligados por uma grande corrente se deslocam paralelamente, fazendo uma varredura nas terras para arrancar as árvores), a retirada do material lenhoso, a adubação e a correção do solo, principalmente pela adição de fosfato e calcário (7t por hectare).

Na primeira safra, a de 1994/95, os novos donos plantaram 2 mil hectares de soja, colhendo 72 mil sacas, e 1,1 mil hectare de arroz, colhendo 32 mil sacas. Na última safra, tinham aumentado o número de produtos, a área, a produção e a produtividade. Foram plantados 4,1 mil hectares de soja que produziram 201 mil sacas; 830ha de arroz sequeiro, com a colheita de 38 mil sacas; e 430ha de milho, com a produção de 49 mil sacas. A Serra Vermelha fica nos municípios de Loreto e Sambaíba, no Leste da região de Balsas, o que significa que para utilizar o transporte ferroviário, cujo terminal fica no Oeste, os produtos dariam uma volta significativa. Por isso, a fazenda é uma das poucas cuja produção é transportada direto para o Norte, por rodovia, até o porto, em São Luís.

Soja: volume transportado pela Cia. Vale do Rio Doce

Produções do Sul do Maranhão, Sul do Piauí e Tocantins

Anos	Volume transportado	Crescimento (%)
1992	26.782	
1993	77.202	188,1
1994	153.209	98,4
1995	168.322	9,9
1996	207.027	23,0
1997	276.038	33,3
1998	371.855	34,7
1999	450.691	21,2
2000	560.804	24,4
2001	620.000	10,6

Fonte: Companhia Vale do Rio Doce.
A Companhia calcula que transporta 85% da soja produzida na região.
Aumento do volume transportado de 1992 para 2001: 2.215%

Outra vantagem da região de Balsas, que influenciou na decisão dos produtores paulistas de investir na região, diz Fábio Aidar, foi sua posição estratégica. Os produtos alcançam preços maiores pela proximidade do porto e por ser uma saída muito mais próxima dos mercados consumidores dos Estados Unidos e da Europa, e mesmo dos asiáticos, através do Canal do Panamá. A soja é exportada e o arroz e o milho encontram um mercado consumidor importante no Nordeste, onde é muito mais vantajoso comprar do Sul do Maranhão do que do Sul do país. O milho, comprado pelos nordestinos principalmente para abastecer as granjas, era quase totalmente importado da Argentina. Se os produtores do Sul do Maranhão já tinham a grande vantagem da proximidade, com a disparada do dólar essa vantagem se ampliou significativamente.

O papel do governo estadual foi importante ao asfaltar várias rodovias, entre as quais um trecho entre Balsas e Floriano, já na divisa com o Piauí, e o trecho de Balsas a Alto Parnaíba, no extremo sul do estado.

Vantagens topográficas e climáticas

Mudando completamente o modo de produção tradicional da área, as propriedades dos sulistas dispõem de máquinas modernissimas, como as colheitadeiras, que custam nada menos que R$250 mil cada uma. As máquinas geralmente utilizam o aparelho conhecido pela sigla GPS, que é um sistema de monitoramento por satélites. O aparelho emite sinais que são refletidos pelos satélites, fornecendo ao operador o itinerário exato que deve fazer com a máquina de modo a otimizar o trabalho, evitando entrar em áreas já trabalhadas ou deixar lacunas pelo caminho.

Um dos maiores empreendimentos da região de Balsas é a empresa Agroserra, em cuja propriedade foram

Soja: evolução da cultura de na região de Balsas

Safra	Área plantada		Produção		Produtividade
	Hectare	Aumento (%)	Tonelada	Aumento (%)	kg/ha
1988/89	22.850	-	33.863	-	1.701
1989/90	15.240	-33,3	4.176	-87,7	274
1990/91	4.600	-69,8	8.280	98,3	1.800
1991/92	20.500	345,7	27.000	226,1	1.317
1992/93	42.785	108,7	86.389	220,0	2.019
1993/94	62.911	47,0	140.927	63,1	2.240
1994/95	80.000	27,2	179.200	27,2	2.240
1995/96	90.000	12,5	207.000	15,5	2.300
1996/97	130.000	44,4	312.000	50,7	2.400
1997/98	166.000	27,7	418.320	34,1	2.520
1998/99	204.000	22,9	550.800	31,7	2.700

Fonte: Gerência de Estado de Desenvolvimento Regional de Balsas, com base em estatísticas da Campo – Companhia de Promoção Agrícola.

Aumento verificado entre as safras 1988/89 e 1998/99:

Área plantada	+792,8%
Produção	+ 1.526,6%

plantados na última safra 13 mil hectares de soja, 12 mil hectares de cana e mil hectares de outras culturas. Resultado: 30 mil toneladas de soja e 610 mil toneladas de cana. Quem pilota o empreendimento é Pedro Augusto Ticianel, um paranaense de Bandeirantes, defensor apaixonado da região e de suas potencialidades. No início da década de 80 sua família tinha investimentos em Mato Grosso, mas queria mudar de região, porque na época não havia transportes e o custo era muito alto para internar insumos, que chegavam pelos portos de Santos ou Paranaguá, e também para exportar, por um desses mesmos portos.

Ticianel, que é engenheiro florestal, foi o escolhido para encontrar a área em que fosse mais viável produzir tanto para o mercado externo quanto para o interno. Ele se fixou nas regiões Norte e Nordeste e procurou áreas que atendessem às exigências de produção, que são clima, solo, terreno plano, chuva regular, bem distribuída, calcário, crédito oficial e privado; e que atendesse também às exigências de logística, que são as facilidades para internar insumos, exportar e vender no mercado interno. O Norte foi logo descartado por questões ecológicas e excesso de chuvas. A decisão foi pelo cerrado nordestino e dentro deste a escolha recaiu sobre o Sul do Maranhão por causa da topografia, existência de calcário, clima, com precipitação pluviométrica semelhante à do Centro-Oeste, região próxima à Estrada de Ferro Carajás e condição portuária favorável. Outro aspecto que fortaleceu a decisão foi a proximidade dos mercados do Norte e Nordeste, na época, de 55 milhões de habitantes, quase a metade da população brasileira.

Mudando completamente o modo de produção tradicional da área, as propriedades dos sulistas dispõem de máquinas modernissimas, como as colheitadeiras, que custam nada menos que R$250 mil cada uma.

Culturas diversificadas

Em 1984, Ticianel comprou em nome do grupo 10 mil hectares de terras na região de Balsas, e desde então o empreendimento vem crescendo até chegar aos dias de hoje com 106 mil hectares, dos quais 26 mil produzindo a todo vapor. O projeto de viabilidade que elaborou sugeria um crescimento gradual, compatível com a região e com a chegada da infra-estrutura. O projeto estratégico de longo prazo era voltado para a produção de soja.

Em Balsas já havia algumas facilidades como telefone e Banco do Brasil. Mas, por falta de empresas compradoras de soja, o empreendimento ficou centrado na produção de arroz. Só com a chegada da Ceval (atual Bunge) e depois da Cargill, os investimentos foram redirecionados para a soja e depois também para a cana, cultura que vinha se mostrando compatível com o cerrado. Em 1992, a Agroserra adquiriu uma usina de açúcar e álcool que estava desativada no Ceará e que pertencia ao Banco do Brasil. Hoje, com as 610 mil toneladas de cana colhidas, a empresa está produzindo 53 milhões de litros de álcool carburante, o que corresponde a 70% da demanda de álcool do Maranhão.

A Agroserra está também desenvolvendo pesquisas para investir em outras culturas, entre as quais a de café, de uva, bambu (para papel-moeda) e reflorestamento com lenhosas (para a celulose). No total, o projeto está empregando 1.500 pessoas. Mas o principal responsável por essa prosperidade não está satisfeito. Pedro Ticianel diz que o empresário não pode abrir mão de sua responsabilidade social: "não adianta crescer sozinho, cercado por pessoas vivendo em dificuldades". E esclarece que não se trata de distribuir sopão e sim de integrar a comunidade local ao mesmo sistema

de produção de que dispõe, retirando os sertanejos da idade média.

A Agroserra está investindo anualmente US$100 mil em projetos sociais. Um deles consiste em levar 20 a 30 famílias de pequenos agricultores (com até 300ha de terras) de cada vez para o empreendimento, cedendo alojamentos, alimentação, transferindo o *know how* da produção moderna de diversas lavouras, incluindo café e uva. Depois desse trabalho, o empresário pretende levar os agentes financeiros e mostrar que é possível e rentável financiar os pequenos agricultores. "Quero mostrar que cada família – diz Ticianel – pode tirar de US$2 a 3 mil por mês em suas terras". Para o diretor presidente da Agroserra, se o projeto for bem-sucedido pode se transformar em um modelo para o estado, o que seria sua forma de retribuir os estímulos do governo ao agronegócio, que se deram principalmente com o provimento da infra-estrutura necessária.



DESENVOLVIMENTO ACELERADO

Vários fatores contribuíram para que empreendimentos como a Agroserra se desenvolvessem aceleradamente na região de Balsas. Um deles foi, certamente, a instalação de empresas compradoras na cidade, como a Ceval (atualmente Bunge Alimentos)

Apoio vital à agricultu

A pujança da produção agrícola da região de Balsas certamente não existiria, ou então estaria capengando, sem o concurso de duas instituições: a Embrapa e a Fapcen. A Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária –, do Ministério da Agricultura, atende aos produtores de todo o Brasil, e a Fapcen – Fundação de Apoio à Pesquisa do Corredor de Exportação Norte –, sediada em Balsas, é uma instituição privada que dá assistência aos produtores rurais do Sul do Maranhão, Sul do Piauí e Tocantins.

A Embrapa-Soja está sediada em Londrina, onde se desenvolvem as pesquisas de seleção de novas variedades, sempre no sentido de incorporar resistência às principais doenças e produtividade entre suas características. O método de seleção consiste no cruzamento de indivíduos que apresentem as características desejáveis: por exemplo, pais resistentes às principais doenças, com mães que apresentem alto índice de produtividade. Da geração seguinte, toma-se os filhos que herdaram apenas uma das características e cruza-se com um dos pais. A técnica é repetida várias vezes até se obter indivíduos que tenham incorporado e consolidado todas as características perseguidas. O processo não é excessivamente demorado, como seria com animais, porque cada geração de soja produz uma nova em apenas seis meses. Mesmo assim, seguindo-se todos os passos, só se obtém uma nova variedade depois de sete a oito anos.

A unidade da Embrapa de Balsas foi instalada em 1986. Segundo o engenheiro agrônomo Dirceu Klepker, pesquisador e supervisor da unidade, o principal trabalho, no caso específico da cultura de soja, é testar em campo as variedades produzidas por Londrina para o cerrado, selecionando-se, entre elas, as mais adaptáveis às especificidades edafoclimáticas (condições de solo e de clima) da região. Hoje, há no mercado da macrorregião que engloba o Sul do Maranhão, Sul do Piauí e Tocantins nove variedades de soja produzidas e disponibilizadas pela Embrapa. Os trabalhos da instituição com a soja são de importância capital para a região por ser a sua principal lavoura.

Na safra deste ano, a região de Balsas está plantando 218 mil hectares de soja. A primeira plantação, no entanto, foi de apenas 33 hectares, feita nos idos de 1978 por um dos pioneiros oriundos do Rio Grande do Sul, Leonardus Josephus Philipsen. A safra de 1988/89 já ocupava quase 23 mil hectares de terra, mas a safra seguinte foi atacada pela doença conhecida por cancro da haste. Em apenas dois anos a área plantada encolheu para 4,6 mil hectares, ou seja, um quinto do que era. Muitos produtores consideram que para eles foi de certa maneira uma sorte a praga já ter atacado anteriormente lavouras do Mato Grosso e do Paraná. Por essa razão, a Embrapa já estava com um trabalho bastante adiantado de seleção de novas variedades resistentes à doença. Na safra de 1991/92 o problema já estava solucionado, com a área plantada crescendo nada menos que 346%.



e a Cargill. Ainda como Ceval, a empresa chegou a Balsas em 1989 e ficou praticamente dois anos fechada porque a produção de soja era incipiente e ainda houve quebra das safras em função de pragas. A safra 1991/92 já foi de 26 mil toneladas e seguiu crescendo até chegar a mais de 700 mil. São 218 mil hectares plantados no Sul do Maranhão, 60 mil no Sul do Piauí e 50 mil no estado de Tocantins. A Bunge compra atualmente 60% da safra. O gerente de Originação da unidade de Balsas, José Carlos Gabriel, diz que a empresa só está esperando haver um maior volume de produção para implantar uma fábrica esmagadora em São Luís.

Mas há produtores insatisfeitos com as compradoras. Eles dizem que, se no começo representaram um estímulo, hoje têm todos os produtores nas mãos, não só controlando os preços, mas também financiando a produção. Como a região usa como parâmetro para os preços a Bolsa de Chicago, as compradoras usariam cálculos exagerados de fretes para reduzir o preço final e lucrar com a diferença. Representantes das compradoras atribuem a responsabilidade à Companhia Vale do Rio Doce, que estaria reajustando os fretes de acordo com a

ra da região de Balsas

A Fapcen foi criada em 1993, logo após a superação do tormento causado pelo cancro da haste. É possível que a ocorrência da praga tenha alertado os agricultores, surgindo a necessidade de uma organização que lhes desse apoio técnico e científico. A Fapcen foi criada como instituição sem fins lucrativos pelos próprios produtores, tendo como principais objetivos promover, estimular e dar suporte a pesquisas de diversas culturas. A organização tem como atividades também prestar serviços técnicos a órgãos públicos e privados, exercer atividades científicas e culturais, divulgar os resultados de pesquisas, através de palestras, relatórios de safra e eventos conhecidos como "dias de campo", realizar treinamentos de pessoal e divulgar a região para atrair novos investimentos. A instituição testa novas variedades e valida tecnologias de produção oriundas de diversos centros de pesquisas, inclusive de empresas privadas. As culturas principais são soja, milho, arroz, algodão, feijão comum, feijão caupi, sorgo, algodão e coberturas verdes.

As receitas da instituição provêm de revendas de sementes, de *royalties*, das contribuições de empresas de produtos agrícolas para os eventos e principalmente das anuidades pagas pelos sócios contribuintes e pelos sócios cotistas, que variam de acordo com o número de hectares de suas propriedades. Entre os sócios contribuintes estão incluídos, além de produtores, empresas de revendas de máquinas e equipamentos e empresas de assistência técnica. Os testes de campo realizados pela Embrapa para a seleção de variedades, acontecem nas propriedades dos associados da Fapcen, que cedem terras, mão-de-obra, máquinas e equipamentos. Os sócios cotistas são também multiplicadores das sementes das novas variedades. Eles têm direito a cotas de sementes proporcionais ao número de cotas que possuem da instituição. Depois de multiplicar as sementes, esses sócios vendem o material para outros produtores por preços que têm embutidos os *royalties* que devem ser destinados à Embrapa.

No caso da soja, hoje a produtividade média no Brasil, segundo dados da Conab em relação à safra 2000/01, é de 2.720kg/ha. Na região de Balsas já há propriedades, como a Fazenda Serra Vermelha, produzindo 2.940kg/ha, acima, portanto, da média nacional. Segundo o supervisor da unidade da Embrapa de Balsas, Dirceu Klepker, a instituição já selecionou material com uma produtividade de 4.000kg/ha, e, dentro de 10 anos já haverá variedades produzindo 5.000kg/ha. Antes, o produtor da área de Balsas tinha que se contentar com variedades que trazia do Sul do país ou do Mato Grosso e que em boa parte das vezes não apresentavam a mínima compatibilidade com a região. Segundo alguns produtores, na época eles apenas brincavam de produzir soja. Atualmente, segundo o presidente da Fapcen, Gilberto Zeny, o agricultor está se tornando cada vez mais exigente, querendo a cada ano novas variedades, que no mínimo apresentem ganho de produtividade em relação à safra anterior, num processo que não tem volta.

variação do dólar. A companhia, por sua vez, diz que não pode fugir ao que é estabelecido pela agência reguladora e que quem está lucrando realmente são as compradoras, devolvendo dessa forma as acusações.

O gerente geral da Lavronorte, Francisco José Honaiser, diz que de 1994 para cá o sistema de crédito passou do Banco do Brasil para as empresas compradoras. "A produção – diz ele – está nas mãos das empresas estrangeiras. Se elas quiserem reduzir nossa produção, é só trancar o crédito". O financiamento se dá na forma de compra antecipada da produção, sistema que é chamado de soja verde. A correção segue a variação cambial, mais 12 a 15% ao ano. Em certas épocas do ano, as unidades dessas compradoras parecem instituições bancárias, tal o movimento de produtores buscando financiamento.



Mais competição

Um produtor, que prefere não se identificar, diz que o Banco do Brasil jamais poderia abrir mão de atuar numa área estratégica, que é o financiamento. E levanta a hipótese de que as empresas compradoras, todas estrangeiras, poderiam estar seguindo o interesse de seus países, dificultando nossa produção. Por exemplo, diz ele, preocupados com a competição, os Estados Unidos estão subsidiando fortemente seus produtores de soja. O governo americano garante o preço mínimo de US$5,26 por *bushel* (27kg), cobrindo a diferença quando o preço do mercado fica abaixo. O governo brasileiro calcula que o prejuízo causado aos nossos produtores é de US$1 bilhão anuais, e está inclusive estudando entrar com uma ação contra os Estados Unidos na OMC – Organização Mundial do Comércio. Para esse produtor, além da ação, o governo brasileiro deveria retomar seu papel intransferível de indutor do desenvolvimento, de estimulador da produção, pela via do crédito, evitando que fiquemos à mercê de interesses estranhos. Mas nem todos concordam com essa hipótese. Para outros produtores, a única motivação das compradoras é ganhar dinheiro, aproveitando-se da situação, o que não consegue destruir, mas acaba reduzindo a competitividade do agricultor local. Muitos entendem que a questão só vai ser resolvida com a chegada de mais compradoras à região, o que vai forçar a competição, acabando por favorecer os agricultores.

Os problemas não têm impedido que a região siga com ótimo ritmo de crescimento (tabelas) e algumas das razões para esse desempenho são certamente o dinamismo e a ousadia dos empresários estabelecidos na área. O que explica essas características talvez seja a faixa de idade da maioria deles, de 30 a 45 anos. Fábio Aidar, que está com 32 anos, conta que veio para Balsas sabendo que todos os governos estão atravessando uma fase de dificuldades e preparado para investir em tudo que fosse necessário para viabilizar a produção. Uma das iniciativas foi colocar um trator e um caminhão para fazer a manutenção da estrada que utilizava. E esse comportamento é generalizado. Em um bar de Balsas, um outro produtor reclamava muito dos seus vizinhos, que não o ajudaram a consertar a estrada na época da colheita. Todos concordaram que era falta de espírito de cooperação, ninguém pensou em responsabilizar os governos municipal, estadual ou federal.

Dinamismo e ousadia dos produtores

Em 1996, um grupo de empresários franceses, compradores de farelo de soja, visitou áreas da Fazenda Serra Vermelha que ainda eram cerrado bruto. Eles voltaram no ano seguinte e foram levados a visitar a mesma área, já então totalmente tomada pela soja. E não acreditaram no que viram: "Essa era aquela área feia de cerrado, que parecia não dar nada? Realmente, os fazendeiros europeus e americanos têm que morrer de medo de vocês." E contaram que na França os fazendeiros são idosos, mais acomodados, e que seus filhos, ao contrário do que acontece no Brasil, preferem abandonar o campo e abraçar atividades urbanas.

O espanto dos franceses procede. Várias cenas confirmam o dinamismo e a ousadia desses produtores. Em um restaurante de Balsas, o repórter ouve dois jovens produtores discutindo sobre qual teria sido o momento certo para vender a soja da última safra. E elogiam um terceiro, de 35 anos, que teve paciência, acreditou que os preços na Bolsa de Chicago reagiriam, aguardou mais um tempo e acabou lucrando na operação nada menos que R$400 mil a mais que os outros. No *lobby* de um hotel da cidade, um produtor, de seus 30 anos, se encontra com o representante de uma empresa revendedora de GPS, que lhe oferece o aparelho. O produtor perguntou o preço, que era de US$13 mil, quis saber se ele tinha o equipamento em estoque e, ao ouvir a resposta afirmativa, fechou o negócio na hora, solicitando que a entrega fosse feita no dia seguinte. Nem pediu abatimento.

Cultura: choque e integração

Gaúchos trazem sua habilidade no trato da terra e seus costumes para o Maranhão: todos saem ganhando

— Vamos ao CTG (Centro de Tradições Gaúchas) outra vez, chê? — pergunta o jovem gaúcho ao amigo.
— Claro, não quero perder nem um dia da Semana Farroupilha.

O diálogo, real, nada teria de estranho se acontecesse em alguma cidade do Rio Grande do Sul, mas não, evidentemente, na cidade de Balsas, no Sul do Maranhão, em pleno cerrado nordestino. Essa transposição de tradições culturais para a região vem ocorrendo desde que alguns pioneiros gaúchos inauguraram a imigração, nos idos de 1974.

Junto com a conhecida habilidade no trato da terra, os gaúchos trouxeram suas tradições mais caras. O CTG funciona num galpão de grandes dimensões em um ponto dos arredores da cidade e está lotado de imigrantes e seus filhos maranhenses, boa parte devidamente *pilchada* com os trajes característicos, que incluem a famosa bombacha. O estacionamento, coalhado de caminhonetes do ano, dá uma pista do PIB ali reunido.

Festa gaúcha no Maranhão

No dia da visita do repórter acontecia a eleição da Prenda Mirim, concurso que elege a menina/adolescente que mais se destaca em alguns quesitos, como no desfile de trajes típicos, na interpretação de uma canção gaúcha e ao dançar com um parceiro. Algumas delas concorrem a Prenda Mirim, mas pelo andar parecem querer se candidatar na verdade é a Gisele Bündchen. Pelos biótipos, nada impede. De nativos no local, somente alguns convidados, os garçons e o calor maranhense.

Se os costumes gaúchos são muito diferentes, nota-se também que os moradores locais já estão habituados com essas estranhezas. Os garçons, por exemplo, trabalham *pilchados* com naturalidade, como se tivessem nascido nos pampas sulistas. Com o tempo, os imigrantes também vão absorvendo a cultura local.

O que não falta são diferenças entre os costumes. Por exemplo, o nordestino não consome animal castrado, como no Sul, por duas razões: a primeira é porque o animal nessas condições tem uma capa de gordura que prejudica a feitura da carne-de-sol. No processo de desidratação, a carne perde muito peso e na avaliação dos maranhenses não fica com um bom sabor. O outro motivo – para muitos, o principal – é porque se acredita ser muito arriscado consumir animal castrado, que afinal é impotente. Galinha morta em saco plástico, como as que são oferecidas nos supermercados, o consumidor local não compra. Só viva. É a única forma que tem de saber se é caipira e não de granja, além de poder extrair o sangue para a tradicional galinha ao molho pardo ou à cabidela.

Atendendo à demanda da freguesia nativa, continua em funcionamento, numa das principais praças da cidade, a feira diária tradicional, que oferece de tudo: de redes a sandálias de couro, de peles de bode a galinhas e cabras vivas. Tudo isso coexiste com um moderno *shopping center*, instalado numa rua não muito distante da praça.

Um outro costume local é consumir no café da manhã o cuscuz feito de milharina, que é uma espécie de quirera de milho. E, para fazer a iguaria, o milho tem quer ser seco ao sol, não pode passar pelo secador ou forno, como no Sul, porque o ar quente deixa os grãos ressecados, o que não dá um bom cuscuz. Outros pratos do cardápio local, que os sulistas só vieram conhecer na região de Balsas: panelada

(buchada de boi com arroz e farinha); chambaril (mocotó de boi ou caldo de mocotó); maria-isabel (carne-de-sol com arroz); buchada de bode (espécie de dobradinha de bode com miúdos); galinhada (galinha ao molho pardo); sarapatéu (sangue de porco com miúdos de porco); beiju (panqueca de mandioca ou tapioca).

Longas viagens e lazer

Ao mesmo tempo em que se integram à cultura local, muitos gaúchos não perdem os vínculos com sua própria cultura nem com os amigos e parentes do Rio Grande do Sul. Há uma linha de ônibus, com três viagens semanais, que faz uma rota que poucos poderiam imaginar: Ijuí—Balsas, transportando passageiros e também ferramentas e equipamentos. Segundo um dos motoristas, os ônibus partem de Ijuí ou Carazinho, no Rio Grande do Sul, e seguem pelo Oeste dos estados do Sul, passam por Cascavel, no Paraná, Presidente Prudente e depois São José do Rio Preto, no estado de São Paulo, chegam a Uberaba, em Minas, e seguem até Brasília, onde entram pela Belém—Brasília e depois pegam um trecho da Transamazônica até Balsas, no Maranhão. Tempo da viagem: 54 horas.



Enquanto alguns ainda mantêm vínculos importantes com suas raízes, outros imigrantes parecem ter queimado os navios, integrando-se de corpo e alma à cultura local. Hoje, já vem despontando na região uma geração de crianças morenas com olhos claros ou louras de olhos escuros.

Nos fins de semana, um dos hábitos de lazer a que se dedicam muitos produtores sulistas é descer o rio das Balsas em câmaras-de-ar de trator ou de caminhão, utilizadas como bóias. Acompanhando o cortejo segue uma embarcação servindo bebidas e churrasco. Outras vezes, a descida do rio é feita com várias balsas, ocasião em que se dedicam também à pesca, cujo produto é preparado e consumido ali mesmo, durante o percurso, e regado a muita cerveja.

Os sulistas fazem hoje, como lazer, o que os sertanejos faziam há muito tempo para comerciar. Eles construíam embarcações toscas, espécies de jangadas, e desciam o rio transportando peles, bodes, macaxeira para vender na cidade. Como não havia motores, e por isso não podiam subir contra a corrente, a embarcação era abandonada e eles voltavam a pé para casa, onde mais tarde construíam outra embarcação. Essa é a origem dos nomes do rio das Balsas e da cidade de Santo Antônio de Balsas, conhecida simplificadamente pelo último nome.

União Norte-Sul

Enquanto alguns ainda mantêm vínculos importantes com suas raízes, outros imigrantes parecem ter queimado os navios, integrando-se de corpo e alma à cultura local. Hoje, já vem despontando na região uma geração de crianças morenas com olhos claros, louras de olhos escuros ou com outras características resultantes do amor entre imigrantes e locais.

Luís Carlos Gauer, sócio de uma fazenda de 3.500ha, é um exemplo: casou-se com uma bonita maranhense chamada Luziene, com quem tem uma filha e nem se lembra mais da cuia com chimarrão. Luziene define a união como o encontro do Norte com o Sul. O gerente geral da Lavronorte, empresa de produtos para a lavoura, Francisco José Honaiser, gaúcho de origem alemã, durante a entrevista exibe orgulhoso a foto da neta, de traços alemães, que mantém sobre a mesa de trabalho. Ele diz que costuma brincar com o genro, um maranhense típico, dizendo que seu sangue é fraco. A menina é lourinha como ele e a razão seria o "sangue forte" do avô. Mas confessa que fica encantado com a maneira de falar da neta, uma linda alemãzinha com sotaque maranhense. (**M. B.**)

Um estado sem secretarias

O Maranhão eliminou a estrutura tradicional das secretarias e adotou um modelo gerencial de administração

Quem precisa obter informações sobre o Maranhão e entra na Internet tentando acessar os *sites* das secretarias estaduais perde tempo, não consegue o que quer, e ainda fica surpreso quando descobre que a administração estadual está funcionando normalmente, talvez melhor que antes, e está totalmente informatizada. O problema é que no Maranhão – caso único no Brasil – as palavras-chave são outras. Desde 1999, as secretarias foram eliminadas e substituídas por um modelo inédito de gestão, próprio da iniciativa privada.

Em lugar das secretarias, foram criadas oito gerências centrais, como, por exemplo, a Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e a Gerência de Infra-Estrutura, cuja incumbência é a de formulação e avaliação das políticas públicas. Ao mesmo tempo, o estado foi dividido em 18 regiões e cada uma ganhou uma gerência regional, que funciona no município-sede de cada região, que pode ser considerado a capital de um miniestado. As gerências regionais são como governos locais, com a incumbência de executar as políticas formuladas pelas gerências centrais em todas as áreas e com poderes para resolver problemas de menor monta, sem a necessidade de consulta aos órgãos centrais do estado. Do modelo antigo só restaram as autarquias ligadas às políticas nacionais, como são os casos, por exemplo, do Detran, da Junta Comercial e da Justiça.

Encurtando distâncias

O primeiro escalão do governo aponta duas razões principais para a mudança. A primeira foi observar que as decisões governamentais percorriam um caminho tão longo pelas inúmeras instâncias administrativas que acabavam não acontecendo na ponta, na base. Um gerente adjunto compara essa situação com a cachoeira da Fumaça, na Chapada Diamantina, na Bahia, onde a água cai de uma altura tão grande que não chega ao solo, evaporando-se no ar.

A outra razão tem a ver com o caminho inverso. Qualquer problema insignificante, ocorrido nos mais distantes rincões do estado, como a substituição do vaso sanitário quebrado de uma escola, levava meses para ser resolvido. Os funcionários e memorandos tinham que percorrer um longo e demorado caminho por todos os me-

andros da burocracia, morro acima, até – quando conseguiam – obter a autorização, devido à forte centralização de poderes. Normalmente, um funcionário do interior nunca conseguia falar com quem decidia efetivamente, tendo que se contentar em encaminhar seus pleitos à secretária da secretária da secretária, diz o gerente adjunto de Planejamento Econômico (cargo que equivale ao de subsecretário), Arnaldo Lopes da Silveira.

No primeiro mandato da governadora Roseana Sarney (1995-98), procurou-se enxugar a máquina do estado, com a privatização de empresas, informa o gerente adjunto de Planejamento, José Henrique Polary. Restaram apenas a Caema, empresa de águas e esgotos, a Cemar, companhia de energia elétrica, que foi privatizada no ano passado, e o Banco do Estado, que foi federalizado e também deve ser privatizado. O plano de demissão voluntária de servidores, até adequar a folha de pagamentos à Lei Camata, foi outra iniciativa no sentido de enxugar os gastos.

Em nome da eficiência

De acordo com avaliação do governo estadual, o ajuste, saneamento e reaparelhamento da estrutura administrativa no primeiro mandato devolveram ao Maranhão a capacidade de investimento. Mas o estado ainda claudicava na questão da eficiência, da execução efetiva das políticas públicas, o que tornou necessária a substituição da matriz administrativa. A mudança da nomenclatura dos órgãos superiores do Poder Executivo para "gerências" teve o objetivo manifesto de mudar a cultura administrativa e as práticas de gestão. Procurou-se aproximar a administração de uma cultura gerencialista, ou seja, orientada para objetivos e resultados. Silveira diz que a execução do planejamento anual é acompanhada em reuniões periódicas, quando os gerentes e responsáveis pelas ações são cobrados em relação a resultados.

A oposição centra as críticas não no novo modelo, mas nas indicações dos gerentes, que não seriam profissionais e sim aliados políticos do governo. Cleonice Correia de Araújo, mestre em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, diz que a chamada "administração moderna, ou seja, a descentralização do poder nada mais é do que uma nova forma de oligarquia". Os gerentes dizem que a oposição pode criticar os nomes por divergências políticas, mas não o fato de não serem profissionais, já que o cargo é essencialmente político.

O governo avalia que houve avanços na aproximação do poder com a população nos mais distantes locais do estado, mas também tem reparos, entendendo que ainda há um bom caminho a ser percorrido. Documento de avaliação do governo do estado diz que, contrapondo-se aos avanços, observa-se uma aparente desarticulação das ações entre as diversas instâncias da nova estrutura. No processo de ajuste, dizem as avaliações, o estado está gradativamente encontrando uma identidade de entendimentos e linguagem, bem como parâmetros para estabelecer normas, objetivos e estratégias nessas relações. **(M. B.)**

OS DESAFIOS DO MARANHÃO

Não conhece quem não quer

O governo maranhense disponibiliza recursos tecnológicos sobre meio ambiente e investimentos no agronegócio no estado

EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA

O meio ambiente está diretamente ligado às principais oportunidades e ameaças para a maioria dos projetos de desenvolvimento e investimento no estado do Maranhão. Investimentos em infra-estrutura, nas cadeias do agronegócio, em turismo, agricultura e serviços implicam sempre a questão ambiental.

Processo pioneiro

Preocupado em conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental, o governo do Maranhão desenhou e implantou um processo de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) pioneiro no país. Esse sistema de gestão territorial e ambiental integrada foi desenvolvido pela Embrapa Monitoramento por Satélite (www.cnpm. embrapa.br). Ele é capaz

de responder a uma série de indagações que interessam ao planejamento e desenvolvimento econômicos, agrícolas e ambientais.

Em primeiro lugar, o sistema desenvolvido colocou na Internet uma infinidade de informações básicas para estudos preliminares de viabilidade e oportunidade de negócios e investimentos, dentro de uma visão territorial. Para o interessado o acesso aos dados é absolutamente transparente e gratuito. Baseado, sempre que possível, em *softwares* de domínio público, seus produtos, de fácil utilização, estão disponíveis na Internet 24 horas por dia, sete dias por semana, passíveis de consultas e até de cruzamentos de dados de forma remota, gratuita e amigável. O sistema oferece mapas, imagens de satélite, fotos aéreas, dados numéricos e admite consultas por município, região de governo e para o conjunto do estado, e segue sendo implantado e enriquecido. O endereço eletrônico é: www.zee.ma.gov.br.

O *site* tem recebido uma média de 3 mil consultas por dia desde seu lançamento. Quem deseja informações sobre a socioeconomia do estado do Maranhão encontra no *site* do ZEE dados numericamente hierarquizados e mapas. O interessado pode gerar mapas com dados do IBGE, SUS, Geplan, Banco do Brasil e explorar sua repartição espacial, tanto para o estado como para cada região de governo.

Dados e mapas do crescimento

Caso o mapa apresentado no ZEE não atenda ao usuário, um sistema inédito permite definir para cada variável de interesse o número e extensão de classes, o tipo de estatística que deseja aplicar e até a cor de cada classe no mapeamento. Cerca de 5.700 mapas sobre agronegócio, saúde, educação, sistema financeiro, energia, telefonia, população e cidadania foram elaborados, mas um número infinito de mapas pode ser gerado pelo usuário em função de seus interesses e preocupações.

Esse sistema permite avaliar a real importância do Maranhão no agronegócio do Nordeste e do país. Apesar de representar apenas 16% da área e da população rural do Nordeste, o estado responde por cerca de 25% de sua produção de soja, mais de 54% do arroz e 28% da produção de cereais do Nordeste. Na área de produção animal, o Maranhão detém 27% dos suínos e 18% dos bovinos do Nordeste, além de apresentar os maiores índices de produção de cereais, oleaginosas e grãos por habitante rural. A evolução e o crescimento dos indicadores sociais e econômicos têm sido significativos e muito positivos nos últimos cinco anos, como pode ser observado em vários mapas e dados numéricos disponíveis no *site* do ZEE.

Não existe um zoneamento ou mapa que responda a todas as demandas de interesse do setor agrícola. Assim, zoneamentos específicos estão sendo discutidos e elaborados em função de problemas e demandas precisas.

Tecnologia amigável

Quem deseja conhecer o uso das terras e a ocupação agrícola no estado, numa região de governo ou num determinado município pode recorrer a uma série de fontes disponibilizadas no ZEE.

Imagens de satélite cobrindo todo o estado, com cerca de 30m de resolução, podem ser consultadas, obtidas e utilizadas facilmente, tanto em base digital original, como sob a forma de cartas imagens na escala 1:250.000, devidamente georreferenciadas, onde estão registradas as principais estradas, localidades com seus topônimos. Trata-se do primeiro estado do Brasil a produzir e disponibilizar cartas imagens para a totalidade de seu território. O ZEE também elaborou dois mosaicos de imagens orbitais do estado, um para 1984 e o outro do ano 2000. A consulta e a comparação das informações são simples graças a um *software* desenvolvido pela Embrapa Monitoramento por Satélite.

Não existe um zoneamento ou mapa que responda a todas as demandas de interesse do setor agrícola. Assim, zoneamentos específicos estão sendo discutidos e elaborados em função de problemas e demandas precisas: expansão da soja, caju, carcinocultura, reflorestamento.

A definição e conteúdo das bases de dados estão sendo continuamente refinados em função da demanda e do uso real a que se destinam. Novas informações serão agregadas sobre o meio físico e biótico. Uma estrutura de informática e de rede de comunicação, específica e moderna, foi instalada pela Geplan, com a colaboração da Embrapa, e encontra-se funcionando em tempo integral. A atualização do sistema é constante. Um exemplo é o Monitoramento Orbital das Queimadas. As queimadas são detectadas diariamente a partir do satélite Noaa. Mapas semanais e mensais são disponibilizados no *site* do ZEE e permitem o acompanhamento do fenômeno.

Quem tem negócios ou pensa investir no Maranhão não pode deixar de consultar o *site* do ZEE. É um grande negócio.

Evaristo Eduardo de Miranda é doutor em ecologia e pesquisador da Embrapa Monitoramento por Satélite (mir@cnpm.embrapa.br).

Mangas arregaçadas

Estudos sobre o estado, disponíveis na Internet, fornecem os dados necessários para a formulação de urgentes políticas de desenvolvimento

MÁRCIO BUENO

Os esforços que o governo do Maranhão vem empreendendo no sentido de atrair investimentos para o estado, e dessa forma impulsionar o desenvolvimento, incluíram o lançamento recente de dois trabalhos de peso: o Zoneamento Ecológico-Econômico e o Portfólio de Investimentos. Ambos os trabalhos fazem uma radiografia do corpo e até – pela profundidade – da alma do estado, disponibilizando para os investidores uma massa de informações que eles dificilmente conseguiriam reunir, ou então levariam muito tempo e mesmo assim depois de contratar empresas especializadas.

Utilidade absoluta

Todo o trabalho está disponível gratuitamente ao público através do *site* do governo (www.ma.gov.br). Qualquer cidadão pode se inteirar da realidade do estado em seus mínimos detalhes e de suas potencialidades: estudiosos, jornalistas, empresários já estabelecidos no estado que queiram ampliar seus negócios ou investir em novas áreas, investidores de outros estados e de outros países. O trabalho que resultou no Zoneamento Ecológico-Econômico foi elaborado pela Embrapa Monitoramento por Satélite, com sede em Campinas, São Paulo, e o Portfólio de Investimentos, que é um estudo de identificação e promoção de investimentos no estado, foi realizado pelo consórcio Kingsley-Rosenberg.

Além de servir como uma espécie de guia aos potenciais investidores, os dois estudos vão balizar também as políticas públicas, orientando os investimentos do estado, identificando as áreas que mais necessitam de recursos, incluindo as sociais, projetando o que se faz necessário em infra-estrutura para garantir o desenvolvimento econômico sustentável, enfim, possibilitando o planejamento estratégico.

O Maranhão mapeado

O Zoneamento Ecológico-Econômico disponibiliza mapas do estado, das regiões e das microrregiões, fotos aéreas, dados numéricos e cartográficos, imagens obtidas por satélite, em 1984 e no ano 2000, o que permite a comparação da evolução tanto do desmatamento quanto da expansão agropecuária. As fotos mostram o estado, havendo a opção de se selecionar áreas mínimas e aproximá-las com alto grau de resolução. O trabalho não está pronto e nunca estará. A ele serão agregadas periodicamente novas e atualizadas informações numéricas e iconográficas.

O estudo foi contratado pela Geplan – Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico – e é bastante abrangente. Há *links* para mapas que indicam os espaços de preservação ambiental, parques, reservas indígenas; na área de infra-estrutura, há um mapa que mostra toda a malha viária do estado, incluindo rodovias federais, estaduais e municipais, rede ferroviária, portos e aeroportos; outro mostra o desenho de toda a rede de energia elétrica, com as distâncias e respectivas voltagens. A obra inclui informações topográficas e sobre os ecossistemas de todo o estado, servindo para orientar os investimentos no agronegócio.

No *link* para mapas e dados socioeconômicos, pode-se entrar nas páginas que fornecem informações sobre todo o estado, sobre cada região administrativa, ou sobre cada município. Escolhendo-se, por exemplo, o município de Balsas, pode-se optar por informações detalhadas sobre cada um dos seguintes itens: agronegócio, bancos, educação, energia e telefonia, população e cidadania, saneamento e saúde. Optando-se, por exemplo, por população e cidadania, obtém-se informações pormenorizadas sobre a população, divisão por faixa etária, número de eleitores, taxa de alfabetização, proporção das populações rural e urbana, crescimento populacional.

Se o pesquisador quiser dados sobre o agronegócio na região Sul do estado, vai obter dezenas de opções de *links*, que vão fornecer informações sobre o número de propriedades agrárias, proporção de propriedades de acordo com o número de hectares, produção anual

de cada uma das lavouras ou das criações, mão-de-obra ocupada em cada produto ou cada rebanho, índice de propriedades que controlam pragas e doenças. E o trabalho envolve uma certa interação – é possível aumentar ou diminuir as divisões apresentadas, bastando, no rodapé da página, alterar o "número de classes". Com isso obtêm-se informações ainda mais detalhadas. Ao lado aparece também qual o município, por exemplo, que menos produziu arroz e em que quantidade, qual o que mais produziu e também a média de produção dos municípios da região.

Números baixos

O empenho do governo estadual em atrair investimentos parte de um dado básico, definido pelo primeiro escalão do governo como o principal problema a ser enfrentado. O PIB do Maranhão é muito baixo. De acordo com dados do próprio governo do estado (que faz levantamentos próprios, discordando dos critérios do IBGE), em 1998 o PIB maranhense teria sido de R$13,3 bilhões. Se esse montante for dividido uniformemente pela população, todos ficam pobres, com uma renda anual de R$2.452,00. Os números do IBGE são ainda mais preocupantes, já que, segundo o instituto, nesse mesmo ano o PIB estadual teria sido de apenas R$7,2 bilhões, o que daria uma renda para cada maranhense de R$1.348,00 por ano, ou R$112,00 por mês, sem o décimo terceiro.

O gerente adjunto de Desenvolvimento Econômico, Arnaldo Lopes da Silveira, diz que o principal problema do Brasil é a má distribuição de renda e o do Maranhão ainda é a falta de renda. Essas iniciativas do governo estadual são exatamente para tentar criar renda internamente. No dia do lançamento dos estudos, no prédio do palácio do governo, diante de centenas de autoridades e empresários, a governadora Roseana Sarney disse que o estado só vai alcançar "a justiça social com o desenvolvimento econômico".

O Portfólio de Investimentos apresenta um conjunto de empreendimentos potenciais do setor produtivo articulados com investimentos em infra-estrutura, tudo isso combinado com o cenário de evolução dos mercados. O estudo elenca também todos os projetos já existentes nos setores público e privado. Através do portfólio, o estado procura atrair investidores brasileiros ou estrangeiros para que sejam parceiros principalmente nas atividades que considera mais promissoras, como turismo, siderurgia, construção, papel e celulose, plásticos, fruticultura e o agronegócio. O trabalho inclui projetos de desenvolvimento e zoneamento do Porto de Itaqui e também do Distrito Industrial de São Luís.

Além de servir como uma espécie de guia aos potenciais investidores, os dois estudos vão balizar também as políticas públicas, orientando os investimentos do estado, identificando as áreas que mais necessitam de recursos, incluindo as sociais.

Muito a fazer

O governo do estado faz projeções para um período que se estende muito além do final da atual gestão. Os estudos apontam para uma mobilização de investimentos nos próximos oito anos da ordem de R$20 bilhões, sendo R$8,2 bilhões em infra-estrutura e R$13 bilhões em empreendimentos de uma ampla gama de setores, que vão das pequenas agroindústrias da cadeia do babaçu até a elaboração de produtos acabados de alumínio. Os estímulos aos micro e pequenos negócios partem do pressuposto de que são esses os principais geradores de emprego e renda.

Mas diversos empreendimentos previstos são de alta tecnologia, exigindo mão-de-obra qualificada, como já é o caso do agronegócio no Sul do estado, na região de Balsas. Os produtores dessa região se ressentem da falta de profissionais de nível superior, mas também de técnicos de nível médio e até de trabalhadores capacitados a operar as máquinas sofisticadas que empregam na agricultura. Para contornar o problema, estão sempre trazendo profissionais do Sul do país. Diante dessa realidade, e para garantir que esses empregos sejam dos maranhenses, o governo está se preparando para começar a implantar, ainda este ano, 18 centros de capacitação tecnológica, cada um em uma região administrativa do estado.

Os centros deverão ser implantados e gerenciados pela Esae e pela FGV – Fundação Getulio Vargas –, em parceria com o Cefet – Centro Federal de Educação Tecnológica –, do Paraná, e com a USP. Os centros vão oferecer cursos de curta duração (por exemplo, para formar tratoristas), cursos médios, de 80 horas e também cursos para a formação de técnicos, com três anos de duração. Segundo o supervisor de Desenvolvimento Científico da Geplan, Jorge Aboud, todos os cursos compreenderão educação básica em disciplinas como matemática, física, química e biologia. O governo já fez um levantamento para identificar as demandas de cada região, que naturalmente são diferenciadas. Para uma, a maior necessidade é de torneiro mecânico, para outra, de técnico em irrigação ou tratorista, agrotécnico, guia turístico, técnico em informática.

A governadora Roseana Sarney finalizou o discurso, no lançamento dos dois estudos, dizendo que entende esses instrumentos como norteadores de uma política de desenvolvimento que traga melhoria das condições de vida da população e respeito ao meio ambiente.



FECHA ASPAS: ROSEANA SARNEY

Modelo inédito

ENTREVISTA CONCEDIDA A
MÁRCIO BUENO E
IVAN WEDEKIN

Apesar de ainda apresentar problemas sociais graves, como acontece com praticamente todos os outros estados da região, o Maranhão parece estar criando as condições para aumentar a renda per capita *e começar a sair do atraso em que se encontra em relação ao resto do país. O esforço para atrair capitais está passando por disponibilizar aos investidores um estudo minucioso, uma espécie de radiografia do estado com o levantamento completo das oportunidades de investimentos. Está passando também por dotar o Maranhão de uma boa infra-estrutura de transportes e energia. Os números mostram que o problema principal do estado não é, como no Brasil, a má distribuição de renda e sim, devido ao baixo valor do PIB, a falta de renda, o que está na raiz do empenho em criar condições favoráveis para os investidores. Nesta entrevista à* AGROANALYSIS, *a governadora Roseana Sarney diz apostar no agronegócio, na siderurgia, no turismo e na pesca para alavancar o desenvolvimento. O agronegócio, especialmente, já é uma realidade no Sul do estado, onde se concentram produtores gaúchos, paranaenses, paulistas, que estão mudando a fisionomia do cerrado, já na fronteira com a caatinga, produzindo um grande volume de grãos, destinados principalmente ao mercado externo. Visando garantir efetividade às suas ações, inicialmente extinguiram-se as secretarias e nove empresas que perderam o foco no seu negócio, em seguida adotou-se um modelo absolutamente inédito de gestão do estado, seguindo pela implantação da infra-estrutura necessária ao desenvolvimento e, neste momento, concentrando esforços na busca da melhoria da qualidade dos postos de trabalho, na capacitação e na busca da tecnologia adequada aos processos produtivos.*

Em que momento a senhora chegou à conclusão de que o modelo de gestão tradicional do estado era ineficiente, estava ultrapassado?

— No primeiro mandato, nós fizemos uma reforma administrativa, enxugando a máquina, que estava muito inchada. Ao mesmo tempo, começamos a desenvolver o governo itinerante, que era levar o governo a todo o estado, a todos os municípios, procurando conhecer a realidade de cada local, perguntando aos cidadãos o que estava acontecendo, se havia ações do estado que não estavam chegando na ponta.

Foi nessas andanças que a senhora constatou que a máquina tinha problemas?

— Exato. Em um determinado município, eu encontrei uma escola, onde cheguei mais ou menos às sete horas da noite, simplesmente sem luz e sem alunos. Procurei saber o que estava acontecendo e os funcionários me disseram que o sistema elé-

trico tinha pifado, que já haviam mandado um ofício para a diretora regional e que estavam aguardando uma resposta. Procurei saber da diretora regional por que o problema ainda não havia sido solucionado e ela me respondeu que tinha encaminhado um ofício para o diretor de Patrimônio da Secretaria de Educação, em São Luís. Ou seja, havia uma burocracia muito grande, uma centralização que dificultava tudo.

E qual foi a saída?

— Cheguei à conclusão de que seria necessário descentralizar as ações, dar uma certa autonomia a instâncias inferiores do governo, o que poderia melhorar muito o funcionamento da máquina do estado. Quando fui reeleita, em 1998, decidi que não iria mais governar com o mesmo modelo de gestão do estado. Eu queria uma administração mais dinâmica, não através de secretarias temáticas, porque você não trata um tema isoladamente, você não trata somente a saúde, você tem que tratar a saúde junto com saneamento, com meio ambiente. Nós tínhamos que mudar, não podíamos nos conformar em deixar tudo como estava. Dividi o estado em 18 regiões, colocando gerentes regionais em cada uma delas, estabelecidos em um município escolhido como sede, terminei com as secretarias tradicionais de estado e criei também oito gerências centrais.

E qual é a diferença entre as gerências centrais e as regionais?

— Essas gerências centrais são abrangentes e formulam, em São Luís, as políticas de governo para todo o estado, que depois são executadas nas pontas, nas bases, pelas gerências regionais. Os gerentes regionais também executam e fiscalizam obras, mas na realidade eles têm metas a atingir. Na área de qualidade de vida, eles têm, por exemplo, um determinado índice de cobertura vacinal a alcançar e fazem isso mobilizando os agentes de saúde, a comunidade e reunindo-se com os prefeitos e os vereadores da região. Na área da educação, em cada ano eles têm uma meta específica a cumprir, um índice de crianças de sete a 14 anos nas salas de aula.

O novo modelo está dando resultados?

— Está funcionando. Nós estamos fazendo avaliações sistemáticas com os gerentes, procurando seguir o modelo empresarial. Normalmente o estado não está habituado a lidar com um modelo assim, mas eu estou muito satisfeita com os resultados que vêm sendo obtidos. Cada gerente tem o seu desempenho avaliado mediante metas e indicadores. Todas as questões menores são resolvidas no âmbito das gerências, não é mais necessário o deslocamento até São Luís e a peregrinação pelos meandros da burocracia.

A senhora pode dar um exemplo de problema que pode ser resolvido pelo gerente na própria região?

— Claro. Troca de fiação elétrica, compra de lâmpadas, coisas pequenas, eliminação de goteiras, preservação das estradas, bomba d'água que enguiçava e ficava às vezes 20 dias sem conserto, porque tinham que vir até aqui em busca de autorização.

A mudança de modelo apenas é suficiente? O novo modelo não pode ficar emperrado por causa da mentalidade burocrática?

— Já está havendo mudança de mentalidade. Não vou dizer que foi fácil nos primeiros momentos. Antes, muitos dos nossos secretários eram políticos, alguns com mandatos de deputados federais. Quando adotamos o novo modelo, quem é que queria deixar de ser secretário para ser gerente? Foi uma mudança radical. Hoje, o sistema está bem absorvido no estado. Eu tenho políticos como gerentes, mas que têm também formação técnica direcionada para as áreas que estão dirigindo. Naturalmente que os ajustes necessários têm sido implementados conforme o resultado de cada avaliação.

A senhora trouxe muita gente da iniciativa privada para as gerências?

— Infelizmente eu trouxe pouca gente porque os salários pagos pelo estado estão abaixo dos salários de mercado. Nós não temos como competir com a iniciativa privada.

E com os salários comprimidos não é difícil fazer a máquina funcionar, ainda que adotando um novo modelo de gestão?

— É difícil, mas não é impossível. Foi um desafio para todo mundo. Nós procuramos aproveitar a maioria das pessoas daqui mesmo, boa parte bastante desestimulada, e desenvolvemos programas de treinamento, cursos de reciclagem. Para eles, foi um desafio e ao mesmo tempo um estímulo.

Na sua visão, qual é o papel do estado em relação à iniciativa privada, em relação à questão do desenvolvimento?

— Nós temos que ser estimuladores, que ser facilitadores. No Maranhão, eu costumo dizer que, o governo atua como integrador das sinergias existentes. Por exemplo, hoje mesmo nós fizemos o lançamento do Zoneamento Ecológico-Econômico e do Portfólio de Investimentos, um trabalho bastante detalhado de identificação das oportunidades de investimentos no estado. Nós sempre procuramos trabalhar em parceria com a iniciativa privada, o que considero essencial para o desenvolvimento do estado.

Que áreas vão alavancar o desenvolvimento do Maranhão nos próximos anos?

— Nós temos várias fronteiras. Eu acho que o agronegócio, o turismo e a siderurgia já são uma realidade e apresentam um grande potencial de crescimento. A pesca também é um setor muito promissor, já que o Maranhão tem uma costa bastante extensa e bastante rica.

O Maranhão está bem aparelhado na questão da infra-estrutu-

ra de comunicações, energia e rede multimodal de transportes?
— Nós fizemos um trabalho grande nessa área. Hoje, nós temos uma excelente infra-estrutura no estado: temos portos, estradas, ferrovias, energia de sobra. Estamos no racionamento para cooperar com o governo federal, mas se vivêssemos isolados não precisaríamos economizar. Um porto nosso possui um dos maiores calados do mundo – aqui aportam navios que não podem ser recebidos em nenhum outro porto do Brasil. Falta alguma coisa, mas como nós trabalhamos com planejamento estratégico, já temos as necessidades equacionadas e projetos prontos para acompanhar as necessidades do desenvolvimento.

■ **No Sul do estado, região de Balsas, os produtores reconhecem que o estado asfaltou muitos quilômetros de estradas até federais, o que não seria atribuição sua. Mas reclamam da execução da rodovia que chamam de "anel da soja". Há alguma previsão de asfaltamento?**
— Nós nunca deixamos o pólo da soja desprotegido. Recentemente, para beneficiar o anel da soja, nós asfaltamos 700km de uma rodovia federal, a BR-230, no trecho Balsas—Barão de Grajaú, e fizemos mais 200km de uma rodovia estadual, até Alto Parnaíba, que é o último município, no extremo sul. Com isso, ligamos quase toda a região, por rodovia, com o município de Porto Franco, onde é feito o transbordo da soja para o modal ferroviário, seguindo daí até o porto, aqui em São Luís. Há um trecho sem asfalto, mas não abandonado, já que estamos sempre procurando deixar a estrada transitável. As demandas neste segmento ainda são muitas. Temos que priorizá-las. Assim apresentamos pleito ao governo federal visando atender a demanda do " anel da soja"

■ **Que políticas e vantagens o estado está oferecendo aos investidores?**
— A nossa estratégia é ter um estado saneado, equilibrado, que tem essa infra-estrutura e que está em franco processo de crescimento. A maior e melhor vantagem é a seriedade do governo que venha conferir uma forte relação de confiança com o investidor privado e os bancos financiadores, mas adicionalmente oferecemos atrativos fiscais, disponibilizando infra-estrutura e terrenos nos distritos industriais, bem como apoio na capacitação e treinamento dos recursos humanos.

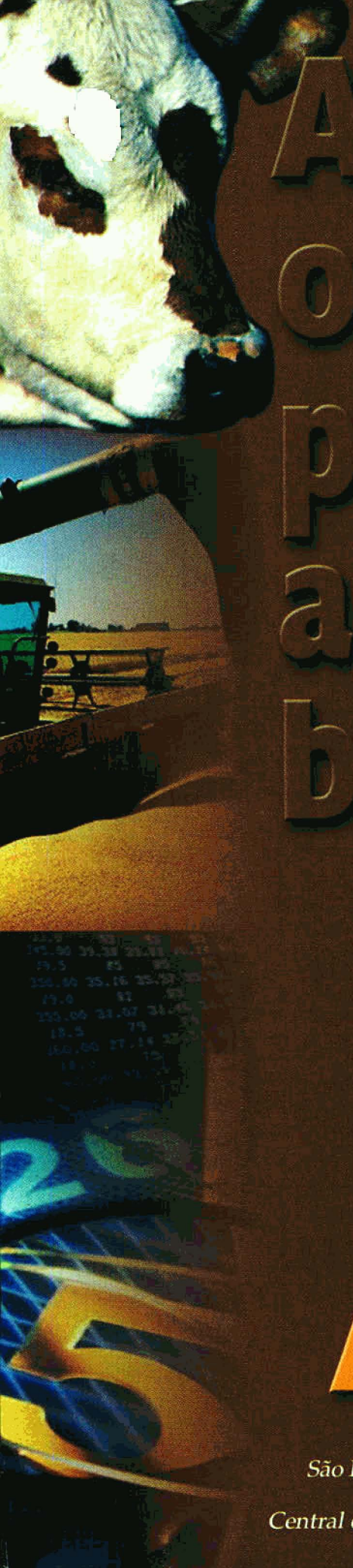
■ **E quais são os problemas principais que o seu governo ainda terá que superar para atrair capitais?**
— Eu acho que o mais importante agora é a questão da educação, seguida pela capacitação profissionalizante e melhora na qualidade dos postos de trabalho pela introdução das tecnologias adequadas ao processo produtivo. No Maranhão, 73% do ensino fundamental estão a cargo dos municípios. Para melhorar o nível, o estado está se responsabilizando, em parceria com o governo federal, através do Fundef, por qualificar os professores dessa rede municipal porque, se o profissional é um leigo, não tem condições de passar nada, não vai adiantar muita coisa. Em segundo lugar, precisamos ajudar as prefeituras a melhorar os salários, atraindo cada vez mais profissionais gabaritados. Em convênio com a Fundação Roberto Marinho estamos desenvolvendo o ensino a distância. E agora, neste último trimestre, estamos implantando um programa de educação de adultos.

■ **No Sul do estado, a maior parte dos investimentos é de alta tecnologia, exigindo mão-de-obra altamente qualificada. Há alguma iniciativa no sentido de atender a essa necessidade?**
— Para que não haja mais a necessidade de trazer mão-de-obra de fora, nós estamos implantando 18 centros de capacitação tecnológica, cada um em uma regional do estado. Esses centros, em convênio com a USP – Universidade de São Paulo – e com a FGV – Fundação Getulio Vargas –, vão oferecer diversos tipos de cursos, desde cursos rápidos, por exemplo, para tratoristas, até cursos de três anos, para a formação de profissionais de nível técnico. Os currículos vão variar de região para região, dependendo do tipo de economia de cada uma, das necessidades específicas, do tipo de atividade que se desenvolve em cada local.

■ **As pesquisas vêm mostrando que o seu governo está muito bem avaliado pela população do Maranhão. Qual é o segredo?**
— Eu tenho muitas obras, o estado vem mantendo um alto índice de desenvolvimento, mas eu acho que o mais importante é a transparência e a seriedade no trato da coisa pública.

■ **Como o seu nome está bem cotado também no plano nacional, o leitor certamente vai querer conhecer sua opinião sobre questões mais gerais. Por exemplo, no seu entender, como o Brasil deve se inserir no mundo globalizado, quais são os setores da economia brasileira com mais chances de sucesso, considerando que se desenvolvem disputas acirradíssimas por mercados no plano mundial?**
— Não é o caso de se discutir a globalização, que já é uma realidade. Eu acho que devemos discutir é como nós estamos nos inserindo nesse processo. Na minha visão, o Brasil não pode entrar de peito aberto. Há setores que não precisam de proteção, que podem competir, mas há outros que precisam. Temos, portanto, de ir com cuidado.

■ **O Brasil está ameaçando entrar com uma ação na OMC – Organização Mundial do Comércio – contra a política de soja dos EUA. Segundo o secretário de Política e Comercialização do Ministério da Agricultura, Pedro Camargo Neto, o Brasil está deixando de exportar US$1 bilhão de soja, por ano, por causa dos subsídios americanos...**
— Não é só em relação à soja. Os americanos se protegem de todas as maneiras e o Brasil quer entrar no jogo de peito aberto, sem defesas. Eu acho que além de uma ação, que aliás é uma reação, o que está nos faltando é ter estratégia para o comércio exterior.



Agroanalysis: o melhor perfil do agronegócio brasileiro.

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Para anunciar:
Redação (0xx21) 2559-5623 – caique@fgv.br
São Paulo (0xx11) 5505-3300 rcw@rcwconsultores.com.br
Para assinar:
Central de atendimento (0xx21) 2559-6040 – agroanalysis@fgv.br

Aposta no sucesso

As dificuldades – internas e externas – não são maiores que o potencial produtivo de citros no Nordeste

ORLANDO SAMPAIO PASSOS
ALMIR PINTO DA CUNHA SOBRINHO
CLÓVIS OLIVEIRA DE ALMEIDA
JOSÉ DA SILVA SOUZA

A citricultura brasileira tem enfrentado sucessivas crises nos últimos anos, principalmente com a redução da importação de suco concentrado congelado de laranja pelos Estados Unidos e o agravamento da incidência de doenças nos pomares do estado de São Paulo, que responde por mais de 80% da produção nacional de citros e quase 100% das exportações brasileiras de suco concentrado congelado de laranja.

O estado sofre as maiores conseqüências dessa crise, mas seus reflexos afetam os produtores de citros de todo o Brasil, especialmente os mais desorganizados. Incluída nesse grupo, a região Nordeste – segunda produtora nacional de citros – vive uma situação preocupante e demanda ações urgentes do governo e do setor produtivo para reverter a decadência e a marginalização da atividade, estratégica para as pequenas propriedades da região onde se localiza grande parte dos pomares cítricos.

Consumo e produção: potencial de crescimento

A região Nordeste do Brasil está localizada entre 2° e 18° latitude Sul e entre 35° e 42° longitude Oeste, abrangendo Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco (com o Distrito Estadual de Fernando de Noronha), Alagoas, Sergipe e Bahia. Ocupando uma área de 1.561.177,8m², o equivalente a 18,3% do território nacional, sua população em 2000 superou 47 milhões de habitantes (tabela 1), aproximadamente 27,81% da população brasileira – um grande potencial de crescimento da demanda de alimentos –, e responde ainda pelo maior contigente da população rural do país, aproximadamente 46,34%.

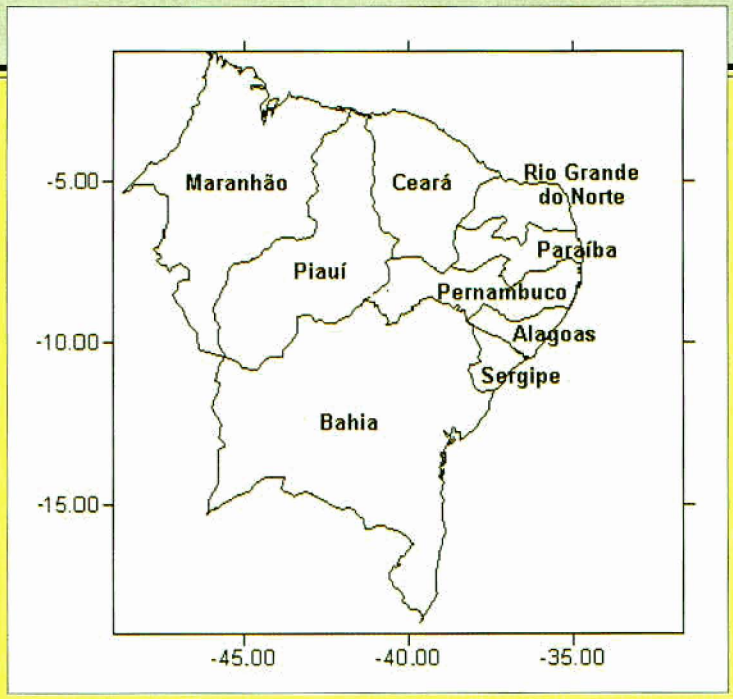
A principal característica da região é a multiplicidade de climas e solos, que a faz distinta das demais e com aptidões múltiplas dentro do agronegócio. Nas áreas onde predomina o clima tropical úmido, a temperatura anual varia de 23 a 27°C, enquanto nas áreas secas, conhecidas como sertão e cerrado, a irradiação solar situa-se em torno de 2.300 horas por ano.

No denominado Polígono das Secas, que compreende 881.081km² ou 53,1% da área total, a radiação solar ultrapassa 2.800 horas por ano e o regime pluvial é inferior a 700mm anuais, com vantagem para a produção de biomassa e produtos hortícolas, principalmente frutas, mediante a suplementação de água via irrigação.

Essa elevada radiação solar confere à região condições privilegiadas e únicas no país no que diz respeito à produção de pomelo e limas ácidas. Estudos feitos pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – Codevasf –, em 1989, estimam que haverá demanda insatisfeita da lima ácida Tahiti no Nordeste nas primeiras décadas do século XXI.

Em favor da região, tem-se ainda uma área de 823 mil quilômetros quadrados, 51,3% da área total, cujos regime de chuvas, que ultrapassa 750mm, e posição privilegiada ao longo do litoral poderiam transformá-la em celeiro de alimentos, com destaque para a fruticultura (tabela 2).

Em relação aos solos, na faixa litorânea que se estende da Bahia ao Maranhão, os chamados de tabuleiros, em-



bora pobres quimicamente, adequam-se de modo perfeito ao cultivo de plantas frutíferas, com exceção de algumas áreas onde ocorrem sérios impedimentos, principalmente na Bahia e em Sergipe. Outra limitação é a textura apresentada por solos tornados argilosos pelo cultivo de cana-de-açúcar.

Potencial de expansão

Além das condições ecológicas adequadas e da disponibilidade de área, estimada em 300 mil hectares, podem ser fatores de expansão da citricultura no Nordeste:

- as principais regiões produtoras estão próximas das capitais, são servidas por energia elétrica, estradas pavimentadas, portos marítimos e todos os meios modernos de comunicação;
- a localização privilegiada, se comparada com outras regiões produtoras do país, a menos 2 mil ou 2.500km de grandes centros de consumo, permite redução de tempo no transporte de frutos e sucos para os principais mercados importadores (Europa e Estados Unidos);
- ausência ou presença não-endêmica de doenças altamente prejudiciais à citricultura e ao meio ambiente, devido à necessidade de pulverizações recorrentes, comuns na região Sudeste, como a leprose, cancro cítrico, clorose variegada dos citros, verrugose da laranja doce; a não exigência de pulverizações rotineiras poderia conferir o título de "citricultura ecológica" à que vem sendo praticada no Nordeste, o que a privilegiaria na demanda crescente pelos países europeus de produtos livres de defensivos;
- acervo satisfatório de tecnologias geradas pela Embrapa, empresas estaduais e universidades, embora não se conte com a integração desejada entre o po-

1. Brasil: área territorial e população das regiões geográficas em 2000

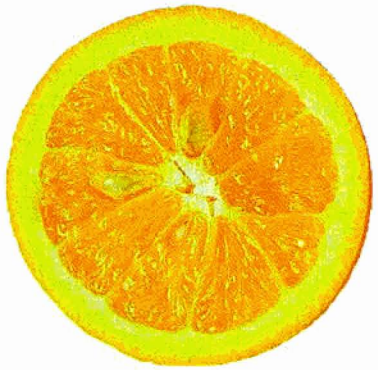
Região	Área		População (habitante)		
	milhões km²	%	Urbana	Rural	Total
Norte	3,851	45,3	9.005.797	3.914.152	12.919.949
Nordeste	1,561	18,3	32.919.607	14.759.714	47.679.381
Centro-Oeste	1,604	18,8	10.070.923	1.540.568	11.611.491
Sudeste	0,904	10,8	65.410.765	6.851.646	72.262.411
Sul	0,575	6,8	20.290.287	4.780.924	25.071.211
Brasil	8,51,0	100,0	137.697.439	31.847.004	169.544.443

Fontes: Sudene, 1985; IBGEb, 2001.

2. Nordeste: precipitação média anual/área territorial

Precipitação média anual (em mm)	Área territorial (em mil km²)	Percentagem da área total
> 1.000	510	31,9
750 - 1.000	313	19,6
500 - 750	591	36,9
250 - 500	182	11,4
< 250	4	0,2

Fonte: Sudene, 1985.



O Nordeste ocupa 1.561.177,8m², o equivalente a 18,3% do território nacional, e sua população em 2000 superou 47 milhões de habitantes, aproximadamente 27,81% da população brasileira – um grande potencial de crescimento da demanda de alimentos.

der público e o setor privado;

- por último, mas talvez o mais importante, é que se trata de setor produtor de alimentos, em grande parte relacionado a pequenos agricultores que, se organizado, poderá contribuir para a geração de divisas e empregos e a fixação do homem no campo, de extrema importância para a região, que detém cerca de 46,34% da população brasileira residente no campo. Uma saída em massa para as cidades poderia agravar ainda mais os sérios problemas sociais e econômicos comuns às principais cidades brasileiras.

3. Nordeste brasileiro: produção de laranja – 2000

Estados	Área colhida (ha)	Produção (t)	Produtividade (t/ha)
Bahia	49.080	574.462	11,705
Sergipe	51.596	539.321	10,453
Alagoas	3.448	28.836	8,363
Ceará	1.581	14.029	8,873
Maranhão	1.429	9.396	6,575
Pernambuco	1.382	9.225	6,675
Piauí	803	7.601	9,466
Paraíba	907	6.102	6,727
Nordeste	110.226	1.188.971	10,787
Brasil	861.626	18.453.841	21,417

Fonte: IBGEb, 2001.
Nota: 1 fruto=170g

4. Nordeste: produção de laranja
Taxa geométrica de crescimento, 1980 a 2000

Estado/região	Taxa de crescimento (%)*
Bahia	9.42
Sergipe	2,39
Outros da região	-5,78
Nordeste	3,55
Brasil	3,91

Fontes: IBGEa e b. *Anuário Estatístico do Brasil*, 1980 a 1989; Produção Agrícola Municipal, 1990 a 1998.
* Taxas obtidas por regressão.

Situação atual

Apesar de distanciados do estado de São Paulo, primeiro produtor nacional de laranja, no Nordeste estão o segundo e terceiro estados maiores produtores, Bahia e Sergipe.

Os estimados 300 hectares aptos ao cultivo dos citros, especialmente na Bahia, Maranhão e Piauí, não podem por enquanto ser simplesmente incorporados ao processo produtivo para aumentar o volume de produção. Antes é devida e mais urgente a preocupação com o aumento da produtividade e uma adequada estratégia de comercialização, ainda graves problemas para a maioria dos produtores da região. Na situação extrema, os pomares chegam a ser abandonados pelos produtores, como vem ocorrendo em áreas como o Recôncavo Baiano. Em contraposição à idéia de expansão, o melhor seria definir uma política de recuperação dos pomares, com suporte em parâmetros técnicos, sobressaindo a diversificação de espécies e variedades e a seleção do material multiplicativo a ser plantado.

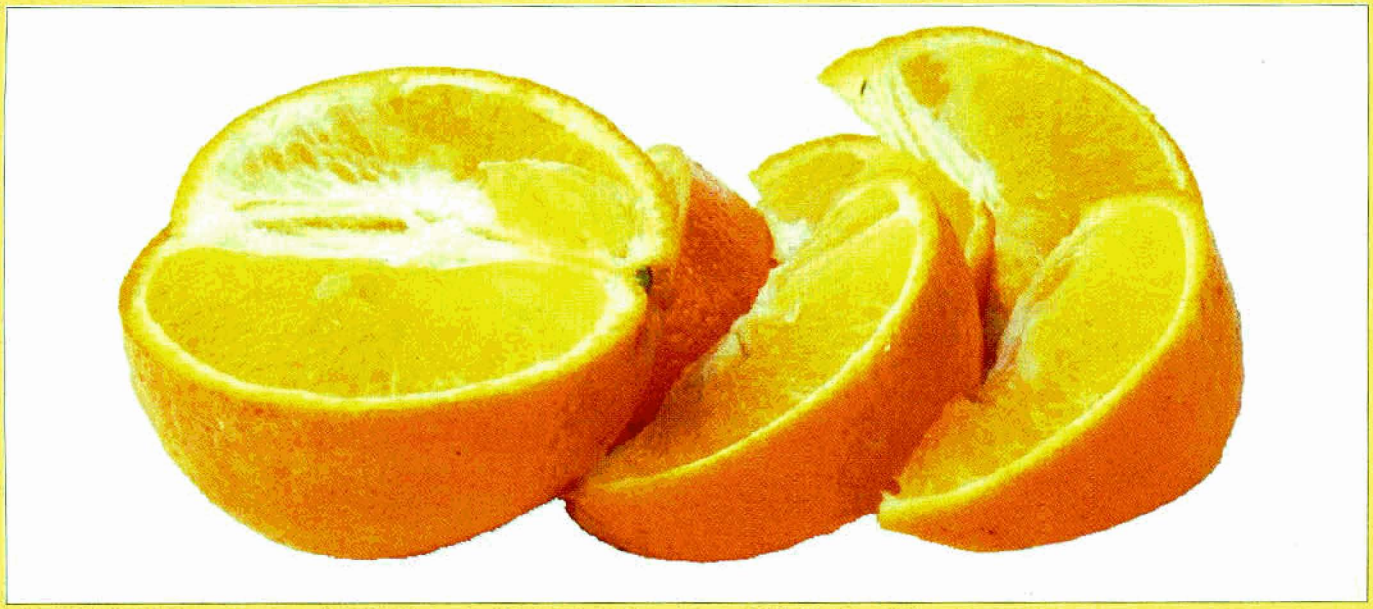
Uma análise da produção de laranja no Nordeste, no período de 1980 a 1998, demonstra a expansão que vem ocorrendo na Bahia e em Sergipe, em relação a outros estados que poderiam auto-sustentar-se em produção e consumo de citros.

A situação atual da citricultura da região Nordeste apresenta uma série de desafios ainda por serem transpostos, que icluem:

- prática da monocitricultura – predominância absoluta da combinação laranja- pêra/limão-cravo, tornando a citricultura vulnerável pela exposição a possíveis doenças, como no passado, e com limites na comercialização, já que não existe diversificação na oferta;
- manejo inadequado das plantas e dos solos, contribuindo para que a produtividade média dos pomares não ultrapasse 10t/ha, inferior à média nacional, que, por sua vez, se situa três ou quatro vezes abaixo das obtidas nos pomares de Israel ou Estados Unidos;
- desorganização do setor produtivo – inexistência de associações ou cooperativas que congreguem os citricultores na defesa de seus próprios interesses, ensejando a que os atacadistas e processadores de suco, em número menor e mais bem estruturados, usufruam de melhores vantagens na negociação de preços com os produtores.

Uma proposta de revitalização

Graças aos esforços governamentais aliados à iniciativa dos agricultores na década de 70, houve uma mudança radical na agricultura de Bahia e Sergipe com a intro-



dução da citricultura em substituição às tradicionais culturas de fumo, amendoim e mandioca, cujas demandas de mercado eram incertas.

Reverter o quadro atual de decadência da citricultura da região Nordeste depende também de decisões políticas que visem o bem-estar dos produtores de citros da região. Uma experiência visando a recuperação da citricultura baiana, coordenada pela Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA – e a Embrapa Mandioca e Fruticultura, atingiu o seu objetivo inicial, em 2000, com a elaboração da Proposta para a revitalização da citricultura do Recôncavo Baiano, para encaminhamento ao governo do estado.

O autodenominado Grupo Tarefa contou ainda com a participação dos secretários municipais de Agricultura de Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus, representantes da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia, Agência de Defesa Agropecuária da Bahia – Adab –, Programa de Desenvolvimento da Citricultura Baiana – Procitrus –, Conselho Diretor Lojista – CDL –, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, associações de produtores, citricultores e comerciantes da região.

A proposta contém os seguintes itens: organização dos produtores; realização de diagnóstico; atualização do sistema de produção; seleção de produtores estratégicos/parceiros; fiscalização/certificação da muda; diversificação de copas e porta-enxertos; rejuvenescimento de pomares mediante poda; manejo de solos; manejo integrado de pragas e doenças.

Como prováveis impactos da implementação da proposta, identificaram-se:

- organização da produção com o fortalecimento da Associação dos Citricultores e criação de uma cooperativa central;
- aumento da produtividade dos pomares, contribuindo com a sustentabilidade e competitividade, sem descuidar da preservação ambiental e dos recursos naturais;
- reaquecimento da economia regional e geração de empregos;
- fixação do homem no campo e melhoria da sua qualidade de vida.

O primeiro passo já foi dado, restando agora o mais difícil: mobilizar os produtores e o poder público para viabilizar a implementação da proposta.

Referências bibliográficas

Suderle. *Recursos naturais do Nordeste* – investigação e potencial (sumário das atividades). 4. ed. Recife: 1985, p. 39.

Codevasf. *Exportação de frutas brasileiras*. Brasília: 1989. 352p.

IBGEa. *Anuário Estatístico do Brasil*: 1980-1989. Rio de Janeiro: diversos números.

IBGEb. Disponível: site IBGE. URL: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Consultado em 12 mar. 2001.

Proposta para a revitalização da citricultura do Recôncavo Baiano. Abr. 2000. 8 p.

Orlando Sampaio Passos, Almir Pinto da Cunha Sobrinho, Clóvis Oliveira de Almeida e José da Silva Souza são pesquisadores da Embrapa Mandioca e Fruticultura, C.P. 007, 44380-000 Cruz das Almas – BA.

Rumo aos 100 milhões

Em um cenário de curto prazo repleto de incertezas, a grande safra que se anuncia é uma boa notícia

LUIZ ANTONIO PINAZZA E REGIS ALIMANDRO

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab – divulgou sua primeira estimativa de safra de verão 2001/02 para a região Centro-Sul, bem como consolidou as avaliações da safra de inverno.

A área a ser cultivada no país na safra 2001/02 está estimada entre 38,3 e 39,2 milhões de hectares, com acréscimo de 2,1 a 4,3% em relação à safra anterior. Se as condições climáticas forem favoráveis durante todo o ciclo das culturas, a produção brasileira de grãos promete. A colheita poderá atingir um volume entre 97,8 e 100,3 milhões de toneladas, contra 98,1 milhões de toneladas na safra anterior.



Segurança alimentar

O fato de o país caminhar para outra grande safra de cereais e oleaginosas é uma notícia positiva, diante das muitas incertezas do cenário de curto prazo. A atividade econômica mundial ainda não se recuperou da perplexidade causada pelo ataque terrorista de 11 de setembro em Nova York. O agribusiness é um setor estratégico em que o Brasil pode encontrar respostas imediatas para trazer divisas e garantir a segurança alimentar.

Na hipótese de prevalecer um ambiente de guerra, os países certamente fortalecerão suas políticas de segurança alimentar. O Farm Bill para o período 2002 a 2011, em negociação no Congresso norte-americano, deverá trazer de volta muitas benesses para o setor agrícola. Paralelamente, murcham as esperanças de grandes resultados na reunião da OMC em Catar, enquanto o Mercosul faz água à medida que divergem os caminhos de Brasil e Argentina no tratamento dado às respectivas políticas econômicas.

Mercado de insumos

Crédito – Os baixos preços e a reduzida liquidez do milho e do algodão contribuíram para a menor capitalização dos produtores. Reduziram-se as aquisições antecipadas de insumos.

Critérios da Conab para estimativas de área e produção da safra 2001/02

Safra de verão: produtividade de safras normais.
Safra da região Norte-Nordeste: área e produtividade de safras normais.
Safra de inverno: mantidos os dados da safra 2000/01.

A área da safra 2001/02 está estimada entre 38,3 e 39,2 milhões de hectares, com acréscimo de 2,1 a 4,3% em relação à anterior. Sob condições climáticas favoráveis durante todo o ciclo das culturas, a produção brasileira de grãos é promissora.

No sistema oficial de crédito, a situação permanece inalterada. Os produtores com dívidas securitizadas, em grande parte, permanecem impedidos de tomar novos recursos, em razão de insuficiência de cadastro. Já muitos dos que não têm dívidas pensam duas vezes antes de contratar crédito.

Sementes – De modo geral, as quantidades de sementes ofertadas são suficientes para atender às ampliações de área e ao desempenho produtivo das culturas de verão e de segunda safra.

Para o algodão e o milho, a disponibilidade de produtos fiscalizados é superior às demandas efetivas, tendo em vista reduções nas áreas plantadas. No arroz, há restrições no cultivo de sequeiro. Mesmo com lançamento recente de novas sementes, como a Bonanza e a Sucupira, o cultivar Primavera, de forte aceitação nas regiões de cerrado, sofre degradação genética por mistura varietal. É uma situação de risco com reflexos negativos na área plantada e na qualidade da colheita.

Na soja há um equilíbrio entre a oferta e a demanda de semente fiscalizada. Apenas em alguns cultivares de elite algumas demandas específicas estão comprometidas. Diante de uma expectativa de crescimento da área ocupada pela oleaginosa, houve um aumento na escala de produção de sementes através da irrigação.

Máquinas – No período de janeiro a agosto de 2001, o total de máquinas agrícolas importadas e nacionais vendidas no mercado interno atingiu 22.641 unidades, contra 19.478 unidades em idêntico período do ano 2000, ou seja, um crescimento de 16,2%. Esse aumento é um indicador de que o empresário rural sustenta perspectivas positivas.

Fertilizantes – O consumo de adubos no corrente ano não deve superar os volumes registrados em 2000. Calcula-se um patamar entre 16 e 16,3 milhões de toneladas. As vendas aos consumidores finais, de janeiro a setembro, totalizaram 11.135 mil toneladas. É uma quantidade 0,6% abaixo do volume transacionado em igual período do ano passado.

A significativa redução dos níveis de aplicação de fertilizantes no café, ao longo do ano, em vista de suas baixas cotações, explica esse movimento. No Centro-Sul, as vendas entre junho e setembro, período de tomada de decisões para o plantio das lavouras de verão, superaram em 5,11% os volumes comercializados no mesmo período de 2000. Depreende-se daí que o aumento foi carreado por essas lavouras.

Como as transações finais concentram-se nos meses de agosto, setembro, outubro e novembro, pode ocorrer uma reversão na tendência de queda. Os preços dos fertilizantes no mercado internacional mantiveram-se em níveis ligeiramente inferiores aos vigentes em 2000. No mercado interno, a concorrência conteve o repasse pleno da variação cambial para os preços pagos pelos produtores. Os aumentos variam entre 10 e 15%.

Algumas áreas crescem...

Soja – A área cultivada cresce em todas as regiões produtoras, principalmente sobre terras em pousio e/ou ocupadas na safra passada com milho, algodão e abertura de fronteira, onde os dois últimos plantios tinham sido de arroz. É o reflexo do bom desempenho da comercialização das últimas três safras.

O movimento contraria as tendências desfavoráveis de preços internacionais em baixa e a de safras recordes nas lavouras transgênicas da Argentina e dos EUA. O preço médio das exportações de soja acumuladas até agosto, de US$171,05/t, é o mais baixo desde 1973.

Existe uma busca de tecnologia visando ganhos de produtividade/competitividade e equilíbrio das possíveis perdas nos níveis de preços do presente e do futuro praticados pelo mercado.

Contudo, um grande crescimento da área entre uma safra e outra sempre atrai bom número de produtores. A falta do conhecimento sobre o uso das melhores tecnologias disponíveis poderá causar ganhos de produtividade menores do que se poderia esperar.

Alguns produtores mais capitalizados têm procurado realizar a compra de insumos básicos, muitas vezes através de condomínios, no período de menor concentração de vendas. Para quem tem capital disponível, esta é uma alternativa interessante: permite escapar dos preços cheios, do segundo semestre, e, ao mesmo tempo, au-

Brasil: estimativa de área – safra 2001/02

Mil ha

Cultura	2000/01 (a)	Limite inferior (b)	Limite superior (c)	(%) (b/a)	(%) (c/a)
Algodão	870,4	720,1	767,3	-17,3	-11,8
Amendoim total	102,4	91,7	101,6	-10,4	-0,8
Amendoim 1ª safra	78,5	67,8	77,7	-13,6	-1
Amendoim 2ª safra	23,9	23,9	23,9	0	0
Arroz	3.248,6	3.281,3	3.333,6	1	2,6
Aveia	236,6	236,6	236,6	0	0
Centeio	7,3	7,3	7,3	0	0
Cevada	141,2	141,2	141,2	0	0
Feijão total	4.024,4	4.161,9	4.194,6	3,4	4,2
Feijão 1ª safra	1.302,8	1.440,3	1.473,0	10,6	13,1
Feijão 2ª safra	2.547,5	2.547,5	2.547,5	0	0
Feijão 3ª safra	174,1	174,1	174,1	0	0
Girassol	52,9	47,5	47,5	-10,2	-10,2
Mamona	147,3	147,3	147,3	0	0
Milho total	12.972,2	12.370,5	12.622,6	-4,6	-2,7
Milho 1ª safra	10.545,8	9.463,8	9.715,9	-10,3	-7,9
Milho 2ª safra	2.426,4	2.906,7	2.906,7	19,8	19,8
Soja	13.685,2	15.059,4	15.499,1	10	13,3
Sorgo	483,1	483,1	483,1	0	0
Trigo	1.587,0	1.587,0	1.587,0	0	0
Brasil	37.558,6	38.334,9	39.168,8	2,1	4,3

Fonte: Conab.

Nota: repetida a área plantada da safra 2000/01 das culturas de inverno, segunda e terceira safras de verão e da região Norte/Nordeste.

Brasil: variação – safra 2001/02

Mil t

Cultura	2000/01 (a)	Limite inferior (b)	Limite superior (c)	(%) (b/a)	(%) (c/a)
Caroço de algodão	1.522,9	1.228,3	1.302,5	-19,3	-14,5
Amendoim total	196,7	173,2	194,9	-12	-0,9
Amendoim 1ª safra	168,5	145,0	166,7	-14	-1
Amendoim 2ª safra	28,2	28,2	28,2	0	0
Arroz	10.386,0	11.029,8	11.237,5	6,2	8,2
Aveia	333,4	333,4	333,4	0	0
Centeio	9,5	9,5	9,5	0	0
Cevada	338,4	338,4	338,4	0	0
Feijão total	2.591,3	3.103,4	3.137,3	19,8	21,1
Feijão 1ª safra	1.162,5	1.275,4	1.309,4	9,7	12,6
Feijão 2ª safra	1.142,4	1.521,1	1.521,1	33,1	33,1
Feijão 3ª safra	286,5	306,8	306,8	7,1	7,1
Girassol	74,4	74,4	74,4	0	0
Mamona	86,4	86,4	86,4	0	0
Milho total	41.536,2	38.228,4	39.259,6	-8	-5,5
Milho 1ª safra	35.228,5	30.228,4	31.259,6	-14,2	-11,3
Milho 2ª safra	6.307,7	8.000,0	8.000,0	26,8	26,8
Soja	37.218,2	39.223,1	40.360,0	5,4	8,4
Sorgo	856,9	1.000,0	1.000,0	16,7	16,7
Trigo	2.967,0	2.967,0	2.967,0	0	0
Total	98.117,3	97.795,2	100.300,9	-0,3	2,2

Fonte: Conab.

menta a possibilidade de obtenção de descontos e de melhores condições de pagamento.

Nas regiões onde a logística ainda não resolve o escoamento da produção, com redução direta sobre os ganhos, a alternativa encontrada de aumentar a oferta de soja convencional é bem oportuna. A combinação do produto não-transgênico com desvalorização cambial aumenta a viabilidade econômica da lavoura.

Sem dados precisos sobre a situação climática nos próximos meses, da época do plantio à colheita, e como os indicadores sobre os principais insumos são avaliados até o final do plantio, a Conab adotou, para a primeira estimativa de produtividade, o critério das médias relacionadas com as três últimas safras.

Trigo – O Brasil deverá colher, em 2001, sua maior e melhor safra dos últimos cinco anos. Tal fato se deve às boas condições climáticas nas regiões onde a colheita já se realizou e aos estímulos dos preços pagos no mercado interno. Quando se aplica como parâmetro a paridade com o produto importado da Argentina, o triticultor é remunerado positivamente.

Além de manter as importações na casa dos 7,5 milhões de toneladas, essa produção permitirá o abastecimento e a recomposição dos estoques de passagem que foram utilizados para suprir a carência decorrente da quebra da safra passada, em razão das geadas.

Arroz – Com o aumento médio de cerca de 15% no custo dos insumos, os produtores rurais buscam alternativas para melhorar o desempenho de suas lavouras. A produtividade média deverá saltar de 3.197 para cerca de 3.366kg por hectare. Os dois estados mais representativos da produção nacional, Rio Grande do Sul e Mato Grosso, terão aumento médio de 1,4%.

Com os incrementos verificados tanto na área cultivada quanto no desempenho produtivo, o Brasil deverá colher entre 11 e 11,2 milhões de tone-



ladas, que correspondem a um aumento entre 6,2 e 8,2%, respectivamente, sobre o volume produzido na safra anterior.

Apesar do aumento pouco significativo na produção nacional, o abastecimento interno não deverá sofrer qualquer percalço, em virtude do estoque de passagem, da ordem de 1,6 milhão de toneladas: cerca de 1,1 milhão de toneladas são estoques públicos e o restante, estoques privados.

As importações estão estimadas em 700 mil toneladas, oriundas sobretudo da Argentina e do Uruguai, por força do acordo do Cone Sul (Mercosul).

Feijão primeira safra – Os preços atrativos estimulam aumento de área e compensam parte da área perdida na safra 2000/01. Houve problemas climáticos, principalmente em Santa Catarina e no Paraná (maior estado produtor). A produção prevista para a primeira safra é pouco superior à da colheita passada.

A safra da Bahia (região de Irecê), único estado do Nordeste que faz parte da primeira safra do Centro-Sul, teve mantidos os resultados de uma safra normal. Há perspectiva de aumento de área plantada na região. Se predominarem condições climáticas favoráveis durante todo o ciclo da cultura, a produção para a primeira safra do Centro-Sul será superior à atualmente estimada.

...ENQUANTO OUTRAS SE REDUZEM

Algodão – Ocorrem expressivas reduções de área no Paraná, com intervalo de 30 a 36%, em Minas Gerais e Mato Grosso, que ainda assim continuará na posição de principal produtor, com indicativos de menos 20 a 26%. Outros estados importantes produtores, com tendência de redução, embora em menor escala, são: Goiás, Mato Grosso do Sul e São Paulo.

Na região Oeste da Bahia se verifica uma tendência de crescimento de área, motivada pelos resultados favoráveis obtidos na comercialização de grande parte da safra 2000/01. A maior proximidade com as indústrias da região Nordeste permite obter melhores preços, pela redução nos valores de frete se comparados com os das demais regiões produtoras do país.

O aperfeiçoamento do processo produtivo, via utilização de tecnologias modernas, deverá praticamente garantir os mesmos níveis de produtividade obtidos na safra anterior. Em relação à safra passada estima-se inicialmente uma redução de 220,4 mil toneladas em comparação com o limite superior da previsão da Conab.

Os indicadores para a comercialização da safra 2001/02 estão desfavoráveis. Alguns motivos:

- Acentuada retração dos preços do algodão em pluma, sem perspectiva de recuperação a curto e médio prazos nos mercados físico e futuro, no Brasil e no mundo, frustram as tentativas de realização de negócios direcionados para o mercado doméstico e o de exportação; os preços estão nos menores patamares dos últimos 16 anos.
- Tendência de elevação dos custos de produção. A desvalorização cambial onera o processo produtivo. Grande parte dos componentes de máquinas, fertilizantes e dos princípios ativos dos defensivos agrícolas é importada.
- Estimativas de produção mundial recorde (avaliada pelo Usda em 20,2 milhões de toneladas), com o consumo estagnado na casa dos 20 milhões de toneladas, e aumento dos estoques de passagem para 9,4 milhões de toneladas.

Milho primeira safra – A maior redução de área foi a da região Centro-Oeste, com -20,55% de média, distribuída da seguinte forma: Goiás com -22,5%; Mato Grosso, -19,5%; e Mato Grosso do Sul com -17,5%. A segunda maior redução de área ocorreu na região Sul, que registrou 11,6% em média, ressaltando os estados do Paraná, com -15,5%; Rio Grande do Sul, -10%; e Santa Catarina, -6,5%. A região Sudeste também apresenta redução de área nos estados de São Paulo e Minas Gerais, e manutenção no Espírito Santo e no Rio de Janeiro.

Entre os principais motivos de redução de área estão os excelentes preços recebidos pela soja. Essa redução no volume da primeira safra deve elevar os preços no próximo ano e estimular o plantio da segunda safra (safrinha).

A safrinha 2001 foi atípica, com queda de área. Houve uma reversão em sua trajetória de crescimento nos últimos anos. Os preços apresentados durante a colheita da safra de verão 2000/01 foram baixos e desestimulantes. O governo fez aquisições pelo preço mínimo de garantia em estados como Paraná, Goiás e Mato Grosso do Sul.

Boas chances

A cadeia produtiva da soja precisa de bem pouco para se beneficiar da expansão do mercado internacional da oleaginosa

LUIZ ANTONIO PINAZZA E REGIS ALIMANDRO

No agribusiness brasileiro, o complexo soja constitui a principal fonte de divisas. A Abiove prevê uma arrecadação de US$4,911 bilhões para o presente exercício – US$2,713 bilhões no grão, US$1,782 bilhão no farelo e US$416 milhões no óleo. É um valor 17% acima do do ano passado e 30% superior ao de 1999. A receita apenas perde para 1997, de US$5,7 bilhões, quando a quebra na safra norte-americana provocou alta nos preços internacionais.

Paralelamente, a lavoura constitui o carro-chefe das chamadas bocas de fronteiras. É assim nas mais importantes áreas de expansão da agricultura, tais como Rondonópolis, Barreiras, Rio Verde e Balsas. A vitalidade econômica dessas regiões está em forte dependência do desempenho da oleaginosa.

Brasil: ocupando seu lugar

No período de 1996/97 a 2000/01, a cultura aumentou a produção em 40 milhões de toneladas no mercado mundial e 11,1 milhões de toneladas no nacional. A Argentina praticamente dobrou a sua participação na produção, enquanto o Brasil teve pequeno avanço. Os Estados Unidos, apesar da colheita crescente e dos subsídios concedidos aos

Mundo: cresce a produção

Grão
- a produção aumentou 6,96% ao ano entre 1996/97 e 2000/01;
- a essa taxa, a produção alcançará 259,34 milhões de toneladas em 2005/06.

Farelo
- cresce na alimentação animal em mercados emergentes; reduz-se o custo de produção de carnes, ovos e leite;
- expansão do mercado de proteínas animais;
- foi beneficiado pela proibição do uso das farinhas animais na formulação de rações, para evitar a proliferação de doenças como a da vaca louca;
- responde por mais de 60% do consumo mundial de farelos, dado que apresenta o custo mais competitivo por unidade de proteína;
- a substituição da carne bovina por frango e suíno requer utilização intensiva do farelo protéico de soja (20 a 25% da ração balanceada).

Óleo
- enfrenta acirrada concorrência de outros 10 óleos vegetais comestíveis.

O agronegócio da soja no Brasil

Ameaças
- onerosa carga tributária da cadeia;
- práticas protecionistas e subsídios em importantes mercados;
- restrições ao comércio internacional;
- desarmonia das regras regionais: o Mercosul.

Oportunidades
- entrada da China na OMC;
- alimentação saudável na Europa;
- combate à BSE (vaca louca);
- espaço para produtos tradicionais não modificados;
- possível redução dos subsídios na União Européia.

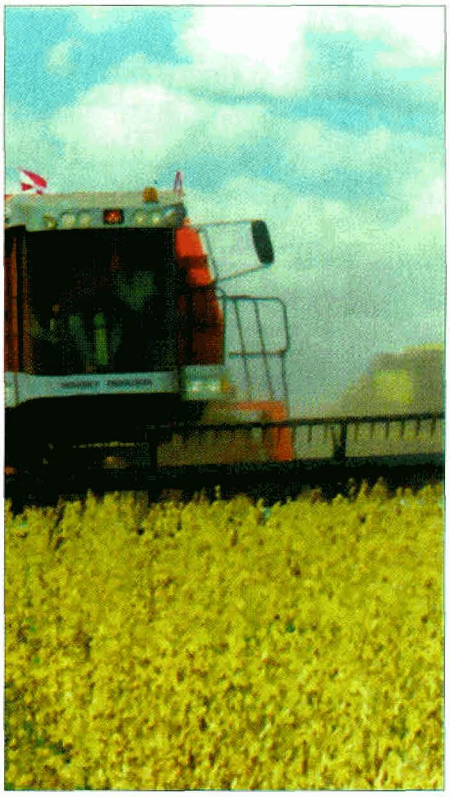
Potencialidades
- tradição no fornecimento de produtos oleaginosos;
- terras férteis para expansão da produção;
- excelência tecnológica e alta qualidade dos produtos.

Desoneração do agronegócio soja

Temas	Problemas	Recomendações
Agroquímicos	Elevado preço dos agroquímicos no Brasil *vis-à-vis* a Argentina. A legislação impede a importação.	Buscar uma padronização e uniformização de critérios para os produtos agroquímicos no âmbito do Mercosul.
ICMS	Gera desequilíbrios e custos principalmente no que tange à comercialização da matéria-prima. Cria excesso de créditos para as indústrias, os quais são de difícil aproveitamento.	Criação de uma legislação única do ICMS, com cobrança no destino (reforma tributária)
Contribuição previdenciária rural para a seguridade social	A alíquota é de 2% e incide sobre a comercialização da produção.	Isentar a cobrança dessa contribuição na comercialização.
Fethab e Fundersul	Esses tributos oneram a comercialização da soja, reduzindo assim a competitividade internacional e encarecendo alimentos básicos.	Proibir os Estados de imporem tributos na comercialização de produtos agropecuários.
PIS/Cofins na compra de soja de pessoas físicas e cooperativas pela indústria	Onera a exportação de farelo e óleo.	Reconhecer que as aquisições de matéria-prima de pessoas físicas e cooperativas compõem a base de cálculo para fins do crédito presumido, conforme determina a Lei nº 9.363/96, quando destinadas à produção para exportação.
CPMF	Imposto que onera a cadeia como um todo e incide em cascata.	Criação de um mecanismo de ressarcimento do tributo para produtos de exportação.
Proex	Prazos exíguos de financiamento.	Aumentar o prazo de financiamento para 360 dias, conforme vigorava até dezembro de 1998.
Financiamentos do BNDES à exportação	O óleo de soja em bruto e o farelo não são elegíveis para os financiamentos à exportação.	Permitir o financiamento de óleo bruto e farelo pelo BNDES nas linhas de exportação.
Empréstimos do governo federal (EGF)	A indústria não pode realizar operações de EGF para o carregamento de estoques.	Permitir operações de EGF, sem opção de venda, com recursos oficiais do crédito rural para a indústria comprar matéria-prima.
Combate ao protecionismo e subsídios	Políticas artificiais adotadas por vários países distorcem o comércio mundial, prejudicando o Brasil.	Promover negociações bilaterais e multilaterais com o objetivo de reduzir sensivelmente ou eliminar a escalada tarifária, quotas de óleo na China e subsídios dos Estados Unidos

Vantagens da soja em Mato Grosso

- extensa fronteira agrícola de cerrados ainda não ocupada;
- regime favorável de chuvas;
- produtividade média de 3 mil quilogramas por hectare, superior à dos Estados Unidos;
- custo de um hectare em Rondonópolis é cerca de sete vezes mais barato do que em Illinois;
- investimentos em ferrovias e hidrovias reduzem o custo de transporte do Centro-Oeste aos portos.



agricultores, tiveram queda relativa.

Em termos comparativos, o Brasil pode ser o grande beneficiado pela perspectiva de expansão do mercado mundial. O país reúne condições excepcionais para expandir a cadeia produtiva da soja dentro de padrões modernos de produtividade e competitividade. Mas é necessário que haja uma preparação para esse crescimento, seja na adequação das políticas públicas internas, seja no posicionamento externo, de modo a se fazer valer o direito básico do país de participar ativamente do comércio internacional.

Para o horizonte até 2006, AGROANALYSIS considerou a hipótese de a produção mundial da soja em grão manter a taxa de crescimento anual igual à do período 1996/97 a 2000/01, chegando a colheita ao patamar de 259,34 milhões de toneladas.

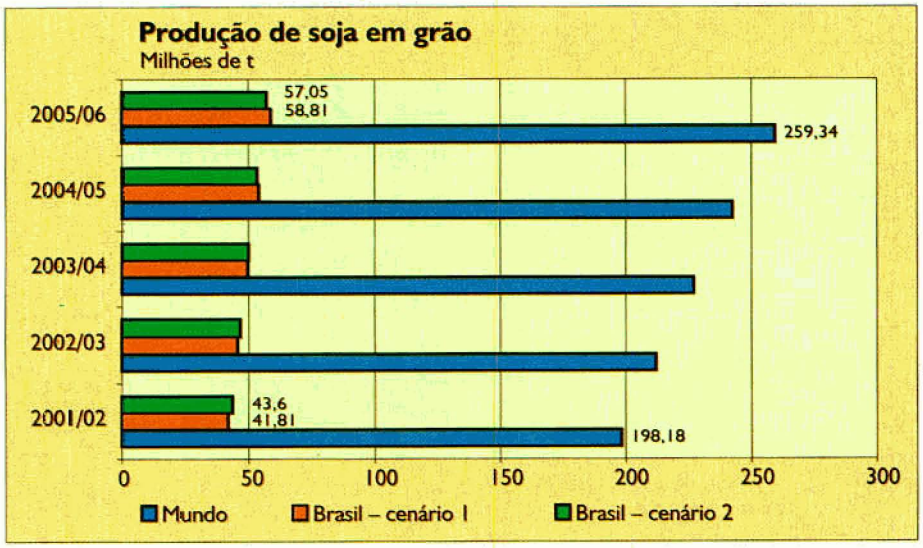
Nessa projeção, para o Brasil, podem-se considerar dois cenários:

- crescimento de 6,96% ao ano, similar ao do período 1996/97 a 2000/01, com a produção chegando a 58,81 milhões de toneladas;
- produção alcançando 57,05 milhões

Mundo: produção de soja

País	Produção milhões de t 1996/97	2000/01	Var. %	Participação % 1997/98	2001/02
Estados Unidos	64,8	75,06	15,83	49,02	43,34
Brasil	27,3	38,40	14,06	20,65	22,17
Argentina	11,2	26,50	136,60	8,47	15,30
Outros	28,9	33,24	15,02	21,86	19,19
Total	132,2	173,20	31,01	100,00	100,00

Fonte: Usda.



de toneladas para manter o mesmo nível de participação na produção mundial.

Diante desses cenários, numa articulação ainda singular no agronegócio nacional, importantes associações* ligadas ao agronegócio da soja apresentaram ao governo uma verdadeira agenda de trabalho. O objetivo é transformar as oportunidades potenciais que o mercado mundial apresenta para o complexo soja nacional em vendas efetivas e aumentar o *market-share*. Realizada a tarefa, o resultado será extremamente importante para as exportações do país.

*Documento: *Programa de apoio às exportações do complexo soja*. Elaboração: Abag (Associação Brasileira de Agribusiness); Abiove (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais); Anec (Associação Nacional dos Exportadores de Cereais); Aprosoja (Associação Brasileira dos Produtores de Soja); CNA (Confederação Nacional da Agricultura); OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras).

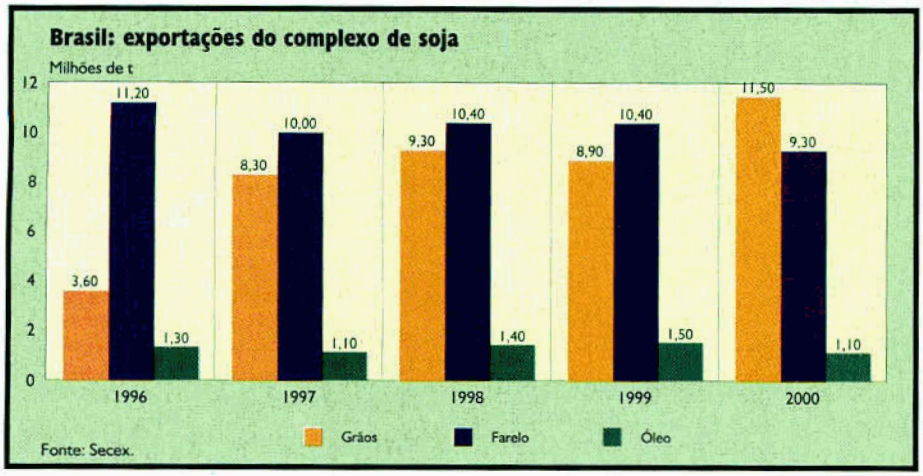
ÔNUS TRIBUTÁRIO

Carga pesada

Novos mecanismos podem salvar a indústria brasileira do desequilíbrio tributário vigente

O elevado ônus tributário sobre a produção para exportação de farelo e óleo de soja no Brasil é a causa principal da deterioração da competitividade internacional da indústria brasileira de soja. O sistema contrasta fortemente com o apoio concedido à indústria por seus principais concorrentes e funciona como um viés antiexportador de produtos com valor agregado.

A carga tributária mais pesada não deixa margem suficiente para os processadores pagarem pela matéria-prima preços semelhantes aos praticados pelas *tradings* internacionais. Tal desvantagem faz com que a indústria trabalhe com elevada capacidade ociosa e perca competitividade. Enquanto a tendência dos países produtores é exportar mais produtos processados, o Brasil continuará em sentido oposto enquanto perdurar o problema da tributação interna. Nesse ambiente macroeconômico interno desfavorável, a indústria brasileira opera com cerca de 60% de sua capacidade, enquanto



Argentina e Estados Unidos ocupam 80 e 95% do parque industrial, respectivamente.

A indústria processadora é uma das grandes responsáveis pelo bom funcionamento da cadeia produtiva, ao substituir parcela significativa dos financiamentos governamentais e do setor financeiro por ações que vão além de suas atribuições normais de compra e processamento.

Papel da indústria processadora

- fomento à produção através de financiamentos;
- fornecimento de insumos e de assistência técnica;
- aumenta a liquidez do sistema;
- tem gestão profissionalizada de bom nível;
- promove investimentos em logística;
- presta serviços à cadeia, como armazenagem;
- promove a diversificação do consumo;
- agrega valor.

A Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 – a chamada Lei Kandir –, é uma referência para a análise do desempenho do setor exportador. Ela estabeleceu isonomia de tratamento tributário entre exportações de produtos primários e semi-elaborados com produtos manufaturados, já antes isentos de tributos. Isso aumentou a competitividade das exportações nacionais.

Como resultado, o Brasil alavancou as vendas externas no complexo soja de 16,2 para 22 milhões de toneladas no período 1996 a 2000. Entretanto, em decorrência do desequilíbrio tributário da indústria, o incremento dos embarques concentrou-se na soja em grão. Os embarques de produtos de maior valor agregado declinaram.

A carga tributária mais pesada não deixa margem suficiente para os processadores pagarem pela matéria-prima preços semelhantes aos praticados pelas tradings internacionais. Tal desvantagem faz com que a indústria trabalhe com elevada capacidade ociosa e perca competitividade.

Todos concordam em que o alívio da carga tributária proporcionado pela Lei Kandir deva ser preservado. No entanto é necessário criar novos mecanismos para compensar a indústria brasileira pelo forte desequilíbrio tributário vigente, de modo que o Brasil possa retomar a competitividade e a participação na exportação mundial de produtos industrializados.

Impactos da política tributária na cadeia produtiva da soja

No complexo

Estabelece isonomia de tratamento tributário entre exportações de produtos primários e semi-elaborados e produtos manufaturados, que já eram isentos de tributos, para aumentar a competitividade das exportações do setor. A produção de grãos passa de 24 para 37 milhões de toneladas entre 1996 e 2001. A industrialização se mantém praticamente inalterada, de 20 para 22 milhões de toneladas, no mesmo período.

Na produção

- PIS/Cofins incidem sobre o custo de produção agrícola e oneram o produtor que não consegue recuperar o crédito do imposto, mesmo quando a venda se destina a exportações.
- Com base nos custos médios de produção da Conab para 2000/01, a LMC International concluiu que na média os custos combinados do ICMS e PIS/Cofins pesam no custo total dos produtores de soja em 8,9% para Mato Grosso, 8,5% em Goiás, 7,5% no Paraná e 8,8% no Mato Grosso do Sul.
- Há também a contribuição previdenciária rural para a seguridade social de 2% sobre o valor da produção agropecuária comercializada que, embora seja recolhida pelo adquirente ou consignatário, reduz o valor recebido pelo produtor.
- A desoneração do ICMS, PIS/Cofins e da contribuição social proporcionaria um incremento na oferta líquida de soja de 11,6 milhões de toneladas.
- No Mato Grosso, o Fundo de Transporte e Habitação – Fethab –, criado pelo Decreto nº 7.263/2000, é fixado em R$3,11 por tonelada comercia-

lizada – um ônus de 1,3% na comercialização. No Mato Grosso do Sul o Fundo de Desenvolvimento do Sistema Rodoviário do Estado do Mato Grosso do Sul – Fundersul –, criado pelo Decreto nº 9.542/1999, no valor de R$2,58/t, equivale a cerca de 1%.

- O Brasil pode sair de uma produção de 37 milhões de toneladas para 48,6 milhões de toneladas, considerando a sensibilidade da resposta da produção de 1,2% em relação à redução dos tributos.



Na agroindústria

- O recolhimento do ICMS na compra de soja (operações interestaduais) cria em muitos casos um novo custo, pois passa a ser cumulativo.
- Sem incidência de ICMS na exportação dos produtos há acúmulo de créditos.
- Os créditos são transferidos para terceiros mediante deságio, após um moroso processo de homologação nas secretarias estaduais de fazenda.
- O complexo sistema tributário traz perda de flexibilidade operacional.
- Diferentemente de outros países, a indústria não pode vender soja para outra indústria, pois a operação é onerada em mais de 4% (Cofins, PIS e CPMF).
- A compra de matéria-prima é realizada em regiões mais distantes, mas na mesma unidade da Federação da fábrica, ao invés de cidades próximas de estado vizinho, para evitar a incidência do ICMS.
- Inibe a realização de novos investimentos no parque industrial e contribui para o fechamento de unidades produtivas, gerando desemprego e reduzindo a participação no mercado de industrializados.
- Adia investimentos, pela morosidade da implementação da reforma tributária; mantém funcionários apenas para atender a obrigações acessórias dos governos estaduais e da União, criando custos.
- Em 2000, 15% da capacidade instalada do Brasil foram desativados por falta de viabilidade econômica devido ao ônus tributário, que não existe na exportação de matéria-prima.
- A última fábrica inaugurada no Brasil data de 1995. Na Argentina, a capacidade instalada já foi mais que duplicada nesse período.

A Lei Kandir estabeleceu isonomia de tratamento tributário entre exportações de produtos primários e semi-elaborados com produtos manufaturados, já antes isentos de tributos. Isso aumentou a competitividade das exportações nacionais.

Na exportação

- Os incentivos fiscais não são efetivos, pois não foi inaugurada uma nova planta industrial nos últimos anos.
- Alguns estados exigem enquadramento no chamado Regime Especial para a realização de operações equiparadas à exportação.
- Para obter o Regime Especial o exportador precisa enquadrar parte de suas operações como tributadas, mesmo que o objetivo da empresa seja apenas a exportação, beneficiadas pela Lei Kandir.
- O peso adicional do sistema de ICMS compromete a competitividade no mercado externo.
- Os tributos cumulativos incidem na produção para a exportação e não são ressarcidos integral ou parcialmente.
- A carga tributária se agrava com a elevação da Cofins para 3% e da CPMF para 0,38%.
- Dificuldades para aproveitar os créditos acumulados de ICMS provocam imobilização do capital de giro em ativos sem liquidez.

No comércio internacional

- Brasil rompeu acordo formal firmado com a Comissão Européia em 1978, que propiciava um diferencial tributário de exportação de cerca de 3%, semelhante ao vigente na Argentina.
- O diferencial tributário compensava a indústria brasileira pela escalada tarifária européia (taxação do óleo de soja), ou seja, igualava o ônus tributário em ambas as indústrias.
- A soja em grão, importada do Brasil, não paga imposto para ser processada na União Européia.
- Na UE, como em todos os países importadores, foi mantida a tarifa na importação do óleo de soja brasileiro.
- A indústria dos países de origem mais importantes está com margens baixas de esmagamento. A China mudou o perfil de compra e optou pela importação de matéria-prima ao invés de produtos processados.

(L.A.P. e R.A.)

Referências bibliográficas

Policy framework for the Brazilian oilseed crushing industry. Reino Unido: Consultoria LMC.
The crushing industry in Brazil and Argentina. Rabobank.

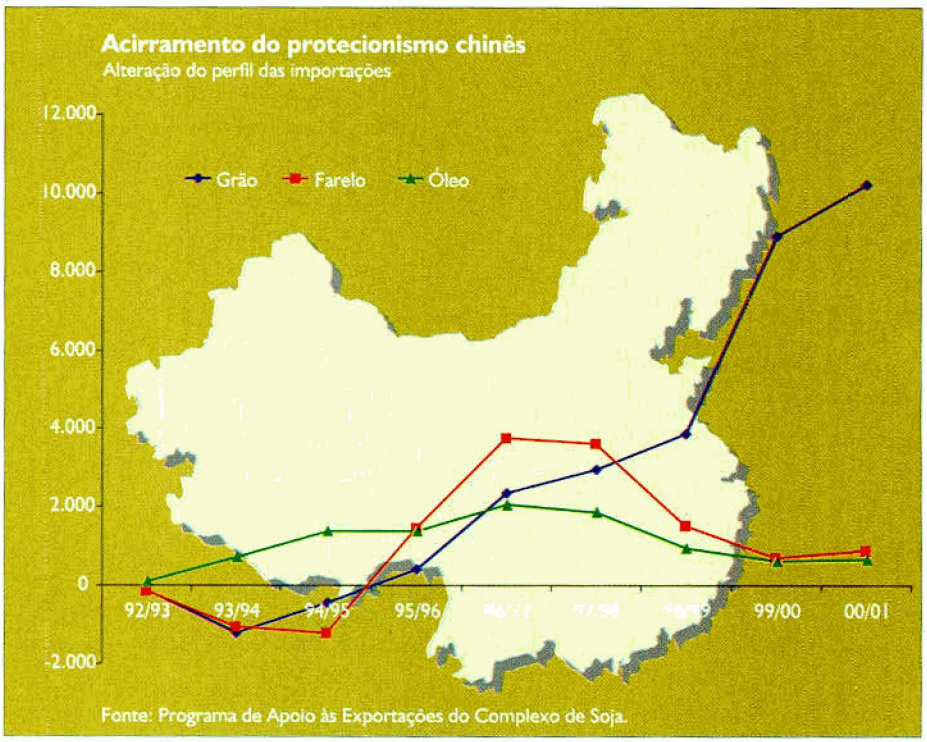
A entrada na OMC

Importações chinesas podem ser decisivas para o comportamento mundial dos complexos oleaginosos

No final dos anos 90, a República Popular da China (RPC) resolveu incentivar as importações de soja em grão para esmagamento local através de impostos diferenciados de importação. Com isso reduziu a importação de quantidades significativas de óleos e farelos vegetais, que vinha em escalada crescente desde 1995.

O padrão das importações da RPC é de importância crucial para o comportamento mundial dos complexos oleaginosos, já que é a maior importadora mundial de soja. O volume das importações de óleo está limitado pelo sistema restritivo de quotas em vigor. É uma estratégia de apoio à indústria chinesa, composta de 2.500 pequenas unidades consideradas ineficientes do ponto de vista da escala produtiva (capacidade menor que 500t). As unidades maiores são poucas e foram instaladas recentemente.

Atualmente o grão importado tem sido taxado em 3% (quota), o farelo em 5%; o óleo não tem sido importado, pois tem que pagar 122% de tarifa extraquota. Com a virtual entrada da RPC na OMC, a liberação de quotas será compulsória no óleo de soja, e a alíquota cairá de forma gradativa de 13 para 9%.



Negócios chineses e da China

Pelas estimativas da LMC International, se a China remover as restrições existentes ao comércio, as importações de óleo e farelo aumentarão, respectivamente, 6,5 e 13,5 milhões de toneladas. Esses volumes tendem a aumentar, porque os preços mais baixos do produto importado vão estimular a demanda interna.

Segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, a entrada da China na OMC proporcionará um ganho líquido anual médio de US$348 milhões nas importações de óleo de soja, sendo o incremento de US$327 milhões na média até 2005 e de US$352 milhões nos anos seguintes.

China: tarifas de importação de oleaginosas

Produto	Quota (%)	Fora da quota (%)	IVA (%)
Óleo de soja bruto	13	122	13
Óleo de palma refinado	10	30	13
Óleo de palma bruto	9	30	13
Soja em grão	3	114	13
Farelo de soja	0	5	13

Como efeito direto dessa política, as indústrias chinesas ineficientes reduzirão sua participação no mercado interno, pois não terão condições de competir com as importações de farelo e óleo de soja.

A RPC é o mais importante mercado emergente. A mudança de hábitos alimentares e o aumento da renda disponível propiciarão uma demanda crescente de óleo comestível e carnes. O consumo *per capita* de óleos alimentícios na China ainda é muito baixo e corresponde à metade do brasileiro. A maior participação do farelo protéico de soja na alimentação animal é impulsionada pela incorporação de tecnologia na produção de carnes.

A curto prazo, da perspectiva do esmagador brasileiro, a demanda da China, direcionada artificialmente para a soja em grão, tem o efeito de deprimir as margens, porque se tornou mais difícil comercializar o óleo e o farelo.

O acesso da China à OMC determinará o volume real de importações de óleos vegetais. O acordo proposto estabelece uma quota tarifária de 1,7 milhão de toneladas de óleo de soja durante o primeiro ano de adesão. Essa quantidade aumentará para 3,3 milhões de toneladas em 2005 e será extinta em 2006.

Oportunidade para o Brasil

Para o Brasil, a entrada da China na OMC representará uma oportunidade de acessar seu mercado e recuperar a participação perdida nos produtos industrializados. As exportações nacionais de óleo e farelo podem aumentar sem prejuízo dos embarques de soja em grão. As autoridades nacionais devem negociar com o governo chinês a liberação de quotas de óleo de soja e um tratamento igual para os óleos de soja e palma.

É sempre oportuno lembrar que a China é um dos casos extremos entre as nações com escassez de recursos naturais para expandir a produção de alimentos e atender ao crescimento populacional. Embora produza mais de 500 milhões de toneladas de grãos, com boa produtividade para atender à população de 1,3 bilhão de habitantes, todas as suas terras agricultáveis já são cultivadas. Além disso, cada vez mais se agrava o problema crônico da falta de água no país. À medida que cresce sua dependência de alimentos importados, abrem-se oportunidades para países exportadores como o Brasil (**L.A.P. e R.A.**).

A EUROPA SE CURVA

Alimentação saudável

O Brasil tem a preferência dos consumidores europeus e pode continuar assim depois da liberação do plantio dos transgênicos

Na condição singular de único dos grandes produtores mundiais com oferta de produtos não modificados geneticamente, o Brasil goza da preferência de uma parcela do contingente europeu. Trata-se de consumidores cujo atendimento pode prosseguir mesmo após a liberação do plantio de variedades transgênicas, através da implementação de sistemas de rastreabilidade que preservem a identidade dos produtos.

Por sua vez, a elevação e a estabilização em um patamar mais elevado dos preços mundiais de petróleo abriram oportunidade econômica para a transformação de óleos vegetais em biodiesel. O combustível apresenta vantagens para o meio ambiente quando comparado com o diesel. Diversos países estão aumentando a produção de biodiesel para misturá-lo ao óleo diesel.

A doença da vaca louca na Europa suscitou dois temas que podem repercutir favoravelmente para o Brasil: o primeiro foi a proibição de utilizar farinhas de carne, de osso e de peixe na alimentação de ruminantes, que têm que ser substituídas por proteína de origem vegetal; o segundo, a mudança na Política Agrícola Comum – PAC – da União Européia.

Benefício duplo

O consumo de farinhas de origem animal em 2000 foi de 2,4 milhões de toneladas e sua substituição poderá ser feita, com mais vantagem, por 3 milhões de toneladas de farelo de soja. Embora tenha um teor de proteína bem inferior ao da soja, o trigo também po-

União Européia: subsídio à produção interna
Em US$/t

Produto	1999/00	2002/03
Grãos	231	268
Processados	429	268

Fonte: Programa de Apoio às Exportações do Complexo Soja

derá ser utilizado em 14,2 milhões de toneladas.

A Comissão Européia discute o estabelecimento de rastreabilidade de todo ingrediente de rações animais, além da questão da rotulagem de alimentos modificados geneticamente. Os órgãos controladores europeus perderam credibilidade diante dos consumidores pela maneira desastrosa como administraram a questão da doença da vaca louca. Paralelamente, aumentou o receio em relação a eventuais danos à saúde pelo consumo de alimentos transgênicos.

O Brasil, que ainda não liberou a produção de soja modificada, será francamente beneficiado, principalmente porque 55% da soja são transgênicos nos Estados Unidos, e na Argentina esse percentual é de mais de 90%.

No médio prazo, a modificação da PAC também tende a aumentar as importações de soja e farelo de soja. O subsídio direto pago aos produtores por hectare deverá ser unificado para grãos e produtos processados. Com a redução de ajuda direta para os processados, a produção interna tende a perder competitividade, possibilitando maior espaço para oleaginosas e farelos protéicos importados, e o Brasil poderá mais uma vez se beneficiar (**L.A.P. e R.A.**).

Escalada desigual

A competitividade do complexo brasileiro da soja tem sido abalada por problemas tributários e tarifas desiguais

Embora as normas do comércio mundial de produtos agropecuários tenham sido estabelecidas pela primeira vez na Rodada Uruguai do Gatt, em 1994, sua regulamentação, além de tardia, é ainda incipiente. Muitas distorções prevalecem com o uso generalizado de práticas artificiais – subsídios, escalada tarifária, picos tarifários e quotas – e negociações diplomáticas bilaterais e multilaterais (OMC, Alca, UE, Mercosul) e entendimentos privados (*level playing field*) têm tentado eliminá-las.

Os principais países importadores obstruem a entrada dos produtos industrializados, recorrendo à chamada

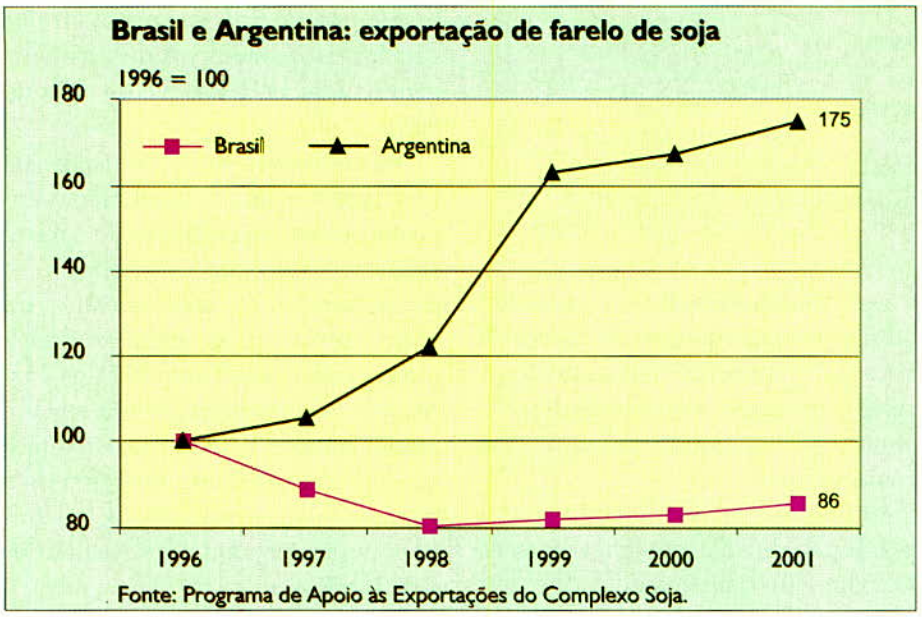


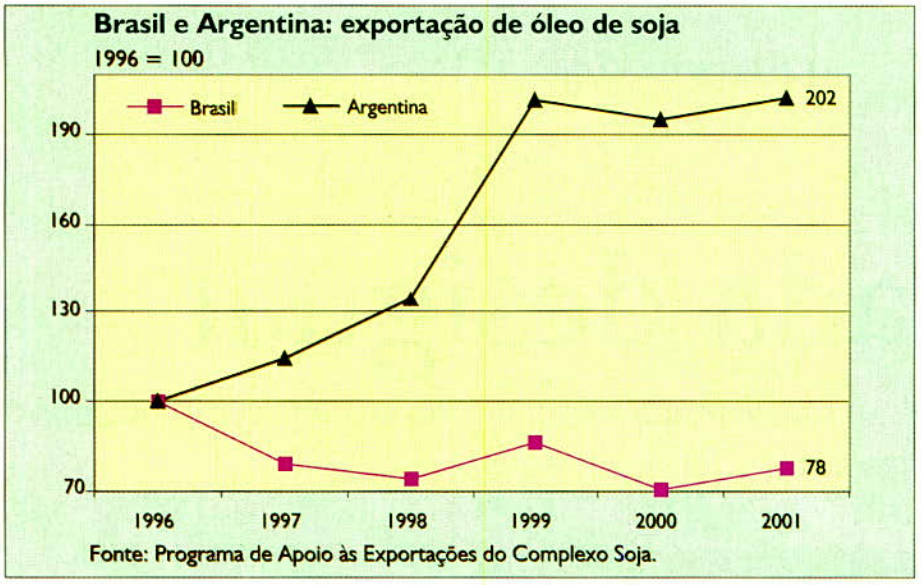
escalada tarifária, um diferencial tarifário de importação por meio do qual se aplicam elevadas barreiras tarifárias ao óleo de soja enquanto se importa a matéria-prima sem qualquer gravame ou com tarifa muito baixa.

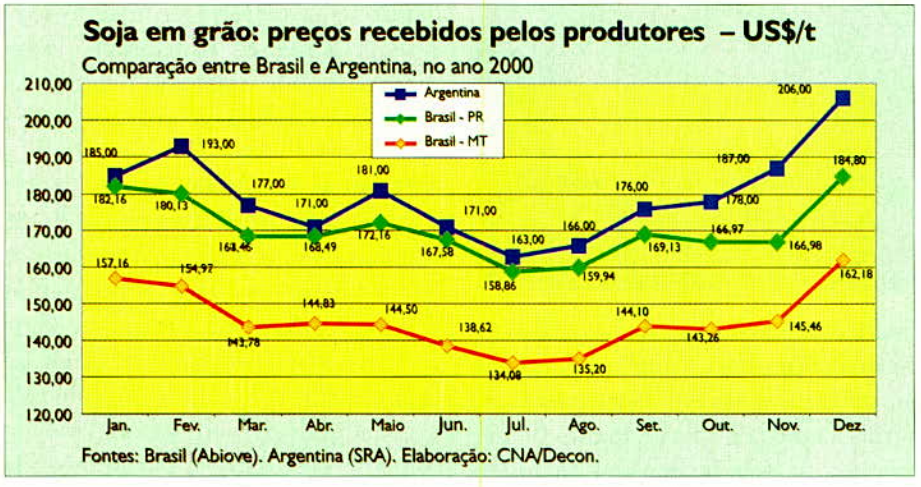
Enquanto a política tributária brasileira derruba a competitividade das exportações de farelo e óleo de soja, seus principais concorrentes implementam políticas para aumentar seus embarques para o exterior.

Diferencial tributário

Com uma produção anual de 26 milhões de toneladas, a Argentina é o terceiro maior produtor de soja depois dos EUA e do Brasil. O país consome apenas 500 mil toneladas de farelo de soja e 100 mil toneladas de óleo de soja, além de 900 mil toneladas para semente. O grosso dos 24,5 milhões de







Enquanto a política tributária brasileira derruba a competitividade das exportações de farelo e óleo de soja, seus principais concorrentes implementam políticas para aumentar seus embarques para o exterior.

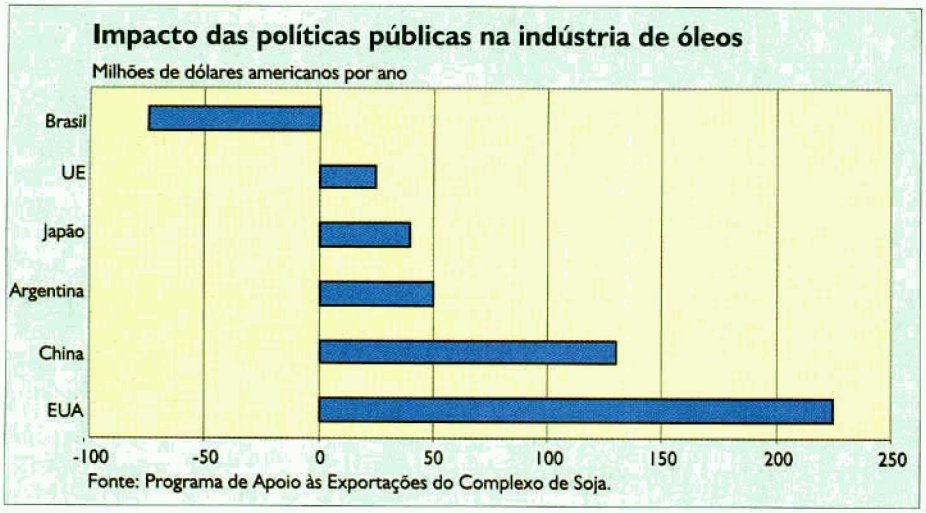
toneladas restantes é exportado como grão (5,5 milhões de toneladas) e como óleo e farelo (3,1 e 14,4 milhões de toneladas, respectivamente). O país responde por aproximadamente 11% do comércio mundial de soja, 36% do farelo de soja e 42% de óleo de soja.

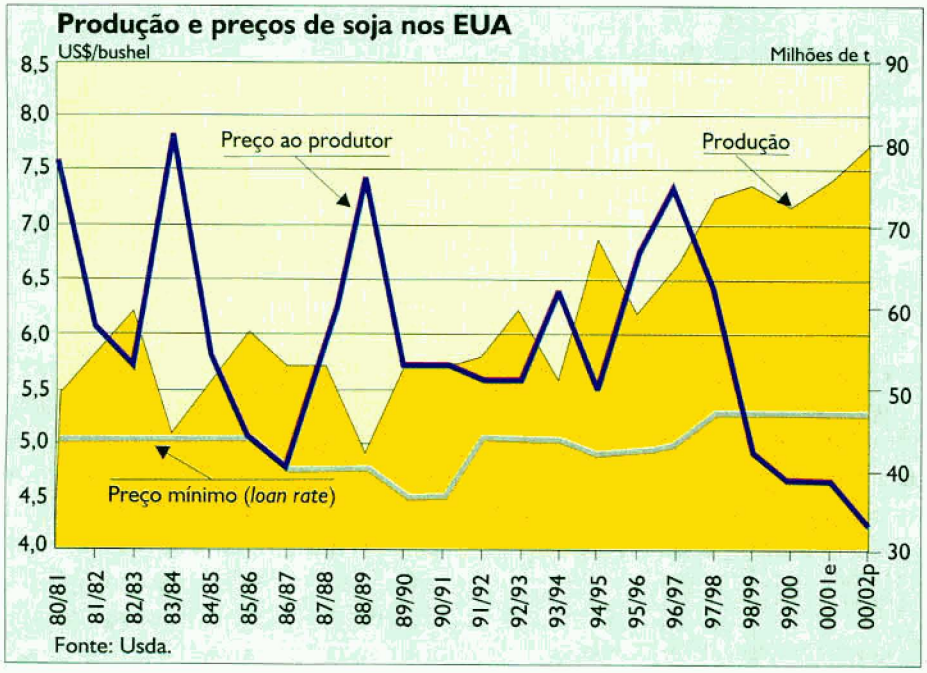
Pelo fato de comercializarem no mesmo período, a formação dos preços no complexo soja no Brasil e na Argentina sofre influência das mesmas políticas de produção e exportação.

A Argentina adota o mecanismo de diferencial tributário de exportação para incentivar a fabricação de produtos com valor adicionado. Nesse sistema, cobra-se nas exportações um imposto de 3,5% sobre o grão, com ressarcimento de 1,4% do preço FOB no óleo bruto, 3,2% no granel de óleo refinado e 10% no óleo refinado envasado. Essa política fez com que a Argentina deslocasse o Brasil da liderança mundial do mercado de farelo de soja e recebesse as maiores fábricas do mundo, com operações de larga escala.

Na condição de membros do Mercosul, deveria haver uma harmonização das políticas no sentido de restabelecer condições equivalentes de competitividade entre as indústrias da Argentina e do Brasil.

Enquanto as políticas públicas nos Estados Unidos geram um benefício para as indústrias de cerca de US$225 milhões por ano através dos diversos programas de apoio governamental, no Brasil esse efei-





Imposto de importação

País	Óleo de soja (%)	Soja em grão (%)
China	122	3
Japão[1]	25	0
U. Européia[2]	5,4	0

[1]Valor aproximado, equivalente a 10,9 ienes//kg.
[2]Inclui redução do SGP.

EUA: recursos fornecidos aos sojicultores

Em US$ milhões

Ano	Valor
1998	139
1999	1.289
2000	2.864
2001	3.001

Fonte: Abiove.

Brasil: custos na cadeia de soja

Valores em US$

Item	Brasil	Argentina
Agroquímicos	61,32	31,15
Custo direto	162,50	180,25
Produtividade (em kg)	3.000	3.800
Transporte interno	28	14
Transporte e porto	7/t	3/t
Preço recebido (porto)		
Paraná	170,47	179,50
Mato Grosso	145,68	

Notas: Agroquímicos: herbicidas e inseticidas são, respectivamente, 41,4 e 15,4% mais caros no Brasil com base Deral/PR; Revista *Margenes* Agropecuarios. EUA: 61% do transporte por barcaças ao custo de U$ 15/t. Argentina: 82% do transporte por barcaça. Brasil: percurso médio do transporte – 1.000km.

to penaliza em cerca de US$75 milhões por ano.

Recordes quebrados

Os Estados Unidos têm quebrado sucessivos recordes de produção de soja. A contínua expansão da produção decorre do preço mínimo de US$5,26/*bushel* (US$193/tonelada), bem acima dos preços internacionais, ao redor de US$4,40. Na presente safra a área plantada aumenta pelo oitavo ano consecutivo e contribuirá sensivelmente para reduzir ainda mais o preço internacional.

Apenas com o *Loan Deficiency Payment* (LDP) os produtores de soja dos Estados Unidos receberam subsídios de US$2,1 bilhões na safra 1999/00.[1] Acrescem-se ainda os pagamentos do governo a título de indenização por condições climáticas adversas, no montante de US$446 milhões. Com esses dois programas, o setor produtivo teve uma renda complementar de US$ 2,5 bilhões, correspondentes a mais da metade das receitas cambiais brasileiras provenientes da comercialização do complexo soja. As políticas de subsídios resultam em maior oferta e pressionam para baixo os preços internacionais recebidos.

Os Estados Unidos taxam as importações de óleo de soja em 19,1%, muito mais que a tarifa aplicada aos demais óleos comestíveis, que variam de 0 a 9%. Essa alíquota torna proibitiva a exportação brasileira para os EUA. Finalmente, mas não menos importante, o Tesouro norte-americano concede financiamentos de longo prazo (até 20 anos) à exportação através do programa PL 480 e também provê garantias de crédito à exportação – GSM 102. O Brasil só vende à vista, por não contar com linhas de financiamento para apoiar suas exportações no complexo soja (**L.A.P. e R.A.**)

[1]Barreiras aos produtos e serviços brasileiros no mercado norte-americano. Washington: Embaixada do Brasil.

Reformas: uma avaliação

O que é ou não é importante e o que deve ser prioritário em uma reforma de cooperativas

MAURO DE REZENDE LOPES
GERALDO DA SILVA E SOUZA
IGNEZ VIDIGAL LOPES
GREGORY HONCZAR

Interessa a este estudo identificar as reformas mais importantes levadas a efeito pelos dirigentes cooperativistas do segmento agropecuário; além disso, identificar uma ordem de importância no conjunto das reformas feitas: quais as reformas mais eficazes, quais as de média eficácia e quais as que não tiveram eficácia alguma.

Se respondermos a essas perguntas para uma amostra representativa das cooperativas agropecuárias, podemos inferir os resultados da amostra para a população de todas as cooperativas agropecuárias.

Este trabalho toma por base uma subamostra de 143 cooperativas escolhidas ao acaso de uma amostra de 561 de todos os segmentos do cooperativismo, amostra esta extraída do cadastro de cooperativas da OCB para fins de estudo do Censo do Cooperativismo, feito pela FGV para essa organização. *A priori* elegeu-se um conjunto de 10 reformas consideradas básicas relativamente a seus impactos nas cooperativas. Os impactos destas nas cooperativas participantes do programa da amostra foram registrados a partir de um questionário enviado aos respectivos dirigentes máximos, para ser respondido em conjunto com os diretores.

Conjunto de reformas básicas

O conjunto de reformas básicas sugeridas no questionário é composto pelas seguintes:

- reforma da gerência financeira;
- retreinamento dos empregados;
- reestruturação da área de vendas;
- redução dos custos operacionais e aumento das margens na prestação de serviços;
- cobrança de custos integrais por serviços prestados;
- negociação de débitos pendentes;
- direcionamento para atividades de maior retorno;
- melhoria da fidelidade dos associados;
- melhoria da assistência técnica prestada;
- terceirização da assistência técnica.

A fim de avaliar a eficácia de cada reforma implantada, no contexto da geração de resultados tangíveis para a cooperativa, solicitou-se aos dirigentes que emitissem sua opinião sobre a eficácia de cada reforma, através da atribuição de uma nota na escala ordinal de 1 (menos eficaz) a 5 (mais eficaz).

Descrição de reformas básicas

São três os pilares das reformas bem-sucedidas nas empresas, como mostra a experiência internacional em muitos ramos de atividades: reforma de gerência financeira, cobrança de custos por serviços e direcionamento para atividades de maior retorno. A mais importante das três é a reforma da gerência financeira. Essa reforma completa inclui desde a criação de unidades de custos para todas as atividades da cooperativa, para que por elas se possa saber se seus custos são cobertos por receitas pelos serviços prestados (inclusive das atividades-

1. Sua cooperativa, sua empresa: quadro geral de reformas

Perfis das reformas: percentual de respostas, em cada grau de eficácia.

Reformas	Grau de eficácia (5 = máxima, 1 = mínima)					
	1	2	3	4	5	Total
Gerência financeira	6,67	14,67	20,00	25,33	33,33	100
Retreinamento dos empregados	6,33	21,52	26,58	22,78	22,78	100
Reestruturação da área de vendas	3,57	13,1	22,62	32,14	28,57	100
Redução de custos e aumento das margens	4,55	14,77	23,86	26,14	30,68	100
Cobrança de custos por serviços	5,71	21,43	27,14	30	15,71	100
Negociação de débitos	6,67	11,11	26,67	32,22	23,33	100
Direcionamento para atividades de maior lucro	7,59	20,25	17,72	34,18	20,25	100
Melhoria da fidelidade	14,46	15,66	25,3	25,3	19,28	100
Melhoria da assistência técnica	18,75	15,00	25,00	20,00	21,25	100
Terceirização da assistência técnica	48,15	12,96	7,41	12,96	18,52	100

meio, preferivelmente), até a reforma da reengenharia da área financeira, com adequação dos quadros profissionais e racionalização dos serviços. As duas reformas restantes dessa tríade complementam a primeira. A cobrança de custos por serviços prestados significa a recuperação integral dos custos. Cobra-se por serviço o que ele custa, dentro do princípio de que quem usa o serviço por ele deve pagar integralmente. Não há bens públicos quando a cooperativa presta serviços do tipo de bens privados. Com isso, espera-se separar – se a cobrança for integral pelo custo do serviço – o associado cliente do associado dono.

A reforma no sentido de direcionamento para atividades de maior retorno relativo representa eficiência na alocação dos gastos (não necessariamente dos investimentos, cujas decisões são mais complexas e fogem à área administrativa). Mas dentro da esfera operacional da cooperativa, os dirigentes têm que alocar seus recursos para atividades de alto retorno potencial. São gastos seletivos.

A reforma de redução de custos e aumento de margens é atividade permanente de uma empresa sob estresse competitivo: estar sempre procurando economizar em todas as atividades e aumentar as suas margens, até o ponto em que a cooperativa possa ver ameaçada a sua prestação dos serviços, pois os cooperados podem passar a preferir prestadores de serviços no mercado. Por exemplo, se o mercado cobra R$10,00/t para um determinado serviço, a cooperativa, mesmo com custos mais baixos, devido à escala, deve aproximar-se do mercado. Os serviços são bens privados e os coope-

2. Reformas adicionais em cooperativas

Reformas	Não fez	Fez	Fez (%)
Profissionalização da administração	139	4	4,08
Comissão de apoio e gerenciamento	142	1	1,02
Redução do quadro de funcionários	129	14	14,29
Cargos e salários e treinamento	141	2	2,04
Mudança de organograma	141	2	2,04
Criação de colegiado de gerentes	143	0	0
Eliminação de negócios inviáveis	139	4	4,08
Parceria com outra cooperativa	142	1	1,02
Reformas de fundo na informática	128	15	15,31
Tecnologia/redução de custos/logística	111	32	32,65
Estatuto/quadro social/relacionamento com o quadro social	133	10	10,2
Capacitação para reconversão	140	3	3,06
Terceirização de serviços internos	136	7	7,14
Reforma nos repasses de custeio	142	1	1,02
SA e abertura de capital	141	2	2,04
Recomposição de dívidas	143	0	0

3. Escores psicométricos das intensidades de eficácia das reformas básicas e da significância das diferenças de escores entre as reformas básicas

Reforma	Escore	Desvio-padrão	Significância no nível de 5%
R1	0,263	0,126	A
R3	0,243	0,097	A
R4	0,229	0,105	A
R6	0,124	0,094	A B
R7	0,017	0,106	A B
R2	-0,010	0,105	A B
R5	-0,077	0,094	B
R8	-0,134	0,114	B
R9	-0,200	0,134	B
R10	-1,190	0,360	C

4. Valores médios de intensidade obtidos pelas reformas básicas

Reforma	Média	Desvio-padrão
R3	3,690	0,123
R1	3,640	0,146
R4	3,636	0,127
R6	3,544	0,122
R7	3,392	0,138
R2	3,342	0,137
R5	3,286	0,136
R8	3,193	0,144
R9	3,100	0,155
R10	2,407	0,218

rados que os utilizarem devem pagar por eles taxas próximas às das empresas do mercado. Mas é preciso ter cuidado com as taxas que a cooperativa cobra, pois ela tem a função de regular os mercados, evitando a cobrança excessiva. Ela tem que competir e cobrar tarifas competitivas.

A reforma da melhoria da fidelidade dos associados é uma das formas de se evitar o conflito potencial – muito comum em cooperativas –, de o cooperado ser ao mesmo tempo dono e cliente do negócio da cooperativa. Naturalmente é necessário atentar para o fato de que nem sempre a cooperativa dispõe de capital suficiente para indenizar as cotas partes dos cooperados que têm que ser excluídos do quadro social, para dirimir esse conflito. Mas a exclusão é uma das formas possíveis, uma vez esgotadas todas as possibilidades de apelar para o espírito cooperativista combinado com prestação de serviços a preços competitivos.

Imposição dos novos tempos

A reforma da reestruturação da área de vendas é fortalecer as atividades-fim da cooperativa. Vendas, vendas e vendas são as metas importantes da cooperativa (ou de qualquer empresa no mercado hoje). Fortalecer essa área, capacitando a força de venda, é fortalecer a cooperativa e atender aos desejos dos associados.

As reformas do tipo melhoria e terceirização da assistência técnica são um ponto essencial na competição em regime de abertura comercial. Quando há a abertura dos mercados internos, compete-se não com o produto importado, como todo mundo julga. Na verdade, a cooperativa está competindo, em uma economia globalizada, com o que está "por trás" do produto. Competência em gerar tecnologia, melhorar a assistência técnica para competir, reformar os sistemas logísticos da cooperativa etc. é o que faz a cooperativa, além de apresentar eficiência operacional e adotar um posicionamento estratégico no mercado. E a assistência técnica é um ponto essencial, no conjunto de fatores competitivos.

A maior parte das cooperativas que fizeram reformas atribuiu as maiores notas a um conjunto bem característico de reformas. Essa homogeneidade nas respostas indica que as reformas consideradas importantes surtiram resultados favoráveis.

As demais reformas, tais como retreinamento dos empregados e negociação de débitos pendentes são imposições dos novos tempos. São mudanças prementes, percebidas pela necessidade do dia-a-dia da cooperativa. A capacitação de um quadro profissional de alto desempenho é uma opção estratégica de uma cooperativa. Ela será, necessariamente, a competência de seus quadros dirigentes. Se quiser competir no mercado, terá que estar disposta a contratar ou capacitar quadros profissionais tão bons quanto os que estão oferecendo seus serviços nas empresas concorrentes (Lopes, 2001).

Lições da prática

A coleção de reformas escolhidas como básicas é definida por um conjunto de princípios simples que representam, na realidade, lições aprendidas na prática que nos foram reveladas por levantamentos prévios levados a efeito entre empresas e cooperativas, antes do desenho do questionário da pesquisa. São reformas que as cooperativas bem-sucedidas já haviam identificado como estratégicas. Temos muito que aprender com elas. As cooperativas brasileiras, no conjunto de reformas implementadas, têm muito mais a nos ensinar e umas às outras que quaisquer receitas vindas do exterior.

Conjunto de reformas adicionais

Com o objetivo de obter informações sobre a associação potencial e a integração das reformas básicas com outras abriu-se uma pergunta no questionário para manifestação livre dos dirigentes nesse sentido. Esse exercício resultou numa lista de reformas adicionais.

- profissionalização da administração;
- instituição de comissão de apoio e gerenciamento;
- redução do quadro de funcionários;
- implantação de plano de cargos e salários e treinamento;
- mudança do organograma da cooperativa;

- criação de colegiado de gerentes;
- eliminação de negócios inviáveis;
- parceria com outra cooperativa;
- reformas de fundo na informática;
- tecnologia/redução de custos/logística;
- estatuto/quadro social/relacionamento com associados;
- capacitação para reconversão operacional e produtiva;
- terceirização de serviços internos;
- reforma nos repasses de custeio;
- criação de uma SA e abertura de capital;
- recomposição de dívidas.

Observamos, de acordo com as respostas dos entrevistados, que essas reformas foram adotadas separada ou concomitantemente com as reformas básicas. Representam combinações de reformas que merecem estudo adicional.

Os resultados obtidos são muito interessantes. Primeiramente, das 143 cooperativas sorteadas, 106 fizeram reformas e apenas 37 não as fizeram.

Sua cooperativa, sua empresa

A tabela 1 mostra que as reformas feitas com maior ênfase e que produziram os melhores resultados em termos de eficácia foram justamente as reformas típicas da empresa privada, em regime de estresse competitivo. A conclusão é clara: as cooperativas seguiram de perto as reformas das empresas.

As notas máximas foram dominantes para as reformas na gerência financeira, na reestruturação da área de vendas, na redução de custos e aumento de margens dos serviços prestados, cobrança melhor dos serviços prestados aos cooperados e nas negociações de dívidas. Por exemplo, cerca de 33% das cooperativas que fizeram reformas na gerência financeira atribuíram à eficácia desta reforma o grau máximo (nota 5). Assim podem ser analisados os demais resultados.

As reformas nas áreas de melhoria de fidelidade dos associados e de assistência técnica não foram, no julgamento dos dirigentes, das mais eficazes. Surpreendentemente, as reformas na área de melhoria de fidelidade tiveram perfis mais concentrados nas notas 3 e 4. Acreditávamos que as reformas na questão da fidelidade, eliminando os cooperados que não eram fiéis à cooperativa, definiriam um melhor caminho para resolver o grave problema do conflito que existe em cooperativas, representado pelo fato de que o cooperado é ao mesmo tempo cliente e dono da cooperativa.

É interessante notar que a terceirização da assistência técnica, reforma que esperávamos fosse muito eficaz, teve uma avaliação muito baixa de eficácia. Cerca de 48% das cooperativas que fizeram essa reforma indicaram que ela era de baixa eficácia (nota 1).

É preciso ter cuidado com as taxas que a cooperativa cobra, pois ela tem a função de regular os mercados, evitando a cobrança excessiva. Ela tem que competir e cobrar tarifas competitivas.

A maior parte das cooperativas que fizeram reformas atribuiu as maiores notas a um conjunto bem característico de reformas. Essa homogeneidade nas respostas indica que destas reformas consideradas importantes surtiram resultados favoráveis.

Análise das reformas adicionais

Do conjunto de 143 cooperativas agropecuárias amostradas, 106 fizeram as reformas básicas e, entre estas, 98 fizeram reformas adicionais. Os resultados estão apresentados na tabela 2.

É interessante assinalar que as reformas anteriores foram complementadas por cinco reformas adicionais:

- redução do quadro de funcionários;
- reformas de fundo na área de informatização das cooperativas;
- o mais importante conjunto de reformas adicionais estava concentrado em uma combinação de investimento em tecnologia de produção para os cooperados, juntamente com redução de custos e melhoria na logística da operação das cooperativas;
- reformas de estatuto, do quadro social (fidelidade) e melhoria no relacionamento cooperativa-cooperado;
- terceirização de serviços internos da cooperativa.

O conjunto de reformas básicas e adicionais forma um quadro importante e consistente dos ajustamentos feitos pelas cooperativas para enfrentar as dificuldades da abertura comercial.

Restava passar no teste de fogo da estatística. Os pesquisadores na área de cooperativas precisam qualificar com precisão suas afirmações, recorrendo a testes estatísticos mais rigorosos do que a mera apresentação de estatísticas descritivas.

Para a análise estatística das intensidades de eficácia percebidas pelos dirigentes das cooperativas, utilizamos escores, medidos numa escala intervalar, gerados pelas classificações categóricas na escala de 1 a 5. A técnica utilizada foi a da análise psicométrica dos julgamentos categorizados (Torgenson, 1958 e Souza, 1988). A análise estatística teve por objetivo determinar um *ranking* para as reformas e acessar a significância das diferenças entre todas as reformas.

O mais importante

Nossa hipótese inicial era de que havia uma ordem de importância das reformas realizadas. Para o conjunto de reformas, portanto, era nossa hipó-

tese que as reformas mais eficazes tinham que ser adotadas logo, e que não valia à pena perder tempo com outras reformas menos importantes. O que difere os dirigentes capazes dos menos eficazes (Lopes, 2001) é, uma vez identificado um problema ou uma dificuldade, a rapidez em realizar as reformas para saná-los – ou melhor ainda, transformar um problema em uma oportunidade de negócio ou uma oportunidade de fazer uma importante economia.

Entretanto, era possível que o conjunto de reformas revelasse que não havia tal ordem, que estavam todas mais ou menos misturadas e que o processo de reformas seria muito pouco eficaz. Se não houvesse ordem e diferenças significativas entre reformas, o sistema de reformas seria mais ou menos "caótico", se é que se pode assim dizer. A competência dos dirigentes incumbiu-se de provar que essa "contra-hipótese" não é verdadeira, felizmente.

Os resultados de nosso exercício estatístico, medidos como avaliações dos escores de psicométricos da lei dos julgamentos categorizados em sua versão Modelo B, descrita, em Torgerson (1958) e calculados via mínimos quadrados generalizados (Souza, 1998), são apresentados tabela 3. A i-ésima reforma básica é representada por R_i.

A tabela apresenta a ordenação das reformas. Duas reformas quaisquer não classificadas com a mesma letra na coluna de significância diferem significativamente no nível de 5%. A ordenação induzida pelo método psicométrico é praticamente coincidente com a classificação que se obtém considerando escores médios. Contudo, a avaliação da significância dos contrastes de reformas difere. A classificação gerada pelas médias é apresentada na tabela 4, a título de completude.

Finalmente podemos concluir, portanto, que a ordem de eficácia e importância das reformas, em termos de geração de resultados, é a seguinte:

1º reformas na gerência financeira;
2º reestruturação completa na área de vendas;
3º redução de custos e aumento de margens dos serviços prestados pela cooperativa;
4º negociação de débitos pendentes;
5º direcionamento das atividades da cooperativa para aquelas de maior retorno;
6º retreinamento dos empregados;
7º cobrança dos custos reais pelos serviços prestados pelas cooperativas;
8º melhoria da fidelidade dos associados;
9º melhoria da assistência técnica aos cooperados;
10º terceirização dos serviços de assistência técnica.

Não se detectaram diferenças significativas, no nível de 5%, entre as seis reformas mais bem classificadas, quando examinadas entre si aos pares.

A reforma com nível mais baixo de eficácia e significativamente distinto de todas as demais foi a terceirização da assistência técnica. O grupo de reformas que aparece como de importância intermediária é definido pela cobrança de custos por serviços, melhoria da fidelidade e melhoria da assistência técnica, nessa ordem de preferência.

O lugar da eficácia

Em primeiro lugar, a ordem da racionalidade das reformas é a ordem da eficácia. Em segundo, a eficácia, por sua vez, determina uma ordem de racionalidade que deve ser seguida pelas cooperativas.

Em terceiro lugar, se atentarmos para a ordem das reformas feitas, verificaremos um fato muito interessante: apesar de a eficácia ser menor para a reforma de cobrança de serviços prestados, de fato os dirigentes fizeram primeiro o dever de casa, reestruturando a área de vendas, realizando reformas na gestão financeira, reduzindo custos, renegociando débitos, e direcionando suas atividades para aquelas de maiores níveis de retorno, para só então, uma vez feito o dever de casa, cobrar um preço justo dos associados pelos serviços prestados.

Muito interessante é o fato de que a reforma na área de fidelidade dos associados teve baixo índice de eficácia, porquanto as cooperativas que a fizeram na ordem correta de eficiência acabaram não tendo tanto assim que fazer reformas no sentido da exclusão de associados. Uma administração competente não tem problemas de fidelidade.

Referências bibliográficas

Lopes, M. R. Ferramentas empresariais modernas e investimento em capital humano para vencer o estresse competitivo. Discurso proferido pelo autor, como patrono da turma de Gestão Empresarial de Cooperativas de 2001. Associação Médica de Cuiabá, 21 de setembro de 2001 (disponível mediante solicitação ao e-mail mrlopes@fgv.br).

Souza, G. S. (1998) *Introdução aos modelos de regressão linear e não-linear*, Embrapa, SPI.

Souza, J. (1988) *Métodos de escalagem psicossocial*. Thesaurus.

Torgenson, W. S. (1958) *Theory and methods of scaling*. John Wiley & Sons.

Nota: este trabalho baseou-se em uma pesquisa sobre cooperativas agropecuárias. Os autores agradecem, acima de tudo, aos dirigentes cooperativistas que colaboraram com seus preciosos tempo e paciência para responder o longo questionário.

Mauro de Rezende Lopes é economista e professor da FGV.
Geraldo da Silva e Souza é pesquisador da Embrapa e professor da UnB.
Ignez Lopes é chefe do Centro de Estudos Agrícolas da FGV.
Gregory Honczar é pesquisador júnior da FGV.

As opiniões contidas neste trabalho são da exclusiva responsabilidade dos autores e não representam, necessariamente, os pontos de vista das instituições envolvidas.

Qualquer correspondência poderá ser enviada para mrlopes@fgv.br

Saúde em destaque

Aumenta o número de defensivos e produtos de nutrição animal no mercado nacional

ANDRÉ CABRAL DE SOUZA

Dos maiores do mundo, o rebanho brasileiro de animais de exploração econômica pode ser calculado pela produção nacional. O patrimônio do país está representado por 282.586 mil cabeças de bovinos, suínos e aves, responsáveis pela produção anual de 14.476 mil toneladas de carne, 1.286 milhões de dúzias de ovos e 20.090 milhões de litros de leite. A esse potencial se juntam condições físicas satisfatórias ao desenvolvimento da criação – disponibilidade de terras e água, clima satisfatório e luminosidade suficiente.

No ano passado, as exportações de carnes bovina, suína e de frango, além de couros, contribuíram com R$2,68 bilhões para o superávit do setor primário na balança comercial. O Brasil é um grande ofertante de alimentos de origem animal destacados nas dietas nutricionais, uma vez que fornecem proteínas de boa qualidade, conhecidas como completas.

Prejuízo no produto final

A despeito desse potencial, o país convive com reduzidas taxas de produtividade e com um precário estado sanitário do rebanho, fatores que contribuem para a elevação dos gastos na criação dos animais, além de repercutir na qualidade do produto final ofertado ao mercado.

O couro, cujas exportações chegam a aproximadamente US$671.189 mil e cuja oferta de empregos no segmento de curtimento e preparações alcança 51.442 funcionários, sofre uma perda de 40% causada por ectoparasitos, ou seja, berne, carrapato e bicheira.

É certo que não há a menor possibilidade de sucesso na expansão da produção até que sejam controladas e erradicadas através de vacinas as doenças que acometem os animais. A prevenção de carências nutricionais por suplementos minerais, vitamínicos e protéicos, além da potencialização da conversão alimentar via suplementos antibióticos têm que ser efetivas, assim como o combate a endo e ectoparasitos, através do uso de parasiticidas e tratamento individual com produtos terapêuticos.

As doenças que mais afetam os animais podem ser agrupadas em três importantes categorias: as que causam severas perdas econômicas e são barreiras no comércio internacional de animais e seus produtos; as que são onipresentes, prevalecentes e contribuem para a baixa *performance* dos animais – respiratórias, infecções entéricas e doenças por ecto e endoparasitos; e as zoonoses, doenças dos animais transmissíveis ao homem.

Mercado de defensivos animais

Produtos de uso veterinário são de importância considerável. São substâncias químicas, biológicas, biotecnológicas ou de preparação manufaturada, de administração individual ou coletiva, diretamente ministradas ou misturadas aos alimentos, que se destinam a prever, diagnosticar, curar e tratar as enfermidades dos animais. No mesmo caso estão os aditivos, suplementos, promotores, melhoradores da produção animal, anti-sépticos, desinfetantes de uso ambiental ou em equipamento, pesticidas e todo produto que, utilizado nos animais e seus hábitats, proteja, restaure ou modifique suas funções orgânicas e fisiológicas – compreendendo-se também os produtos destinados ao embelezamento dos animais.

Na década de 70, com a queda de suas taxas de rentabilidade, as indústrias farmacêutica e farmoquímica recorreram ao instrumento da diversificação das atividades como forma de recuperar lucratividade. Algumas investiram em setores de cosméticos e drogas para saúde animal e vegetal, e outras parti-

ram para os segmentos de alimentos e bebidas.

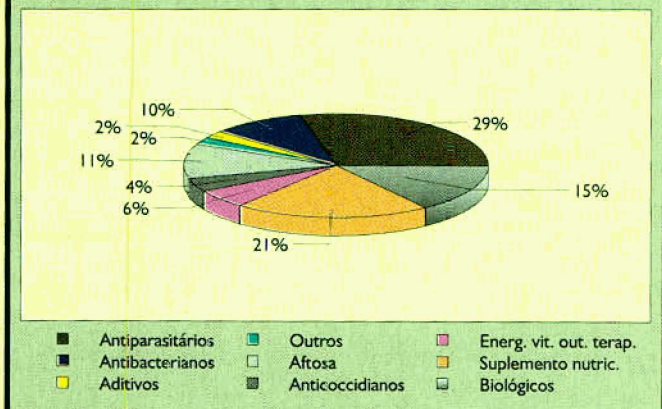
Contribuíram para que empresas da área de saúde humana redirecionassem seus investimentos ao desenvolvimento de itens para a sanidade animal não só a sinergia entre os produtos dos dois segmentos e a proximidade das bases de conhecimento de ambas as indústrias, mas também a utilização de animais como modelos de teste em pesquisa básica de medicamentos da área humana.

A concorrência ocorreu via diferenciação de produtos, a qual exige o lançamento periódico e freqüente de novos produtos. A concorrência de preços, embora não seja inteiramente descartada, não é recurso habitual, em grande parte devido à tradicionalidade dos consumidores quando adquirem um defensivo. Essas características, associadas à questão da concentração do domínio do mercado em poucas empresas, identificam o setor como um oligopólio diferenciado.

As práticas de P&D de novos medicamentos, associadas a uma boa estrutura de *marketing* e assistência técnica ao cliente, tornam-se essenciais, não só ao crescimento das firmas, mas também como limitadores do acesso dos grandes grupos que lideram esse mercado, deixando às pequenas empresas a especialização em determinados setores.

As características do mercado de insumos veterinários coincidem com as de defensivos vegetais, onde é significativo o número de empresas, das quais no entanto poucas detêm uma parcela relativamente grande de produção e vendas.

Brasil: mercado veterinário



Fonte: Sidan, 2000.

Brasil: inústria veterinária

Posição no *ranking*

Laboratório	Origem	*Ranking*	Participação %
Merial	Estrangeiro	1	10,6
Pfizer	Estrangeiro	2	8,4
Fort Dodge	Estrangeiro	3	6,1
Vallee	Nacional	4	5,6
Coopers	Estrangeiro	5	5,5
Elanco	Estrangeiro	6	4,8
Intervet	Estrangeiro	7	4,8
Bayer	Estrangeiro	8	4,6
Novartis	Estrangeiro	9	3,5
Schering	Estrangeiro	10	3,4
Fatec	Nacional	11	3,3
Roche	Estrangeiro	12	3,1
Ouro Fino	Nacional	13	2,4
Agribands	Estrangeiro	14	1,6
Virbac	Estrangeiro	15	1,5
Alpharma	Estrangeiro	16	1,2
Pearson	Estrangeiro	17	1,2
Bio-Vet	Nacional	18	1,1
Minerthal	Estrangeiro	19	0,9
Upjohn	Estrangeiro	20	0,9

Fonte: Sindan, 2000.

Mercado nacional de defensivos animais

Com um faturamento em torno de US$800 milhões/ano, a indústria nacional de insumos veterinários recolocará o Brasil entre os três mais importantes mercados de saúde animal do mundo.

Contribuíram para o crescimento de 12,3% no faturamento do setor a venda de vacinas contra a febre aftosa e o aumento da comercialização de medicamentos para outras doenças, entre as quais as clostridioses – toxi-infecções dos animais causadas por bactérias anaeróbicas do gênero *Clostridium*: carbúnculo sintomático ou manqueira, hepatite necrótica e hemoglobinúria bacilar, causas de grandes prejuízos e controláveis pelo uso de vacinas polivalentes contendo antígenos de grande variedade de clostrídeos –, tuberculose e raiva, além da venda de produtos para animais de companhia, os *pets*.

No mercado nacional, os antiparasitários – endoparasiticidas, ectoparasiticidas e endectocidas – continuam liderando as vendas, com 29%, o que acontece desde 1983, quando sua fatia no mercado era de 37%, liderança confirmada em 1993 com 33%. Contribui para a posição desses produtos a infestação do rebanho brasileiro pelo carrapato, o qual causa prejuízos anuais de US$1 bilhão.

Alguns especialistas apontaram que a capacidade do carrapato para desenvolver resistência às drogas para o seu combate causou grandes prejuízos à pecuária. Existem mais de 400 espécies de carrapatos identificadas no mundo, das quais 50 foram constatadas no Brasil. Ademais, o parasita está se tornando resistente a todos os compostos químicos disponíveis no mercado, o que torna imprescindível desenvolver métodos alternativos para seu controle e o das doenças que transmite.

Os biológicos, com 26% do mercado nacional, incluem soros, vacinas, alérgenos, antígenos, hormônios e produtos congêneres, cuja conservação exige cuidados especiais. Entre os

biológicos, tem importância considerável a vacina contra aftosa, que participa com 11%. Explica-se esse percentual pelo maior índice de vacinação do rebanho do país, induzida pelas barreiras sanitárias do comércio exterior, e pelas campanhas contra essa doença infecciosa causada por vírus, promovidas pelo Ministério da Agricultura.

Quanto aos nutricionais – aditivos e suplementos –, ocupam 36% do mercado mundial. Cresceram no mercado nacional de 18%, em 1983, para 23% em 1998, o que deve estar associado à intensificação da prática de confinamento de animais de exploração econômica, que exige maior oferta de elementos nutritivos de modo a cobrir os déficits da alimentação normal, além de prevenir certas enfermidades, potencializar o aproveitamento dos alimentos e estimular o crescimento. Cresce também a participação dos animais de companhia, cada vez mais alimentados à base de rações e outros produtos industrializados.

Com relação aos demais produtos, o gráfico demonstra as participações relativas.

Mercado nacional: empresas

Pelos dados fornecidos pelo Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal, das 86 empresas associadas – correspondendo aproximadamente a 85% das vendas brasileiras –, 64 são nacionais e 22 internacionais, o que comprova o grande número de laboratórios brasileiros atuantes no setor.

Entretanto, nas informações da tabela, podemos constatar que as 20 primeiras empresas posicionadas no *ranking*, além de responderem com 74,5% do faturamento do setor, são predominantemente de origem internacional (62,1%). Contribui para a situação a necessidade do lançamento constante de novos produtos, em que P&D&I tem papel essencial e requer um investimento considerável de tempo e recursos financeiros, humanos e materiais. No processo entre a pesquisa inicial de uma droga e sua comercialização, costumam decorrer em média 10 anos. Em um programa de investigação nos EUA, a partir da emenda Kefauver-Harris, os gastos estão calculados em torno de US$120 a US$150 milhões. É evidente a dificuldade dos laboratórios nacionais para acompanharem o contínuo lançamento de produtos promovido pelas multinacionais.

É inquestionável a relevância da pecuária para o crescimento econômico do país e para a melhoria da qualidade de vida da população, através da oferta de alimentos.

Como a principal razão para lucratividade no setor é a diferenciação de produtos, existem 4.436 produtos registrados e 2.600 em comercialização, o que reflete não só a resistência de determinados parasitas e microorganismos aos princípios ativos, mas também a busca incessante de novas combinações químicas que consigam isentar o plantel das moléstias que o acometem, fortificando-o e elevando os índices zootécnicos atuais.

As empresas se preocupam cada vez mais com a minimização da produção de efluentes gerados durante a elaboração dos produtos. Outro ponto seria a atenção especial dada ao desenvolvimento de defensivos que promovam a melhoria sanitária dos animais sem provocar neles efeitos negativos nem deixar resíduos nos produtos destinados à alimentação humana.

As empresas integrantes do segmento de defensivos norteiam-se pelas normas e orientações ditadas por organismos nacionais e internacionais que regulam seu mercado de atuação e por aquelas sugeridas por instituições que normatizam os setores da produção animal e de alimentos.

Referências bibliográficas

Chile, Mercosul, indústria veterinaria: marco regulatorio para los productos veterinarios. Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay, 1993.

Estudo sobre a eficiência econômica e competitividade da cadeia agroindustrial da pecuária de corte. Brasília: 2000.

Frenkel, Jacob & Silveira, José M. da. (1996) *Tarifas, preços e a estrutura industrial dos insumos agrícolas: o caso dos defensivos*. Texto para discussão n. 412. Brasília: Ipea, IEL,CNA e Sebrae.

Katz, J. (1995) El cenario farmacêutico y farmoquímico latinoamericano e internacional de la década de los años noventa. Trabalho apresentado na Conferência Cepal/CIID–UNU/INTECH.

Moreira, Élvio C. (2001) Importância do controle da sanidade sobre produtos de origem animal. Trabalho apresentado no II Simcorte, Viçosa.

Netto, Vicente N. & Mustefaga, Paulo S. Reconhecida finalmente a importância da pecuária. Informativo Técnico, *Revista Gleba*, 2001, ano 46 n.178.

Souza, André C. (2000) *A indústria veterinária no Brasil*. São Paulo: Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal.

_____. (1997) As perspectivas da pecuária brasileira num contexto de integração: o papel da indústria de defensivos animais. In *A integração das atividades em parasitologia animal com o ensino de graduação na UFRRJ*. Proin/Capes–UFRRJ/DPA.

_____. Defensivos animais: oligopólio diferenciado? *Revista Preços Agrícolas*, 2000, n.166, p.15-7.

_____. Mercado mundial de defensivos animais. *Revista Preços Agrícolas*, 2001, n.172, p.3-5.

André Souza é economista, MSc em Desenvolvimento Agrícola – CPDA/UFRRJ – e coordenador setorial de Agronegócio, Papel e Celulose – Finep.

O Estado em tempos globais

Sob a pressão do modelo econômico liberal surgem um novo Estado e novas relações econômicas entre os povos

ARGEMIRO LUÍS BRUM

O mundo atual altera as relações econômicas entre os povos. Há uma pressão para se implantar o modelo liberal, calcado no livre comércio, processo que se acelera pelo avanço da globalização em geral e da economia em particular. Surgem novas relações, por sua vez alimentadas pelos mecanismos da informação, que passa a ser o verdadeiro instrumento de união entre os territórios: há maior interdependência entre os agentes econômicos; o Estado perde espaço para os agentes econômicos privados, fato que encaminha uma nova governança mundial.

Estado organizador

Para ser eficiente, a nova governança deve valorizar o Estado como organizador do processo econômico, fazendo contraponto ao Estado mínimo, caro aos liberais radicais, e ao Estado totalitário, cujas experiências práticas foram um fracasso.

As principais características da nova governança mundial precisam ser conhecidas. O poder e a riqueza emanam cada vez mais de transações privadas, ultrapassando os Estados. Os principais agentes detentores do poder econômico mundial são as transnacionais e os fundos de investimentos e pensão, ou seja, o capital financeiro.

Em segundo lugar, o contexto é composto de redes de produção nas quais nossa inclusão depende de decisões privadas. Os Estados podem tentar tornar seus territórios atraentes, mas a estrutura das redes mundiais de produção não depende de suas decisões.

Em terceiro lugar, ter acesso aos capitais e à tecnologia é especialmente fruto de alianças estratégicas com aqueles que controlam as redes mundiais e não conseqüência da posse e domínio sobre um território qualquer. Hoje, as redes mundiais têm muito menos razões para se identificar com as ambições e preocupações territoriais.

Mas o Estado pode ajudar na competitividade de um país. Para tanto, é preciso que tenha equipe nacional unificada e competente. A idéia é que o Estado atue diminuindo os custos do sistema para seus cidadãos pela conciliação dos elementos de soberania nacional e liberalismo econômico, pedra angular do processo. Isso exige que se superem três características do sistema atual: que o ganho econômico possa ser alcançado independentemente da soberania; a idéia de que os preceitos anglo-americanos dominantes eliminam a instabilidade política; a convicção de que o atual regime normativo vale para os países ricos e pobres indistintamente.

Equilíbrio conjunto

No entanto, fica difícil para um Estado individualmente modificar o equilíbrio dado. Aqui se colocam os blocos econômicos e a importância do Mercosul para os sul-americanos. O sistema atual apresenta contradições importantes. Em primeiro lugar, o jogo do sistema financeiro internacional precisa de políticas orçamentárias e mone-

tárias responsáveis para dar certo. Em segundo, para além de um certo ponto a redução do poder de intervenção do Estado agrava mais os riscos coletivos do que aumenta as possibilidades de lucros individuais. Ou seja, a competência e a eficácia não eliminam a possibilidade de declínio do Estado. O aceite irrestrito da ideologia econômica atual diminui a capacidade dos governos de protegerem os cidadãos comuns.

Por outro lado, o questionamento da ideologia atual não significa enveredar pelo corporativismo estatal, perdulário, ineficaz e seletivo. Enfim, quem contesta o Estado nesse sistema o coloca como instrumento de interesses obscuros, como objeto do imperialismo. Através de seus governos eleitos, o Estado deve saber defender os interesses nacionais dentro dos limites de sua capacidade de enfrentamento, na busca de uma inserção mundial.

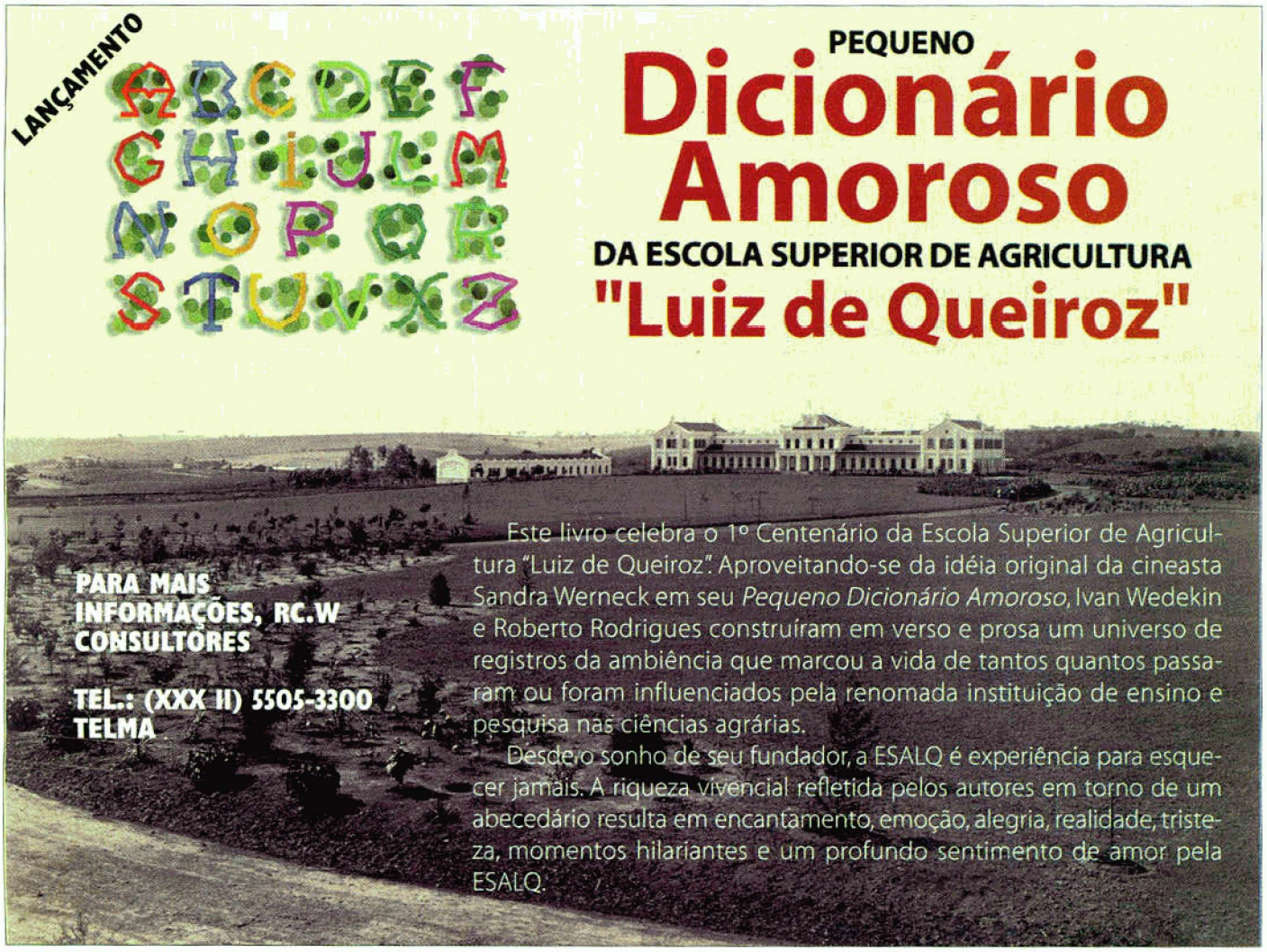
A lógica econômica da globalização não impõe, por si só, o declínio do Estado. Se por um lado a globalização torna mais difícil para o Estado o exercício de seu poder econômico, ela aumenta os rendimentos potenciais de suas ações, desde que bem concebidas, competentes e organizadas.

Grande desafio para o Estado na busca de uma inserção conseqüente no contexto econômico atual, para alguns a localização perde o significado próprio, fortemente condicionado por influências externas; para outros, o local constitui suporte e condição para relações globais, pois é nele que a globalização se expressa concretamente e assume especificidades.

O Estado deve trabalhar sob este último ângulo, evitando cair na lógica política de colocar o local como um espaço político privilegiado de resistência contra os interesses do grande capital, como contrapartida das forças sociais supostamente marginalizadas pela dinâmica da globalização. Deve-se, isto sim, transformar o local em espaço privilegiado para absorver novas tecnologias, novos investimentos, em torno de projetos modernizadores conseqüentes. O local se torna o espaço de articulação entre o moderno e o tradicional, na construção de soluções inovadoras que incluam – e não excluam! – as regiões no novo contexto econômico internacional neste início do século XXI.

Extraído de palestra do autor no 1º Seminário Regional de Economia e Desenvolvimento, realizado pelo DECon/Unijuí, entre os dias 13 e 16 de agosto de 2001, em Ijuí-RS.

Argemiro Brum é professor do DECon/Unijuí, doutor pela EHESS de Paris-França, coordenador, pesquisador e analista da Central Internacional de Análises Econômicas e de Estudos de Mercado Agropecuário (Ceema).



Hipótese em teste

Será que com a Alca o setor sucroalcooleiro do Brasil terá condições de competir com os de outros competentes países do hemisfério?

MAURO DE REZENDE LOPES
JOAQUIM VILLANOVA
RONALDO DE ANDRADE PIMENTEL
HORÁCIO NEVES DA ROCHA
LEILA CAMPOS VIEIRA

Se é verdade que somos tão competitivos, por que o complexo vive em permanente dificuldade para manter sua sustentabilidade financeira?

Muita gente pensa que com a Alca o setor sucroalcooleiro do Brasil vai desfrutar de grandes vantagens competitivas, por ser o país um dos que produz a custos mais baixos no mundo. Resolvemos testar essa hipótese, medindo a competitividade do setor, com e sem as políticas públicas que tanto oneram as cadeias agroindustriais no Brasil.

A partir da década de 1930, o setor canavieiro brasileiro sofreu intensa intervenção do governo federal, cuja inspiração veio dos outros países canavieiros e produtores de açúcar da beterraba, mais estruturados e com controles sobre a produção e o mercado. Com a desregulamentação, o setor começou a passar por diversas transformações, fusões e aquisições, eliminando do mercado as empresas que subsistiam graças aos subsídios governamentais. Ao longo dos últimos 60 anos, o Brasil teve cerca de 500 usinas de açúcar. Hoje não há mais de 300: 220 no Centro-Sul e 88 no Norte-Nordeste. O que ocasionou o fechamento dessas usinas foram sucessivas crises enfrentadas pelo setor, agravadas a partir da década de 90, com o processo de desregulamentação por parte do governo, em termos de investimentos e subsídios.

Nossa hipótese é de que a eliminação de subsídios e investimentos não foi seguida de uma eliminação de tributos indiretos que oneram os setores produtivos no Brasil: os juros muito acima dos juros internacionais; os encargos sociais; o protecionismo outorgado às indústrias nacionais (insumos, máquinas e equipamentos). Apesar da boa produtividade dos canaviais brasileiros, o custo Brasil – que engloba todos os custos acima mencionados – levou o setor a graves dificuldades financeiras.

Desempenho desfavorável

Por que o setor elevou tanto seu grau de endividamento? A baixa rentabilidade financeira forçou as empresas a buscarem aumento de receitas via aumento de produção, conduzindo a uma situação de excesso de oferta que reduziu ainda mais preço e rentabilidade, exigindo novos esforços para reduzir os custos. Temos que buscar as razões para esse desempenho tão desfavorável.

De fato, o endividamento continuou sempre crescente, principalmente nas safras 1996/97 e 1997/98, chegando ao ponto de as empresas não conseguirem tomar novos empréstimos. O endividamento consiste basicamente nas dívidas bancárias e nas contingências fiscais: dívidas com o antigo IAA e pendências fiscais com o IPI-açúcar e PIS/Cofins-álcool carburante. O endividamento bancário no final da safra 1997/98 ultrapassou 70% do endividamento total, que por sua vez deve estar próximo do valor da produção de uma safra. A inadimplência do setor sucroalcooleiro no Banco do Brasil atingiu a marca recorde de 94%.

A redução dos custos de produção, via aumento da produtividade e/ou redução de custos, não tem sido suficiente para neutralizar os efeitos da

Brasil: margens líquidas atuais das principais agroindústrias

Custo efetivo das políticas de impostos, juros e encargos sociais[1]

Agroindústrias	Margem líquida atual[2] (%) (a)	Margem líquida sem o custo (%) (b)	Perda de rentabilidade[3] [(b)-(a)/(b) X 100]
Leite C (R$/litro)	3,13	18,75	83,33
Açúcar (R$/t)	6,86	27,78	75,29
Soja exportação (R$/t)	8,41	27,48	69,42
Álcool (R$/mil l)	7,92	25,49	68,93
Algodão (R$/t)	15,44	30,73	49,75
Café conillon (R$/t)	27,71	40,32	31,27
Arroz de sequeiro (R$/t)	24,55	34,04	27,89
Café exportação (R$/t)	39,28	53,44	26,51
Leite B (R$/litro)	24,07	31,48	23,53
Trigo nacional farinha (R$/t)	49,50	61,80	19,91
Leite em pó importado (R$/t)	24,94	29,98	16,79
Frango mercado interno SP (R$/t)	30,56	34,13	10,46

Fonte: resultados dos modelos.

[1]A margem líquida foi calculada como percentual do lucro sobre a receita bruta.

[2]Não considerando a correção do câmbio.

[3]Indica o quanto a margem da cadeia aumentaria, caso fossem reduzidas as políticas de juros, encargos e impostos que gravam o setor.

queda de rentabilidade devido a impostos, encargos sociais, juros e tarifas protecionistas das indústrias de insumos.

Não obstante o crescimento médio da produtividade do segmento industrial ter sido de 3% a.a., nos 20 anos de Proálcool, nos últimos anos o setor vem enfrentando dificuldades crescentes para sustentar a rentabilidade. Sem falar no crescimento da produtividade dos cultivos.

Nossa hipótese é de que a eliminação de subsídios e investimentos não foi seguida de uma eliminação de tributos indiretos que oneram os setores produtivos no Brasil: os juros muito acima dos juros internacionais; os encargos sociais; o protecionismo outorgado às indústrias nacionais.

Londres e Nova York

A cadeia do açúcar tem os principais centros de formação de preços dos açúcares de exportação nos mercados de Londres para o açúcar branco e Nova York para o açúcar demerara. Nosso estudo escolheu canais de comercialização em função da participação relativa do volume de produção de cana e processamento do açúcar, em termos nacionais. O estado de São Paulo destaca-se como o mais importante exportador e formador de preços para exportação (porto de Santos) e para o consumo doméstico. A região Nordeste vem em segundo lugar, sendo os estados de Alagoas e Pernambuco responsáveis por 90% do volume total de açúcar exportado por essa região produtora. Os canais de escoamento da produção foram, para este estudo:

- Açúcar: Ribeirão Preto (SP), porto de Santos, e Zona da Mata (PE), porto de Suape (PE).

Os centros industriais responsáveis pela produção dos açúcares em São Paulo e Pernambuco – Ribeirão Preto e Zona da Mata, respectivamente – respondem por cerca de 40% no primeiro e 100% no segundo, no total produzido nos estados estudados. Tais centros de produção foram escolhidos, em termos de competitividade, por apresentarem baixos custos de produção, no caso de São Paulo, e proximidade do local de escoamento, no caso de Pernambuco, com menor custo de *fobiação*. As distâncias médias dos centros de produção (CP) para os pontos de escoamento dos açúcares de exportação correspondem a 450km de Ribeirão Preto para o porto de Santos e 80km da Zona da Mata para o porto do Recife.

A escolha dos canais de comercialização para a cadeia do álcool foi feita em função da importância do volume de produção e importância dos mercados finais de consumo, que formam os preços do produto. O mercado de álcool, anidro e hidratado, tem peculiaridades distintas.

- Álcool: Paulínia (SP), São Paulo (SP), e Zona da Mata (PE), Nordeste

O centro de formação de preços do álcool anidro no estado de São Paulo fica na cidade de Paulínia, distante 230km do principal centro de produção, onde é realizada a mistura com a gasolina. Para o álcool hidratado existe uma pulverização acentuada, tendo sido tomado, no nosso corredor, como ponto de convergência, a cidade de Ribeirão Preto. Outros pontos de coleta no estado são as localidades de Ourinhos, São José do Rio Preto, São José dos Campos e Paulínia.

Na região Nordeste, tendo como base de produção o estado de Pernambuco, o álcool anidro tem como centro de mistura o porto de Suape, onde também é tanqueado o álcool hidratado para distribuição futura.

Para o levantamento dos custos industriais de fabricação de álcool e açúcar, adotou-se a metodologia-padrão de uma usina representativa de cada área, em São Paulo e Nordeste. As

despesas de *fobiação* do açúcar foram levantadas diretamente nas empresas exportadoras em cada porto relevante, em cada corredor (Santos e Recife). No caso das exportações de açúcar, foram tomadas as cotações consideradas normais, nos últimos anos, de embarques do produto do complexo açucareiro para diversos destinos, a partir das cotações desse mesmo produto nos portos de Santos e Recife.

Em suma, as cadeias estudadas, desde a zona da produção até o mercado final, foram:

- açúcar: Ribeirão Preto (SP)—Porto de Santos;
- açúcar: Zona da Mata (PE)—Porto de Suape (PE);
- álcool: Paulínia (SP)—São Paulo (SP);
- álcool: Zona da Mata(PE), Nordeste.

Matrizes contábeis

A metodologia consistiu em montar uma estrutura de matrizes contábeis simples para todos os elos da cadeia (figura).

Na coluna da direita montamos um sistema contábil simples, com todos os

Estrutura das matrizes contábeis

Custos, preços e receitas privadas	Custos, preços e receitas sociais
ELO DA PRODUÇÃO	
Custos fixos Custos dos fatores: T, T, C Custos dos insumos Custos privados totais: F e I Receitas privadas totais Lucro privado	Custos fixos Custos dos fatores: T, T, C Custos dos insumos Custos privados totais: F e I Receitas sociais totais Lucro social
ELO DO TRANSPORTE	
Custos fixos Custos dos fatores Custos dos insumos Custos privados totais Tarifas Lucros privados totais	Custos fixos Custos dos fatores Custos dos insumos Custos sociais privados Tarifas Lucros sociais totais
ELO DA INDÚSTRIA	
Custos fixos Custos dos fatores Custos dos insumos Receitas privadas totais Lucro privado	Custos fixos Custos dos fatores Custos dos insumos Receitas sociais totais Lucro social
ELO DO TRANSPORTE	
Custos fixos Custos dos fatores Custos dos insumos Custos privados totais Tarifas Lucros privados totais	Custos fixos Custos dos fatores Custos dos insumos Custos sociais totais Tarifas Lucros sociais totais
ATACADO	**ATACADO**
Custos e lucros privados da cadeia Por tonelada do produto final	**Custos e lucros sociais da cadeia por tonelada da produção final**

$> < =$

custos como existem hoje no mundo real, a partir dos levantamentos que a FGV faz há muitos anos, entre produtores, usinas, transportadores, exportadores. Na coluna da direita, montamos as mesmas matrizes contábeis com os coeficientes técnicos (mesma tecnologia) de cada elo da cadeia agroindustrial no Brasil. Introduzimos porém algumas modificações, para calcular os custos e a rentabilidade das cadeias com o máximo de competitividade possível ao setor. Isto é, vamos estimar custos e receitas como se houvesse algumas reformas que permitissem ao complexo sucroalcooleiro competir – não com zero de impostos, de encargos sociais e juro zero, mas com impostos, encargos e juros civilizados.

Nas matrizes contábeis da direita, no caso dos custos da mão-de-obra, em vez de colocarmos os absurdos encargos sociais hoje existentes, adotamos um redutor, em todos os elos, que corresponde a uma redução de 42% dos encargos, de acordo com o contrato simplificado de trabalho por tempo determinado. Nos custos de capital, em todos os elos, em vez de usarmos os juros escorchantes do Brasil (de 15 a 32%) em todos os elos, na contabilidade da coluna da direita usamos os juros de 9%.

Para todos os insumos na produção – transporte, processamento industrial, na estrutura contábil da coluna da direita –, os custos são os da importação de fertilizantes, defensivos, óleo diesel, insumos químicos industriais da Argentina. Com esses preços, liberamos as cadeias sucroalcooleiras do Brasil para competirem com padrões internacionais de preços com baixos níveis de distorção, pois a economia é aberta. Retiramos todos os impostos, como ICMS, IPI, CPMF, pois ninguém exporta imposto – muito menos em cascata.

Com essa estrutura dos elos das cadeias agroindustriais do lado direito, é possível simular uma situação em que o Brasil tenha carga tributária, encargos sociais, juros internacionais, preços de insumos nos mesmos níveis daqueles praticados nos países concorrentes. Vamos competir nas mesmas condições dos concorrentes, pois nesse ponto estaremos no máximo da eficiência competitiva.

Comparando os resultados das colunas da esquerda com os resultados da coluna da direita, temos exatamente o que procuramos: o quanto as políticas de juros, encargos sociais, tarifas protecionistas das indústrias de insumos e impostos *comem* da rentabilidade do complexo sucroalcooleiro.

Por que o setor elevou tanto seu grau de endividamento? A baixa rentabilidade financeira forçou as empresas a buscarem aumento de receitas via aumento de produção, conduzindo-as a uma situação de excesso de oferta que reduziu ainda mais preço e rentabilidade.

Análise dos resultados

A coluna *a* da tabela mostra as margens líquidas das agroindústrias brasileiras, aos preços correntes de mercado. Apesar das políticas de impostos, juros e encargos sociais, elas conseguem gerar uma margem líquida a preços de mercado, no produto final da cadeia, positiva. Entretanto, alguns produtos têm margens extremamente exíguas: o leite C, o açúcar, o álcool, a soja de exportação e o algodão. Entre as quatro cadeias em pior situação, duas são do complexo sucroalcooleiro.

A margem líquida da coluna *b* mostra que, para um grande número de produtos – sem o custo das políticas públicas, caso fossem reduzidos os impostos, os juros e os encargos sociais –, essas margens poderiam melhorar substancialmente. Sem esses gravames, verificamos que essa coluna apresenta índices de rentabilidade mais elevados do que a rentabilidade atual. A coluna mostra a margem líquida possível de atingir com reformas profundas no custo Brasil.

A última coluna da direita da tabela mostra a perda de rentabilidade e competitividade dos setores agroindustriais devido a tais políticas de impostos escondidos dentro do custo Brasil. Ela mede o desperdício de renda e recursos produtivos que a sociedade paga ou deixa de receber devido ao custo Brasil. Trata-se de um desperdício virtual de bilhões de reais que poderiam ser gerados na economia – basta multiplicar a margem de máxima eficiência pelos volumes de produção e preços.

As cadeias de leite C, açúcar, álcool, soja de exportação e algodão estão ameaçadas, se tomarmos o valor do custo das políticas públicas, em termos de perda de rentabilidade social, de 50 a 83%, entre o algodão e o leite C.

O setor sucroalcooleiro é muito vulnerável a encargos sociais, juros – inclusive na estocagem de álcool –, impostos e defasagem cambial. Podemos ter elevados rendimentos físicos, mas a rentabilidade que interessa está comprometida pelo custo Brasil. Não vamos ser tão otimistas a ponto de imaginar que com a Alca estaremos em condições de competir com outros países competentes no hemisfério.

Os autores são economistas da FGV. **Leila Campos Vieira** é pesquisadora em São Paulo e colaborou na estimação dos modelos. O trabalho completo pode ser obtido por solicitação, enviando um e-mail para mrlope@fgv.br.

Preços do agronegócio

Valores nominais

Produto	Agosto	Δ% mês anterior	Δ% mês ano passado	Δ acumulado ano passado	Δ% 12 meses
Algodão em caroço (kg)	0,60	0,000	0,000	3,226	-4,762
Amendoim em casca (kg)	0,50	0,000	0,000	-39,583	-19,355
Arroz em casca (kg)	0,29	0,000	0,000	-14,286	20,833
Banana (dúzia)	0,41	-2,381	0,000	-15,556	5,128
Batata-inglesa (kg)	0,57	0,000	14,286	138,095	18,750
Cacau (15kg)	35,37	5,018	-9,911	-13,054	65,823
Café em coco (kg)	0,86	-7,527	-5,932	-36,306	-21,818
Cana-de-açúcar (t)	24,93	-4,956	8,957	58,528	17,984
Feijão (kg)	1,07	9,184	11,864	-3,077	59,701
Fumo em folha (kg)	2,45	0,000	1,878	0,881	10,360
Laranja (cento)	4,42	2,315	3,000	6,075	132,632
Milho (kg)	0,17	6,250	5,263	-21,739	-19,048
Mandioca (t)	69,16	0,816	-3,652	-20,534	1,052
Soja (kg)	0,39	5,405	-7,143	6,897	39,286
Tomate (kg)	0,43	-8,511	-7,692	-11,111	13,158
Trigo em grão (kg)	0,28	0,000	4,545	10,000	21,739
Cebola (kg)	0,50	8,696	-10,000	20,000	13,636
Mamona (kg)	0,37	-5,128	10,000	-30,909	-5,128
Pimenta-do-reino (kg)	2,63	-21,021	-94,347	-60,976	-60,511
Sisal (kg)	0,35	-2,778	3,226	10,000	12,903
Uva (kg)	n.d.	n.d	n.d	-1,020	n.d
Bezerro até um ano (cabeça)	227,05	0,929	3,435	21,614	16,813
Boi gordo para corte (15kg)	40,55	1,757	4,922	8,667	6,739
Vaca leiteira de raça (cabeça)	894,80	-0,162	1,445	9,822	10,688
Vaca leiteira comum (cabeça)	521,65	0,633	2,912	17,559	12,451
Suíno para corte (15kg)	21,20	-3,285	7,050	6,476	6,426
Frango/galinha para corte (kg)	1,10	0,000	7,767	8,824	-1,786
Leite (litro)	0,32	-3,030	0,000	3,448	-5,882
Lã (15kg)	35,24	7,472	-14,415	18,451	49,830
Ovos (dúzia)	0,98	1,031	6,977	8,333	6,522
Mel de abelha (litro)	5,77	-1,704	-0,174	9,605	1,051
Boi magro (cabeça)	374,64	-0,240	3,565	20,191	11,159

n.d. = não disponível

Indicadores do agronegócio

Brasil: Índice de preços recebidos e pagos pelos agricultores

Valores nominais (base agosto de 1994 = 100)

Produtos Média	Lavouras[1]	Lavouras-Produtos PGPM	Demais lavouras	Produtos animais	Agropecuária IPR	Sementes	Fertilizantes	Agrotóxicos	Serviços	Combustíveis	Mão-de-obra	IPP
Maio 2001	178,461	172,363	180,252	149,082	168,620	168,843	192,541	193,403	164,605	222,453	300,459	210,286
Jun.	186,488	185,074	180,413	153,323	175,268	170,558	195,749	195,668	166,650	222,453	302,598	212,303
Jul.	194,837	199,492	179,302	154,126	180,738	172,021	197,746	197,445	168,486	234,052	305,201	215,793
Ago.	196,656	207,412	172,513	153,122	181,437	176,188	209,468	201,046	171,704	236,826	308,219	221,333

Fonte dos dados primários brutos: empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural, Instituto de Economia Agrícola (SP), Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira e prefeituras municipais. Elaboração: Centro de Estudos Agrícolas, IBRE-FGV.

[1]Lavouras amparadas pela Política de Garantia de Preços Mínimos.

Tendências dos mercados

As previsões de mercado foram realizadas em 20 de outubro e refletem as expectativas dos analistas em relação aos preços de outubro de 2001. Os preços estão em valores reais, corrigidos pelo IGP-DI para novembro de 2001. Os preços de novembro de 2001 são nominais.

Por Carlos Cogo*, Luiz Antonio Pinazza, Regis Alimandro, Gregory Honczar e Vinicius Borba

MERCADO INTERNO

Algodão (6) Sul do Brasil – R$15kg disponível

Os preços internos do algodão continuam deprimidos, apesar dos programas governamentais de apoio à comercialização da fibra. É uma situação que foge ao controle do Ministério da Agricultura, já que o mercado interno reflete o quadro de superoferta mundial que pressiona os preços internacionais. Os negócios internos seguem lentos, com indicações entre R$0,83 e R$0,86 por libra-peso para a fibra de tipo 6. A oferta é muito abundante e os compradores estão retraídos, também em razão dos leilões de saldos do PEP. A produção de 916 mil toneladas base pluma está ajustada ao consumo estimado em 923,5 mil toneladas nessa safra.

Arroz agulhinha R$/sc. 60kg

Os produtores que ainda detêm estoques estão retraídos, mantendo a oferta inferior ao interesse de compra, dando sustentação aos preços. No entanto, o início das vendas dos estoques no Rio Grande do Sul e Santa Catarina promoveu a estabilidade nos preços. A partir de agora, quem detém estoques são os produtores mais capitalizados, que irão desová-los na medida estrita de suas necessidades de caixa, mantendo o mercado ajustado. As indústrias estão adquirindo praticamente toda a oferta dos leilões, reduzindo as necessidades de compras diretas dos produtores. Os preços estão firmes em todos os estados produtores e há restrição de oferta ainda mais acentuada nos estados do Centro-Oeste.

Boi gordo R$/arroba

O mercado continua com poucas ofertas, com os pecuaristas ofertando lotes de baixo volume. O principal balizador do mercado deverá ser o mercado atacadista de carnes. O Brasil deve encerrar o ano exportando mais produtos com menor valor agregado ao mercado internacional. Apesar de aumentar o volume de carne bovina exportada em 2001 sobre 2000 em cerca de 100 mil toneladas, a receita total deve cair em torno de 6%. A maior parte dos bovinos engordados durante a entressafra deste ano será abatida em outubro e novembro. Boa parte dos animais confinados será desovada até novembro. As estimativas são que 5,938 milhões de bovinos foram confinados, semiconfinados e engordados com pastagem de inverno em 2001, levemente acima das 5,729 milhões de cabeças no ano passado.

Café tipo 6/sc. 60kg

Finalmente, as cotações internas do café arábica parecem ter encontrado alguns fatores de sustentação, embora a tendência de médio prazo permaneça claramente baixista. Estão contribuindo para esta sustentação a recuperação das cotações em Nova York, o atraso na entrada das safras dos países centro-americanos e, internamente, a perspectiva de alongamento das dívidas da lavoura e o enfraquecimento do dólar frente ao real. Os dois últimos fatores parecem ter atenuado a pressão da oferta de café por parte dos produtores brasileiros.

Feijão carioquinha especial R$/sc. 60kg

As geadas tardias, ocorridas em meados de setembro, em várias regiões produtoras no Sul do país, não provocaram reflexos significativos no mercado, mas podem influenciar os preços nos próximos meses, principalmente em outubro, mês tipicamente de entressafra, e em novembro, início da colheita de feijão da 1ª safra 2001/2002. É que nos estados afetados – Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina – algumas áreas com a cultura estavam na fase de floração, retardando portanto o início da colheita nessas regiões. Apesar de não ter dados conclusivos quanto aos danos causados pela geada nas culturas de feijão em desenvolvimento, os levantamentos preliminares indicam perdas de 5 mil hectares em Guarapuava e 4 mil hectares em Francisco Beltrão, ambos no Paraná, e de cerca de 4 mil hectares em Chapecó, SC, além de perdas nas partes plantadas nos municípios da região de Frederico Westphalen, no Rio Grande do Sul.

Frango vivo R$/kg

Segundo a Associação Brasileira dos Produtores de Pinto de Corte (Apinco), em agosto, o alojamento bateu número recorde, com 310 milhões de unidades. De janeiro a agosto, o Paraná se consolidou como o maior produtor nacional de frango, com alojamento de 454,2 milhões de pintos de corte, 20,06% da produção total do país, que somou 2,264 bilhões no período. Santa Catarina, que durante anos figurou na liderança do *ranking*, terminou o período com 416,1 milhões, 18,37% do total. As vendas de frango abatido têm evitado quedas no mercado de frango vivo, no patamar de R$0,90 em São Paulo

Milho amarelo semiduro R$/60kg

A previsão é de uma queda na colheita da safra 2001/02 superior a 10%. As granjas independentes e as integrações temem o abastecimento do próximo ano. O câmbio sobrevalorizado estimula as exportações e restringe ainda mais a oferta interna. Os preços deverão ficar 30% acima do verificado no corrente ano. O milho importado da Argentina chega ao Sul acima de R$18,00 a saca. Será muito difícil

Mundo: produção e estoque de grãos

Milhões de t

Produto	Produção			Estoque final		
	2001/02	2000/01	Var. %	2001/02	2000/01	Var. %
Trigo	571,20	579,25	-1,38	136,13	158,90	-14,33
Arroz beneficiado	393,20	395,69	-0,60	125,96	137,52	-8,40
Grãos forrageiros*	868,10	855,87	1,42	158,57	187,72	-15,52
Milho	583,85	586,05	0,37	121,47	154,05	-21,15
Soja	180,67	173,18	4,32	29,04	28,52	1,82
Farelo de soja	122,54	116,65	5,04	3,82	3,71	2,96
Óleo de soja	28,02	26,62	5,25	2,33	2,44	-4,50
Algodão**	96,07	88,34	8,75	43,26	39,01	10,89
Total***	1.832,58	1.830,80	0,10	420,67	484,14	13,10

Fonte: Usda - outubro/2001.
*Milho, sorgo, aveia, cevada e centeio.
**Em milhões de fardos de 480 libras.
***Trigo, grãos forrageiros e arroz beneficiado.

EUA: estimativas da safra

Milhões de ha e t

Item	Soja	Milho	Trigo	Algodão
1.Produção				
Setembro – 2001/02	77,13	234,66	54,19	4,35
Agosto – 2001/02	78,03	235,37	54,02	4,35
Setembro – 2000/01	75,39	253,2	60,50	3,74
2. Área plantada				
Setembro – 2001/02	30,43	30,76	24,12	6,55
Agosto – 2001/02	30,51	30,76	24,12	6,55
Setembro – 2000/01	30,15	32,17	25,29	6,28
3. Exportação				
Setembro – 2001/02	26,94	50,17	28,58	1,96
Agosto – 2001/02	27,08	50,80	28,58	1,96
Setembro – 2000/01	27,22	49,28	28,88	1,46
4. Estoque Final				
Setembro – 2001/02	6,94	34,57	17,20	1,89
Agosto – 2001/02	8,16	37,06	16,76	1,76
Setembro – 2000/01	6,53	49,23	23,76	1,31

Fonte:Usda – setembro/2000.

repassar esse valor para o consumo. No momento, os leilões do governo vêm suprindo com tranqüilidade o mercado e não há maiores preocupações até o final do ano.

Soja-grão industrial R$/60kg

▲ No mercado interno de soja, os preços estão em alta, com registro de poucos negócios no físico, mas com cotações firmes, descoladas das cotações na Bolsa de Chicago. Os negócios são restritos aos cerca de 8 a 10% restantes da safra 2000/2001 a serem comercializados. Os preços internos estão praticamente descolados das cotações futuras em Chicago e os negócios com a safra futura também estão lentos, devido às baixas das cotações na Bolsa de Chicago. As exportações de soja-grão devem ser recordes em 2001, reduzindo ainda mais a disponibilidade de grãos para essa entressafra.

Mercado externo

Açúcar USc/lb. peso mundial branco

▼ Os preços do açúcar devem recuar no mercado internacional nos próximos meses devido às incertezas geradas pela instabilidade política e econômica mundial e ao aumento da produção da *commodity* nas principais origens. No próximo ano o mercado deverá ser pressionado pelo aumento da safra nos países do hemisfério Sul. Finalmente, a incerteza gerada pelos ataques terroristas a Nova York e Washington em setembro também teve impacto negativo sobre o mercado.

Algodão 1-1/16" USc/lb. peso

▼ Os preços internacionais do algodão seguem em queda, atribuída ao aumento da produção mundial, agora estimada em 20,9 milhões de toneladas na temporada em curso, para um consumo previsto em 19,9 milhões de toneladas. Com o desequilíbrio entre oferta e demanda, os estoques devem aumentar em 1 milhão de toneladas para 9,5 milhões de toneladas até 31 de julho de 2002. Com a produção mundial em direção a um nível recorde, num cenário de desaceleração da economia global e de mudanças na política mundial depois dos ataques terroristas aos Estados Unidos e seus impactos na indústria têxtil, os preços devem seguir em rota de baixa.

Café contrato C Nova York USc./lb. peso

▶ Durante as três primeiras semanas de outubro, as cotações internacionais do café arábica bateram sucessivos recordes de baixa. Alguns analistas tinham como certo o rompimento da barreira psicológica dos USc40/lb, o que não chegou a acontecer, ao menos por enquanto. No

Mercado interno

	out./2000	set./2001	1-16 out.	10-16 out.	Tendências
Algodão (6) Sul do Brasil - R$/15kg disp.	31,30	28,57	28,44	28,43	Estável
Arroz agulhinha - R$/sc. 60kg	30,65	45,97	51,80	52,00	Estável
Boi gordo - R$/arroba	46,45	43,75	46,45	47,00	Estável
Café tipo 6 - R$/sc. 60kg	183,90	139,43	127,89	125,70	Estável
Feijão carioquinha especial - R$/sc. 60kg	51,96	60,40	62,27	62,00	Estável
Feijão-preto	37,53	105,00	113,18	115,00	Estável
Frango vivo - R$/kg	1,18	0,92	0,91	0,91	Baixa
Milho amarelo semiduro - R$/60kg	16,41	12,83	12,76	12,70	Estável
Soja grão industrial - R$/60kg	20,52	28,13	28,50	28,50	Alta

Mercado externo: médias dos primeiros futuros

	Açúcar US¢/lb. peso mundial	Algodão 1/16" US¢/lb. peso	Cacau Bahia US$/t	Café contrato C, Nova York US¢/lb. peso	Farelo de soja US$/t	Milho two yellow US$/bushel	Soja em grão one yellow US¢/bushel	Suco de laranja US¢/lb. peso	Trigo soft red US¢/ bushel
out./2000	10,40	63,35	803,27	80,48	167,77	200,11	472,88	70,03	264,40
set./2001	7,36	35,49	902,89	50,11	165,84	216,76	473,28	80,58	274,37
1 - 16 out.	6,48	32,92	1.068,58	45,58	163,01	206,23	446,42	81,90	260,50
10 - 16 out.	6,45	31,86	1.036,40	44,49	162,10	204,55	438,25	84,03	277,15

final do mês, o mercado sofreu forte inversão e os preços recuperaram boa parte dos prejuízos anteriormente acumulados. Embora a tendência de médio prazo ainda seja claramente baixista, é possível que as cotações encontrem alguma acomodação na faixa atual, ao menos até a entrada das safras dos países centro-americanos.

Milho two yellow USc./bushel

O relatório do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos de setembro avalia a produção norte-americana do cereal em 239,5 milhões de toneladas, cerca de 2% superior à previsão de 234,67 milhões de toneladas, realizada no mês anterior. A produção mundial é projetada em 583,85 milhões de toneladas, 0,36% inferior aos 586,05 milhões de toneladas do ano anterior. O mercado prossegue em ritmo fraco e os contratos para dezembro fecharam na Bolsa de Chicago a 208,50 centavos de dólar o bushel.

Soja-grão one yellow/bushel

A produção mundial de soja-grão na safra 2001/2002 está estimada em 180,67 milhões de toneladas, inferior ao consumo mundial, projetado em 179,94 milhões de toneladas. Enquanto a produção mundial cresce 7,5 milhões de toneladas na safra 2001/2002, o consumo mundial deve crescer 8,5 milhões de toneladas. Com isso, o consumo mundial na safra 2001/2002 deve ficar ajustado à produção recorde, de 180,67 milhões de toneladas. Os estoques finais mundiais de soja na safra 2001/2002 estão estimados em 29,04 milhões de toneladas, contra 28,52 milhões de toneladas de estoques finais da safra 2000/2001. Com isso, a relação entre estoques finais mundiais e a demanda mundial anual deve cair para 16,1% na safra 2001/2002, contra 16,6% na safra 2000/2001. Essa nova estimativa de outubro do Usda, prevendo uma produção mundial recorde e pequeno crescimento nos estoques de passagem, deve pressionar as cotações futuras do complexo soja.

Soja, farelo de US$/t

A produção mundial de farelo de soja na safra 2001/2002 está estimada em 122,54 milhões de toneladas, ajustada ao consumo mundial, projetado em 122,32 milhões de toneladas. Enquanto a produção mundial deve crescer de 116,65 milhões de toneladas na safra 2000/2001 para 122,54 milhões de toneladas na safra 2001/2002, um aumento de 5,0%, o consumo mundial de farelo de soja deve crescer de 116,37 milhões de toneladas na safra 2000/2002 para 122,32 milhões de toneladas na safra 2001/2002, um aumento de 5,1%. Com isso, o consumo mundial na safra 2001/2002 deve ficar ajustado à produção recorde de farelo de soja. Os estoques finais mundiais de farelo de soja na safra 2001/2002 estão estimados em 3,82 milhões de toneladas, contra 3,71 milhões de toneladas de estoques finais da safra 2000/2001.

Trigo Soft Red USc/bushel

A produção mundial de trigo na safra 2001/2002 está estimada em 571,2 milhões de toneladas, inferior ao consumo mundial, projetado em 594,0 milhões de toneladas. Enquanto a produção mundial cai 8,1 milhões de toneladas na safra 2001/2002, o consumo mundial deve crescer 5,5 milhões de toneladas. Com isso, o consumo mundial na safra 2001/2002 deve ficar 22,8 milhões de toneladas acima da produção. Os estoques finais mundiais de trigo na safra 2001/2002 devem cair para 136,1 milhões de toneladas, contra 158,9 milhões de toneladas de estoques finais da safra 2000/2001. Com a redução de 22,8 milhões de toneladas nos estoques finais mundiais na safra 2001/2002, a relação entre estoques finais mundiais e a demanda mundial anual deve cair para 22,9% na safra 2001/2002, contra 27,0% na safra 2000/2001.

Novidades em café e soja

O Brasil ainda é o maior produtor de café do mundo e também o maior exportador. Há 80 anos o país dominava 75% do mercado mundial do café e hoje tem cerca de 20 a 25%. Perdeu espaço para Colômbia, Costa Rica e Vietnã.

Mas já se sabe que é possível agregar valor ao café verde, por exemplo, torrando e moendo o produto ou buscando parcerias em exportação para nichos especiais. A Secex mostra que até setembro deste ano o volume de café verde exportado foi 27,2% maior que o do mesmo período do ano passado, enquanto a receita caiu 23%: são os preços extremamente baixos pagos hoje pelo mercado.



Roberto Rodrigues *é engenheiro agrônomo e agricultor, presidente da Abag (Associação Brasileira de Agribusiness) e professor de economia rural da Unesp/Jaboticabal.*

Os produtores – cooperativas ou individuais – que estão vendendo o produto já torrado e até moído recebem muito mais por saca. Isso implica investimentos, mas quem está fazendo jura que vale a pena. É o caso de Patrocínio de Minas (Expocaccer), desde 1997 vendendo Café do Cerrado para o Japão, com selo próprio, em acordo com distribuidores de lá. A Ipanema do Sul de Minas não torra, mas tem contrato com torrefadores que colocam sua marca no produto. Um de seus clientes é a Starbucks, maior empresa mundial de café no varejo, que distribui o selo "Brazil Ipanema Bourbon".

Também é preciso investir em *marketing*. Brasileiros que viajam pelo mundo estão cansados de ler, em cardápios de companhias aéreas européias, a propaganda subliminar "café suave das onduladas montanhas da Colômbia". O cafeicultor colombiano símbolo, Juan Valdez, "freqüenta" as quadras de Roland Garros, as televisões e revistas dos EUA, do Japão e da Europa. Quase nada fazemos: a própria Varig tem, em seu cardápio, a propaganda do Nescafé. Está certa a Nestlé, certíssima, errados estão os produtores brasileiros em não fazer *marketing*. Embora sejamos os maiores produtores e exportadores de café do mundo, poucas donas-de-casa sabem disso lá fora.

Alguns projetos de propaganda e *marketing* já estão saindo dos escritórios de promoção comercial.

No caso da soja, o assunto é mais delicado. Café pode receber melhores preços em função da grande diferença de qualidade, por um padrão de classificação internacional que agora a BM&F vai arbitrar para o produto nacional – um avanço formidável. Para a soja, o importante é reduzir os custos de transporte da zona de produção até os portos e portuários.

Somos extremamente competitivos em soja, nas fazendas brasileiras. Mas quando a soja sai da fazenda, a competitividade cai: juros, impostos, logística (do lado interno) e protecionismo desenfreado (do lado externo). Nosso potencial de produção – de até 80 milhões de toneladas – fica na teoria.

Quanto ao protecionismo, o governo brasileiro se prepara para uma dura batalha na OMC, onde questionará o brutal subsídio dos norte-americanos a seus sojicultores, garantindo-lhes um *target price* e lucro certo, independente dos preços do mercado internacional, além de fortes estímulos às exportações, restringindo os mercados para o Brasil. Uma boa luta, porque estamos bem preparados tecnicamente, embora o poder dos ricos seja impressionante.

Na logística, além de trabalhos realizados na área da intermodalidade como os do Grupo Maggi (da Hermasa), a Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (Geipot), em seqüência a estudo sobre corredores estratégicos de desenvolvimento, apresenta "Alternativas de escoamento da soja para exportações", com base em 2000 e projeções para 2015, que analisa a movimentação da soja nas regiões de maior potencial de crescimento da produção agrícola, examina os principais eixos de transporte e propõe alternativas para reduzir despesas com fretes e gastos com combustíveis, da origem do produto ao destino. O relatório interessa ao governo e ao setor privado, na priorização de investimentos que melhorem o desempenho do transporte, reduzindo custos e, até mesmo, economizando divisas com importação de petróleo.

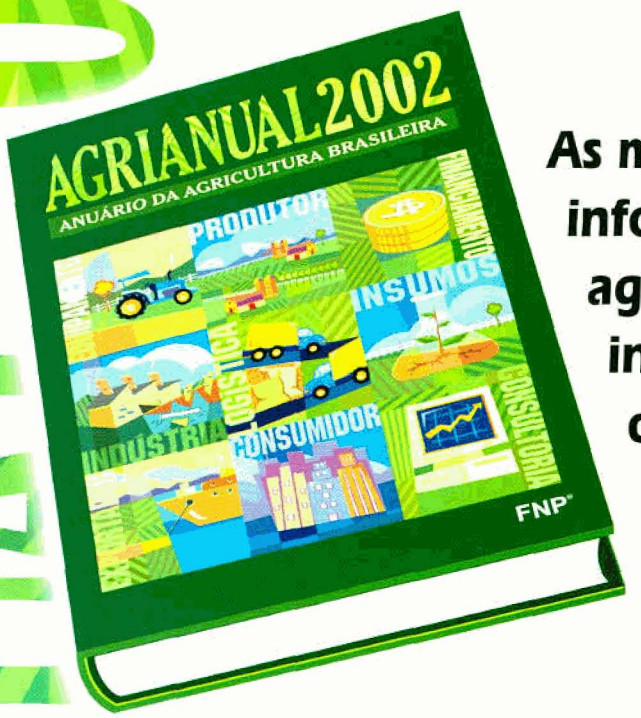
Os números impressionam. Na hidrovia do rio Madeira, hoje operada pela Hermasa, um único comboio com capacidade para 18 mil toneladas substitui 600 carretas de 30 toneladas cada uma, nos eixos Cuiabá—Santos ou Cuiabá—Paranaguá. Em 2001 deverão ser transportadas pelo rio Madeira cerca de 1 milhão de toneladas de soja, volume carregado por 33 mil viagens de carretas: enorme economia de combustível e brutal redução do custo de manutenção das rodovias.

Segundo o Geipot, se no ano 2000 já tivessem sido implantados os caminhos propostos pelo estudo, a economia seria de US$44,50 milhões em frete e mais US$26,69 milhões de dispêndios energéticos. Para o horizonte de 2015, esses valores passariam, respectivamente, para US$130,33 milhões e US$43,16 milhões. O governo não poderia deixar de apoiar tais programas, oferecendo créditos a preços adequados.

A soja hoje já fatura perto de US$5 bilhões/ano. No primeiro semestre deste ano, o complexo todo – grão, farelo e óleo – teve uma receita de US$3,15 bilhões, movimentando 17,5 milhões de toneladas, segundo a Secex, para uma safra de 30 milhões de toneladas de grãos. Numa safra de 70 milhões de toneladas, quanta economia, quanto cresceria a nossa competitividade com uma bem montada logística de escoamento.

AGRIANUAL 2002

Tradição e confiabilidade em informações.

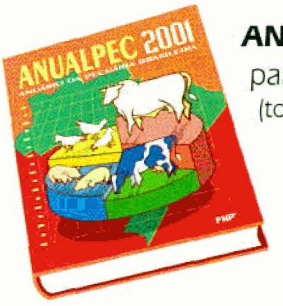


As mais completas informações do setor agroindustrial, indispensáveis para o planejamento agrícola.

540 páginas de informações para cerca de 60 culturas agrícolas:

Mercado, tendências, análises técnico econômicas e custos de produção regionais. Séries históricas dos preços das culturas, de insumos, de mão-de-obra e terras, em todo o território brasileiro.

Conheça melhor outros produtos e serviços da FNP:



ANUALPEC a publicação mais profissional para planejar e tomar decisões na pecuária brasileira. (todas as criações)

www.**fnp**.com.br

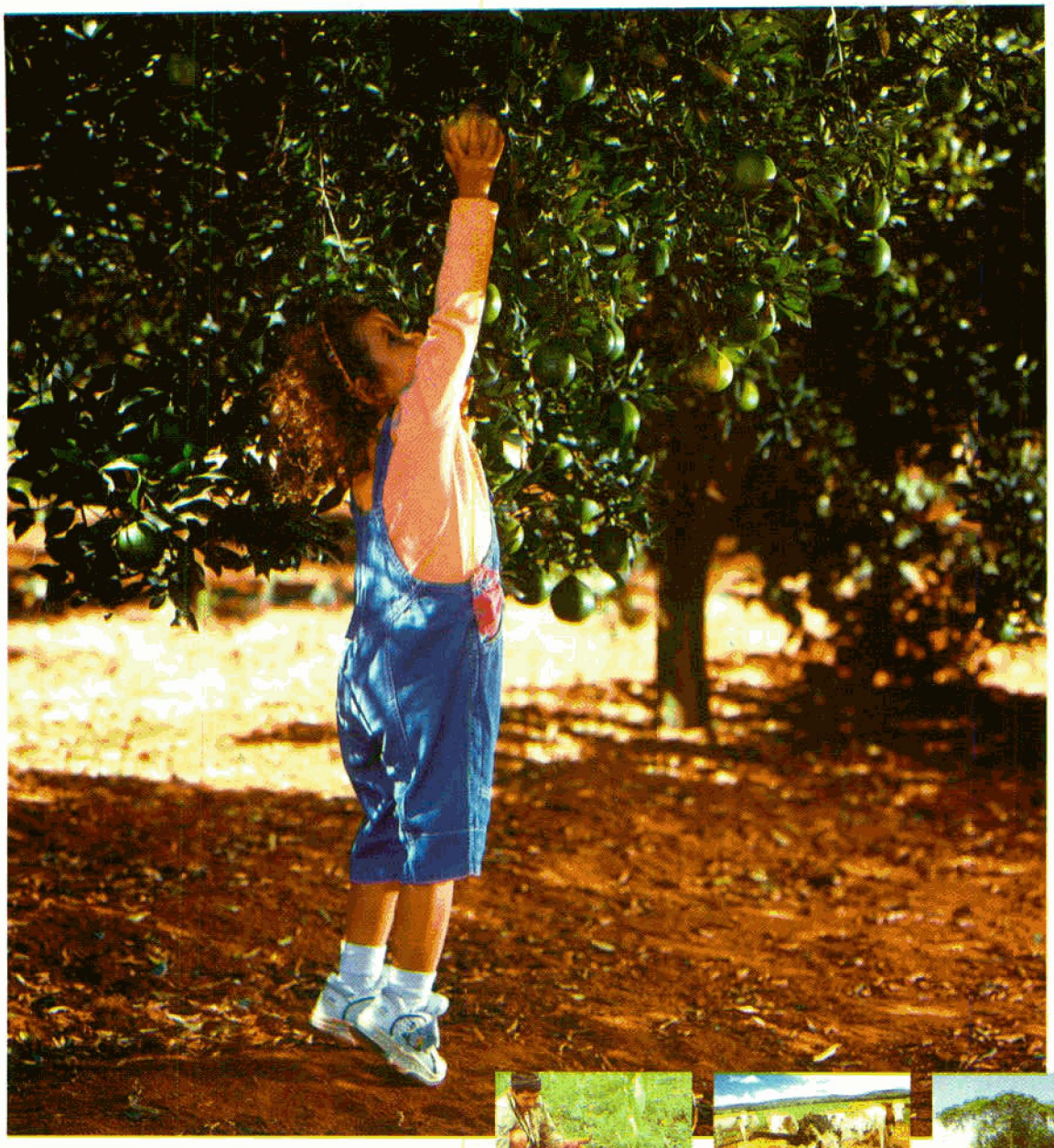
O melhor conteúdo dos mercados agrícola e pecuário.

FNP® Consultoria & Comércio

Boas informações produzem bons negócios

Fone: (11) **3848.1414** • E-mail: **fnp@fnp.com.br**

DenisonBrasil







O BRASIL ESTÁ TRANSFORMANDO O FUTURO EM GRANDE NEGÓCIO.

A pesquisa agropecuária brasileira coloca à disposição dos produtores rurais tecnologias que permitem o uso racional dos recursos naturais, o aumento da lucratividade e a conservação do meio ambiente. Para isso, o governo brasileiro investirá nos próximos 3 anos, somente em projetos da Embrapa relacionados com o desenvolvimento sustentável, mais de 500 milhões de reais. Assim ganha o Brasil, que atende às necessidades de desenvolvimento e ganha o mundo, que tem a garantia de preservação de um de seus principais patrimônios naturais. Com os novos avanços da pesquisa agropecuária está ficando cada vez mais fácil apostar no futuro do Brasil.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO

Embrapa

GOVERNO FEDERAL
Trabalhando em todo o Brasil